

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30 de agosto de 2019

Passageira perde ação contra empresa de ônibus

Redação Tribuna Online, com informações de assessoria de imprensa

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização não atendido. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a passageira, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação para qual o funcionário trabalha afirmou que não houve nenhuma discussão entre a passageira e o cobrador do ônibus. Assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços, segundo a empresa.

Em análise do caso, o juiz observou que a mulher não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

"A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [...] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como

a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré", explicou o juiz.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/passageira-perde-acao-contra-empresa-de-onibus>

Meu pai é legal: projeto incentiva reconhecimento de paternidade no ES

Por André Rodrigues e Mayara Melo, G1 ES e TV Gazeta

O projeto Meu Pai é Legal incentiva o reconhecimento voluntário de paternidade ou através da realização de exames de DNA gratuitos. Para isso, alunos de uma faculdade particular de Vitória, com respaldo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, visitam escolas públicas para convidar os pais a reconhecerem seus filhos de forma voluntária. Cerca de 1.100 paternidades já foram reconhecidas desde o início do projeto.

Os voluntários do programa procuram instituições de ensino a fim de informar sobre a importância da criança ter o nome do pai no registro. Segundo o coordenador do trabalho, Flávio Barroca, a iniciativa iniciou-se em 2012, com os alunos da faculdade indo até as escolas, mas ele explica que as pessoas que sentirem necessidade também podem procurar o serviço.

O projeto acontece em etapas. No mês de outubro, nossos alunos vão até a algumas escolas municipais da rede pública de ensino de Vitória e consultam com a matrícula aquelas crianças que não têm o nome do pai no registro. Em um segundo momento, convidamos a pessoa responsável por essa criança, para que ela forneça os dados do suposto pai. Depois, em um terceiro momento, é feita uma espécie de entrevista com esse pai para sabermos se ele aceita fazer o reconhecimento. Se ele aceitar, é feita uma decisão judicial para acrescentar o nome do pai no registro. Se ele não aceitar por não saber se realmente é o pai, nós fazemos uma investigação de paternidade , pontuou o professor Flávio Barroca.

Ainda de acordo com o coordenador do programa, a ação da faculdade e do **TJES** busca diminuir o alto número de menores que não possuem o nome do pai no registro de nascimento.

Costumo dizer que é uma questão de identidade e tem um efeito grande na vida do cidadão. As crianças melhoram na escola e aumentam a própria auto-estima após serem reconhecidas pelo pai. Além disso, tratando-se de direito, essa criança passa a ter direito a herança, caso aconteça, ela passa a ter direito a pensão alimentícia e de toda estrutura que a criança precisa , frisou.

Flávio Barroca declarou ainda que adultos que tenham interesse em acrescentar no registro o nome do pai também podem procurar a instituição de ensino para pedir ajuda.

O maior desafio são as próprias famílias, inclusive as próprias mães. São mães atingidas por relacionamentos abusivos ou relacionamentos que não deram certo. Essas mães mantêm-se resistentes e às vezes querem até impedir esse registro do pai , concluiu.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/09/03/meu-pai-e-legal-projeto-incentiva-reconhecimento-de-paternidade-no-es.ghtml>

Secretário da Cultura de SP e ex-chefe da Ancine viram réus por acusar colegas

Manoella Smith

Afastado da presidência da Ancine desde sexta (30), Christian de Castro virou réu em uma ação movida pelo **Ministério Público Federal**, junto de mais sete pessoas. A denúncia foi aceita pela juíza Adriana Cruz, da 5ª **Vara Criminal** do Rio de Janeiro.

Entre outubro de 2017 e janeiro de 2018, o ex-dirigente, servidores e o atual secretário de Cultura e Economia Criativa do estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, então ministro da Cultura, teriam se unido para manchar a imagem de outros diretores da Ancine, a Agência Nacional de Cinema.

Esses outros diretores que teriam sido prejudicados concorriam à vaga de presidente do órgão, abrindo margem para que Castro fosse eleito e que todos os envolvidos tivessem nomeações em cargos públicos comissionados.

Segundo as investigações, os denunciados elaboraram uma nota encaminhada à imprensa, além de uma denúncia anônima ao **Ministério Público**, ambas falsas, como parte do esquema para promoção dos interesses do grupo.

O MPF acusa o grupo dos crimes de denúncia caluniosa, prevaricação, violação de sigilo funcional e associação criminosa. O órgão também pediu a indisponibilidade de bens, o ressarcimento de danos causados à União e o afastamento deles de cargos públicos.

Na sexta-feira, além do afastamento de Castro, um outro decreto publicado na edição extra do Diário Oficial pelo ministro da Cidadania, Osmar Terra, afastou mais quatro servidores públicos - Magno de Aguiar Maranhão Júnior, Juliano César Alves Vianna, Marcos Tavorari e Ricardo César Pecorari. A decisão cumpria o pedido do MPF para não prejudicar colheitas de provas e influenciar depoimentos de funcionários.

Os outros réus são o ex-sócio de Castro, Ricardo Martins, o ex-ministro da Cultura e atual secretário estadual de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, e sua assistente, Cláudia Pedrozo.

De acordo com o MPF, os denunciados tiveram um

aumento patrimonial de pelo menos R\$ 60 mil cada num período de dois anos.

Além da ação penal, os envolvidos também irão responder na esfera cível. O MPF moveu ação civil pública por improbidade administrativa.

Em carta aberta publicada nesta terça (3), Castro disse que, quando assumiu a diretoria do órgão em outubro de 2017, encontrou fortes indícios de irregularidades na gestão de recursos públicos por gestões passadas, o que teria levado a um desfalque de mais de R\$ 350 milhões do FSA, o Fundo Setorial do Audiovisual.

Segundo o ex-presidente, ele enviou um relatório de uma auditoria interna do órgão para o TCU (Tribunal de Contas da União), o MPF e a CGU (Controladoria-Geral da União), mas sua denúncia não foi sequer investigada a fundo.

A Ancine, contudo, foi alvo de mais exonerações. O novo diretor, Alex Braga Muniz, expediu um decreto, publicado nesta terça (3), exonerando Eduardo Luiz Perfeito Carneiro, Daniel Vidal Mattos, Maria Angélica Marquês Coutinho, Carlos Gustavo Ramos Silva, João Márcio Silva de Pinho, Alexandre Gianni Silva, Vinicius Azevedo Pereira e Marcial Renato de Campos.

Magno de Aguiar Maranhão, Juliano César Alves Vianna e Ricardo César Pecorari também estão na lista.

Este não foi o único imbróglio no qual Castro se envolveu nos últimos tempos.

Em março deste ano, uma sindicância conduzida pelo Tribunal das Contas da União suspendeu o repasse de recursos públicos para o audiovisual, exigindo que a Ancine revisse a forma como fiscaliza as contas dos projetos que aprova.

Em resposta, Castro publicou um despacho paralisando atividades na agência, incluindo a liberação de novos recursos para filmes e séries.

Em um encontro no Festival de Gramado que deixou indignada a plateia, formada por profissionais da indústria audiovisual, Castro chamou de convite ao

diálogo o cancelamento de um edital de séries cujas categorias incluíam diversidade sexual e sexualidade. A decisão fora uma ordem do ministro da Cidadania, Osmar Terra.

O afastamento acontece em um momento de atritos constantes entre o setor e o governo, que busca estabelecer mais controle sobre a Ancine. No mês passado, Bolsonaro afirmou que pretendia extinguir a agência caso não pudesse implantar um filtro de conteúdo -intenção encarada como censura por profissionais da área.

Leia a íntegra da carta de Christian de Castro:

Carta aberta

As razões por trás do meu afastamento da Ancine

Christian de Castro

1) Fui nomeado diretor da Ancine em outubro de 2017 e, em janeiro de 2018, assumi o cargo de Diretor-Presidente da Agência. Já nos primeiros meses do meu mandato, chegaram ao meu conhecimento fortes indícios de irregularidades na gestão de recursos públicos por gestões passadas, particularmente no mecanismo da isenção sobre remessas de lucros de programadoras estrangeiras ao exterior, um mecanismo conhecido como artigo 39/X da MP 2228/01.

2) Provocado por uma denúncia enviada ao Ministério da Cultura, já em fevereiro de 2018 foi feita na Ancine uma auditoria interna, que chegou a conclusões assustadoras: entre 2013 e 2017, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) pode ter sido desfalcado em mais de R\$ 350 milhões. As suspeitas apontadas na auditoria indicavam mau uso de recursos públicos por parte de várias empresas.

3) O mesmo relatório da auditoria apontava irregularidades na captação de mais de R\$ 200 milhões para 64 projetos audiovisuais, além de possível evasão fiscal da ordem de R\$ 157 milhões.

4) A liberação indevida de recursos públicos foi feita no período de 2013 a 2017, contrariando reiteradamente análises técnicas de servidores da Ancine, que recomendavam negar os recursos.

5) Meu gabinete enviou o relatório da auditoria para três órgãos de controle: o TCU, a CGU e o Ministério Público Federal, bem como ao então Ministério da Cultura, para que fossem tomadas as providências cabíveis. No entanto, ao tomar conhecimento da acusação que pesa contra mim, hoje, pude constatar que não houve em momento

algum qualquer aprofundamento na análise do relatório de auditoria pelo MPF, não se investigando as irregularidades ali apontadas. Ainda, sequer se aguardou a conclusão das análises dos processos pelo TCU e CGU, ainda pendentes.

6) Desde que entrei na Ancine, instaurei diversas outras auditorias, além de aprimorar mecanismos de controle sobre o uso de recursos públicos. Basta lembrar o colossal passivo de análises de prestações de contas de projetos audiovisuais que encontrei ao assumir: juntamente com o TCU, a competente equipe técnica da agência, liderando as operações, elaborou um Plano de Ação para o saneamento desse passivo, que está sendo implementado, aumentando a transparência e o rigor na administração dos recursos públicos.

7) No que diz respeito à gestão, realizei uma profunda reestruturação nos cargos de liderança (74% do total, sendo 95% na alta gestão) e primei pela escolha de quadros técnicos, ou seja, priorizei servidores públicos concursados, principalmente aqueles do quadro efetivo da Ancine, em consonância ao disposto em Decreto proferido pelo atual Presidente da República. Na minha gestão não há servidor algum ocupante de cargo de gestão filiado a partido político.

8) Ainda no tocante à gestão, estamos na reta final de reformulação completa das unidades da Ancine, gerando eficiência e otimização orçamentária. Fiscalização centralizada, regulação renovada e fomento otimizado, além do fortalecimento do compliance da Agência, através da criação de uma Corregedoria e do Plano de integridade, bem como da reformulação da Comissão de Ética e dos critérios de transparência.

9) Infelizmente, antes de se finalizar (ou se aprofundar) as apurações quanto ao mau uso de recursos públicos por gestões anteriores, acima mencionadas, em dezembro de 2018, eu e mais quatro servidores da Ancine fomos surpreendidos por uma operação da Polícia Federal de busca e apreensão.

Na verdade não tenho dúvidas de que a autoridade que determinou tais medidas foi induzida a erro para se alcançar o objetivo final, materializado na última sexta-feira, quando fui afastado da Ancine. A pergunta que resta é: com meu afastamento, tais denúncias (quanto ao artigo 39/X da MP 2228/01) serão apuradas ou cairão no esquecimento?

E mais: hoje sou acusado de "denúncia caluniosa" justamente com base numa denúncia que não foi sequer investigada a fundo. Ou seja, se não

se esgotou a investigação sobre o tema, como se pode concluir que a mesma não é verdadeira?

Coincidentemente, meu afastamento ocorre na iminência da entrada em vigor (26/09/2019) da lei 13.848/2019 que coloca na linha de sucessão para ocupação temporária da diretoria colegiada servidores em cargos de alta gestão, nomeados pelo diretor presidente. Isso significa dizer que a partir da data acima o meu substituto eventual na Ancine poderá nomear, por sua livre escolha e de forma imediata, servidores elegíveis à diretoria. Atualmente a agência está com uma posição vaga de diretoria e com previsão de abertura de outra vaga em 02 de outubro próximo.

Por fim, diante do absurdo da acusação que pesa contra mim, irei prestar todos os esclarecimentos às autoridades competentes, certo de que irei demonstrar minha inocência.

Atenciosamente,

Christian de Castro, diretor-presidente (afastado) da Ancine - Agência Nacional do Cinema

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/ex-presidente-da-ancine-vira-reu-por-denunciar-colegas.shtml>

"Melhores pais do mundo", dizem filhos adotivos por casal de Guarapari

Roberta Bourguignon

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e **OUÇA AGORA.**

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Os quatro irmãos adotados pelo casal Antonio Silva e Camila Morosini são muito tímidos. Patrícia e Daniele não gostam de lembrar o passado. Já Bruno e Breno contam que se sentem na melhor família do mundo.

"Me sinto muito feliz porque eles são os melhores pais do mundo. Foram os pais que nos tiraram de um buraco sem fundo. Não tínhamos uma família de verdade. Natal, por exemplo, não existia uma reunião entre pessoas. Eu agradeço todos os dias por isso existir", disse Bruno.

Grupo

Atualmente, existem no Espírito Santo, mais de 1 mil famílias a espera de uma criança. Nos abrigos do Estado, 147 crianças estão disponíveis para adoção.

Os números foram repassados pela assistente social da **Vara da Infância e Juventude** de Guarapari, Elaine Simone Costa Silva, durante uma palestra a convite do grupo "Gerando com o Coração".

A presidente do grupo, Virginia Silva, revela que a adoção tardia, de crianças acima de 7 anos, é mais difícil. "Vemos que existe muitos nomes para adoção e muitas famílias que estão na fila. O problema, muitas das vezes, é que são crianças mais velhas, adolescentes. A adoção tardia não é vista com bons

olhos", afirmou.

E completou: "Há situações como essa do Antonio e da Camila, que se trata de mais de um irmão. Quando são separados, a dor pode ser maior e, por isso, a assistente social insiste na adoção de irmãos".

O casal Camila e Antonio adotaram quatro irmãos que viviam em um abrigo de Guarapari. Eles poderiam ter filhos biológicos, mas priorizaram a adoção.

Como conheceram os quatro?

Pretendíamos entrar na fila de adoção, mas acabamos conhecendo os irmãos antes. Quando conhecemos os quatro, os meninos seriam separados das meninas pela idade delas, que não cabiam mais no abrigo onde estavam.

Como havia uma dificuldade emocional muito grande entre elas, buscamos ajudá-los, até que resolvessem toda a situação, e o juiz da Vara da Infância, da época, permitiu que ficássemos com a guarda provisória deles.

Por que eles estavam no abrigo?

Por causa de maus-tratos em casa, os quatro irmãos foram levados para um abrigo de Viana. Nesse abrigo, descobriram que havia um quinto irmão que estava morando em Guarapari. Os irmãos foram transferidos para o abrigo de Guarapari, com o intuito de fazerem essa reinstalação com a mãe. O agressor era o pai.

Foi uma luta longa até a adoção?

Sim. Conhecemos eles há oito anos. A Justiça aguardava a possibilidade de reinstalação na família. Eles chegaram a voltar ao convívio da mãe, mas as agressões voltaram a acontecer e eles retornaram para o abrigo. O processo de adoção levou cinco anos para se concretizar. A Justiça tentou de todas as maneiras a volta deles para a família.

Após esperar tantos anos, qual o sentimento hoje?

Somos muito abençoados. Somos gratos por não termos desistido, por termos ficado com eles. Nas dificuldades, eles passam junto com a gente. É um amor incondicional e inexplicável.

É muito fácil amar aquilo que é de nossa obrigação, mas escolher amar te faz amar de uma forma mais profunda.

Receber esse amor é algo gratificante demais. Nós damos muito amor para eles, e recebemos tudo isso de volta. Nem todo filho demonstra esse amor, independentemente de ser biológico ou adotivo.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/melhores-pais-do-mundo-dizem-filhos-adotivos-por-casal-de-guarapari>

Mediação em desapropriação por utilidade pública é avanço, diz CNJ

Publicada na última semana, a lei que permite o uso da mediação e conciliação nos casos de desapropriação por utilidade pública é um importante avanço, avalia o **Conselho Nacional de Justiça**. Segundo o órgão, a lei está em consonância com as metas do **Poder Judiciário** e com a política judiciária desenvolvida pelo Conselho para o tratamento adequado dos conflitos de interesses prevista na Resolução 125/2010.

"O procedimento de desapropriação sempre foi conhecido pela sua ineficiência. Com a nova Lei 13.867/2019, as partes poderão se sentar numa mesa de negociação e, se houver uma disparidade de valor, poderão negociar sem precisar judicializar o conflito. É uma medida extremamente inteligente e eficiente", destacou o conselheiro Henrique Ávila, membro da Comissão de Acesso à Justiça e à Cidadania do **CNJ**.

A Lei 13.867/2019 detalha que, ao rejeitar a proposta de oferta do poder público, o particular poderá optar pela mediação extrajudicial, indicando um dos órgãos ou instituições especializadas em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação. Podem ser públicos ou privados. O processo será feito de acordo com a legislação para mediação e conciliação já em vigor, como a Lei 13.140/2015 e a Lei 9.307/1996.

"Estamos confiantes de que, mesmo com os naturais entraves inerentes ao Poder Público que limitam a flexibilidade na hora de uma negociação, os envolvidos no processo buscarão cumprir o princípio da eficiência e da efetividade, em detrimento do princípio da juridicidade", destacou a coordenadora geral da Câmara de Conciliação da Administração Federal, órgão da Advocacia Geral da União (AGU), Kaline Ferreira. "A administração pública já tem feito essa análise em muitos casos: é melhor para o poder público resolver logo o conflito do que judicializar e esperar décadas pela solução", completou.

Avaliação dos advogados

No entender da advogada Pollyanne Pinto Motta, do Chenut Oliveira Santiago Advogados, a nova legislação segue a tendência atual de se buscar meios extrajudiciais de resolução de conflitos, inclusive naqueles em que a administração pública é parte. "O uso da mediação e da arbitragem pela administração

pública foi regulamentada em 2015 com a edição da Lei 13.140, que disciplina a mediação e altera a Lei 9.307 para permitir a utilização da arbitragem por entes públicos", explica Pollyanne.

Por sua vez, Vamilson Costa, sócio do Costa Tavares Paes Advogados, afirma que a possibilidade de se recorrer à arbitragem ou à mediação para que seja fixado o valor de indenização decorrente de desapropriação é "medida benéfica e atende à celeridade processual garantida pela Constituição Federal".

"Muitas vezes, por conta da conhecida morosidade do **Poder Judiciário**, o particular ficava sem seu imóvel e demorava vários anos para embolsar a justa indenização decorrente da desapropriação que lhe fora imposta, caso não aceitasse a oferta feita pela Administração Pública. Com a criação destas duas novas alternativas, o caminho para a efetiva obtenção da justa indenização será abreviado", acrescenta.

Ainda segundo o advogado, no caso da mediação, as partes serão auxiliadas por um mediador, para que cheguem a um acordo justo para ambos os lados. "Apesar de haver possibilidade de criação de uma câmara de mediação pública, tal providência não trará prejuízo ao particular, pois a decisão de fechar ou não um acordo é dele", enfatiza Vamilson Costa.

Ele acrescenta que no caso de arbitragem - fase contenciosa e assemelhada ao processo judicial -, a escolha deverá recair sobre uma das câmaras já cadastradas junto ao Poder Público. "Nesse caso é importante que a parte interessada verifique não só o histórico da câmara, como também, o corpo de árbitros que a compõem, para que o processo seja bem administrado e para que a decisão seja tomada por pessoas com experiência na área", adverte.

Segundo avalia Costa, provavelmente, a alternativa da arbitragem será mais bem utilizada por pessoas físicas e jurídicas que tenham condições de ter uma boa assessoria técnica e especializada na área, diante das peculiaridades de tal procedimento. Já aqueles que não têm tal possibilidade serão, de modo geral, mais bem acolhidos pela mediação e pelo **Poder Judiciário**.

Site: <http://www.conjur.com.br/2019-set-03/mediacao->

desapropriacao-utilidade-publica-avanco-cnj

"Não será de mais ninguém", diz homem preso com canivete em Vargem Alta após não aceitar separação (Segurança)

Um homem de 33 anos foi detido após ameaçar de morte a sua ex-companheira, em Vargem Alta. A mulher, 25 anos, procurou a PM alegando que estava sendo ameaçada por seu ex-marido. O caso aconteceu nesta segunda-feira (2) no Centro da cidade.

Enquanto era atendida pelos militares, o homem apareceu com a mão na cintura e a chamou para conversar. Os policiais abordaram o sujeito e com ele encontraram um canivete.

Ainda segundo a vítima, o ex deixou claro que "se ela não for dele, também não será de mais ninguém". O homem foi conduzido para a delegacia e autuado na Lei Maria da Penha.

Site: <https://www.aquinoicias.com/?p=235841>

Mulher deve ser indenizada após perder dentes devido a tratamento odontológico

Um dentista foi condenado a pagar mais de R\$30 mil em indenizações a uma paciente que teve perda de dentes após realizar uma série de odontológicas. Na ação, a requerente alegou que o tratamento também teria ocasionado uma parestesia irreversível, que é caracterizada pela dormência ou formigamento de determinada parte da boca. A decisão é da 6ª Vara Cível de Vila Velha.

De acordo com a autora, ela foi diagnosticada com retração gengival e, por isso, procurou o dentista. Como forma de tratamento, ela se submeteu a uma série de procedimentos cirúrgicos com a promessa de que seu problema seria resolvido. Todavia, segundo a autora, em virtude do serviço mal prestado, acabou perdendo os dentes. Após procurar outro profissional, ela também descobriu que estava com parestesia irreversível, a qual era decorrente do tratamento.

Em virtude do ocorrido, ela pediu a condenação do dentista ao pagamento do valor do tratamento devidamente corrigido, bem como por danos morais.

Em contrapartida, o requerido alegou que não realizou nenhum procedimento cirúrgico ou de implante que possa ter causado maiores problemas de saúde à requerente. Ele também afirmou que os problemas que ela possui foram pelo abandono do tratamento, visto que não queria pagar outros valores e serviços.

Em decisão, a juíza destacou que a relação entre as partes é de consumo e ressaltou os documentos anexados aos autos. "Pelos documentos juntados [...] é possível subtrair que de fato a autora fora submetida a tratamento de odontologia junto ao requerido e este no recibo que emitiu faz esclarecer que realizou cirurgia de enxerto ósseo e mucoso, além de ter colocado próteses sobre implantes dentários, tendo recebido a importância de R\$10.500,00", afirmou.

Desta forma, a magistrada não acolheu os argumentos defendidos pelo requerido. "Segundo documentos juntados verifico que a autora fora submetida por muito tempo a um tratamento junto ao requerido, sem êxito. Pelo contrário, após o tratamento fora diagnosticada por parestesia irreversível e perdas de dentes, o que por si só gera dano à moral", justificou a juíza.

Assim, em sentença, a magistrada condenou o requerido ao pagamento de R\$20 mil em indenização

por danos morais e R\$10.500,00 a título de dano material. Ambos os valores devem ser corrigidos e acrescidos de juros.

Fonte: **TJES**

<http://www.tjes.jus.br/mulher-deve-ser-indenizada-apos-perder-dentes-devidoaoatratamento-odontologico/>

Site:

https://jhfrota.jusbrasil.com.br/noticias/751896327/mulher-deve-ser-indenizada-apos-perder-dentes-devido-a-tratamento-odontologico?ref=news_feed

Ônibus Lilás realiza atendimento psicossocial a mulheres na zona rural de Alegre

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) realizou, no dia 28 de agosto, mais uma agenda com a Unidade Móvel de Atendimento à Mulher do Campo. Desta vez, a comunidade do Assentamento Floresta, zona rural do município de Alegre, foi contemplada com a iniciativa em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), a Prefeitura de Alegre, o Coletivo Umas pelas Outras e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo (Cedimes).

Durante a ação do Ônibus Lilás, como é conhecida a Unidade Móvel, as mulheres tiveram à disposição um atendimento psicossocial, com psicológico e assistente social, além de outros serviços gratuitos, como aferição de pressão, teste de diabetes, DST e Aids e atualização do Cadúnico, em parceria com o município.

De acordo com a subsecretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Juliane Barroso, a Unidade Móvel tem como objetivo a promoção de direitos, a prevenção aos diversos tipos de violência e estímulo a organização das mulheres do campo. "Esta iniciativa informa e aproxima as mulheres do campo do debate relacionado a violência contra as mulheres dentro de uma perspectiva de proteção e defesa de seus direitos", enfatizou.

Na ocasião, também foram apresentadas às mulheres as diversas formas de violência doméstica. A ação também explicou como identificar esse tipo de atitude agressiva. Segundo a gerente de Políticas para as Mulheres da SEDH, Alcenir Rocha, é fundamental que elas saibam reconhecer para que o ciclo de violência seja interrompido. "Com as rodas de conversa, levamos as mulheres a refletirem sobre as necessidades de mudanças positivas em relação aos seus direitos que ainda não foram alcançados, buscando novas alternativas de melhoria em sua qualidade vida", ressaltou.

Informações à Imprensa: Assessoria de Comunicação da SEDH

Letícia Passos

(27) 3636-1334 / 99289-9566

leticia.freire@sedh.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/onibus-lilas-realiza-atendimento-psicossocial-a-mulheres-na-zona-rural-de-alegre>

Vice-Governadoria firma parceria com LabTAR

Com o propósito de empreender para promover cidadania, a vice-governadora Jaqueline Moraes inicia uma parceria com o Laboratório de Apoio a Rede de Inovação - LabTAR. A iniciativa tem como parceira a coordenadora e professora do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Miriam de Magdala Pinto.

A parceria está centrada no projeto IRIS - que significa Inspira, Realiza e Impacta Socialmente. O objetivo da iniciativa é o fortalecimento do empreendedorismo de impacto socioambiental positivo. O projeto tem motivado o surgimento de várias pequenas empresas no Brasil, que conjugam os resultados financeiros à geração de benefícios para uma comunidade carente de serviços básicos.

Na sede do Iris, na Enseada do Suá, em Vitória, funcionam empresas e uma associação sem fins lucrativos. "Com o propósito que se relaciona fortemente com o Programa Agenda Mulher, da Vice-Governadoria do Estado, dando foco no empreendedorismo de ambos, nós da ÍRIS vemos como extremamente oportuna e sinérgica a relação entre as duas ações e estamos abertos à colaboração e parcerias entre as iniciativas", pontua a coordenadora do LabTAR, Miriam de Magdala Pinto.

O interesse da vice-governadora Jaqueline Moraes é criar condições para desenvolver projetos de fomento ao empreendedorismo social em parceria com a iniciativa privada. Um dos dados que ela apresenta para atuar no Espírito Santo é o crescimento do número de negócios tocados pelos Microempreendedores Individuais (MEIs).

"Acredito fortemente que é viável aumentar o faturamento e, ao mesmo tempo, acrescentar algo de positivo à sociedade. O negócio pode ser positivo para o mercado e também para a sociedade do entorno. Temos reinventar as relações", define Jaqueline Moraes.

O foco deste tipo de empreendimento, conhecido como negócio de impacto, está na base da pirâmide social brasileira composta, principalmente, por classes menos favorecidas. No País, aproximadamente 160 milhões de pessoas integram as camadas com faixas de renda mais baixas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O programa foi apresentado à vice-governadora. Pequenos Negócios, Grandes Mulheres, desenvolvido pelo time Enactus/Ufes Vitória. A explicação sobre o funcionamento foi dada pelo aluno da Ufes, Rogi Cezarino, mostrando que o projeto tem por objetivo capacitar **mulheres vítimas de violência** doméstica e em situação de vulnerabilidade, a fim de conquistar sua autonomia financeira. Para tanto, o trabalho ocorre em parceria com outro projeto de extensão da Ufes, o Fordan e atua na comunidade de São Pedro, em Vitória, com foco no enfrentamento a violência.

"A gente encontrou em todas as comunidades - São Benedito, em Vitória; Vila Nova de Colares, na Serra e Vila das Torres, em Curitiba (PR) - mulheres jovens, que cuidam sozinhas dos seus filhos e são rejeitadas pelo mercado de trabalho, mas que lutam sempre para dar o melhor para seus filhos e estão dispostas a assumir os riscos de enfrentar o novo, aprendendo uma nova ferramenta, encarando um novo mercado de trabalho e trocando suas experiências como mães com a gente, nos ensinando muito e também ouvindo muito do que levamos para elas", afirma Rogi Cezarino.

Ele explica ainda que a Enactus, organização internacional sem fins lucrativos da qual é membro se dedicada "a inspirar os alunos a melhorar o mundo através do empreendedorismo".

Outro exemplo de empresa que integra o Íris é a Eva - um negócio de impacto social que promove para mães em situação de vulnerabilidade social uma capacitação em Gestão de Mídias Sociais, com o intuito de gerar renda e proporcionar seu empoderamento. Ao mesmo tempo, durante a capacitação, são discutidos temas relacionados ao cuidado parental e aos fatores de proteção à criança.

O aluno Athus Cavalini, cofundador da Eva, destaca que "assim, a gente acredita que pode torná-las mães melhores, mais fortes e que proporcionem um desenvolvimento pleno para seus filhos", sobre o funcionamento da empresa.

Informações à Imprensa: Assessoria de Comunicação
Vice- Governadoria

Iris Carolina

(27) 98868 1847

Íris.carolina@vice.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/vice-governadoria-firma-parceria-com-labtar>

"Não será de mais ninguém" diz homem preso com canivete em Vargem Alta após não aceitar separação (Segurança)

Um homem de 33 anos foi detido após ameaçar de morte a sua ex-companheira, em Vargem Alta. A mulher, 25 anos, procurou a PM alegando que estava sendo ameaçada por seu ex-marido. O caso aconteceu nesta segunda-feira (2) no Centro da cidade.

Enquanto era atendida pelos militares, o homem apareceu com a mão na cintura e a chamou para conversar. Os policiais abordaram o sujeito e com ele encontraram um canivete.

Ainda segundo a vítima, o ex deixou claro que "se ela não for dele, também não será de mais ninguém". O homem foi conduzido para a delegacia e autuado na Lei Maria da Penha.

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/09/nao-sera-de-mais-ninguem-diz-homem-preso-com-canivete-em-vargem-alta-apos-nao-aceitar-separacao/>

TJES - Mulher que alegava ter sido destratada por cobrador tem pedido de indenização negado

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização negado. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a autora, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação afirmou que não houve nenhuma discussão entre a autora e o cobrador do ônibus, assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços.

Em análise do caso, o juiz observou que a autora não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [?] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré, explicou o juiz.

Processo nº 5002342-14.2017.8.08.0030

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=448904

Luiz Fux defendeu a conciliação como "melhor forma da solução de litígios" em processos judiciais

Tags: CNJ

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/03/TVGLOBOSP-08.40.14-08.41.41-1567515325.mp4>

Mediação em desapropriação por utilidade pública é avanço, diz CNJ

Foi sancionada a lei que permite a utilização de métodos alternativos de solução de conflito, como a mediação e a conciliação, para a definição dos valores de indenização nos processos de desapropriação por utilidade pública. Para o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, a norma é um importante avanço e está em consonância com as Metas do **Poder Judiciário** e com a política judiciária desenvolvida pelo Conselho para o tratamento adequado dos conflitos de interesses prevista na Resolução 125/2010 .

"O procedimento de desapropriação sempre foi conhecido pela sua ineficiência. Com a nova Lei 13.867/2019 , as partes poderão se sentar numa mesa de negociação e, se houver uma disparidade de valor, poderão negociar sem precisar judicializar o conflito. É uma medida extremamente inteligente e eficiente", destacou o conselheiro Henrique Ávila, membro da Comissão de Acesso à Justiça e à Cidadania do **CNJ**.

A Lei 13.867/2019 detalha que, ao rejeitar a proposta de oferta do poder público, o particular poderá optar pela mediação extrajudicial, indicando um dos órgãos ou instituições especializadas em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação. Podem ser públicos ou privados. O processo será realizado de acordo com a legislação para mediação e conciliação já em vigor, como a Lei 13.140/2015 e a Lei 9.307/1996.

"Estamos confiantes de que, mesmo com os naturais entraves inerentes ao Poder Público que limitam a flexibilidade na hora de uma negociação, os envolvidos no processo buscarão cumprir o princípio da eficiência e da efetividade, em detrimento do princípio da juridicidade", destacou a coordenadora geral da Câmara de Conciliação da Administração Federal, órgão da Advocacia Geral da União (AGU), Kaline Ferreira. "A administração pública já tem feito essa análise em muitos casos: é melhor para o poder público resolver logo o conflito do que judicializar e esperar décadas pela solução", completou.

A Resolução n. 125/2010 do **CNJ** instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do **Poder Judiciário**. A norma definiu, entre outras medidas, a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (**Cejuscs**) e o incentivo ao treinamento

permanente de magistrados, servidores, mediadores e conciliadores nos métodos consensuais de solução de conflito.

Paula Andrade

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89480-mediacao-em-desapropriacao-por-utilidade-publica-e-avanco-diz-cnj>

Três mil detentos podem deixar a prisão no ES

FERNANDA BATISTA

TAGS: MUTIRÃO, LIBERDADE, DETENTOS, ESPÍRITO SANTO, MARCELLO PAIVA DE MELLO - DEFENSOR PÚBLICO, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**, GISELE SOUZA DE OLIVEIRA - COORDENADORA EXECUÇÕES PENAIS **TJES**, SEJUS,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/03/TVVITRIARECORDES-07.38.42-07.42.21-1567513962.mp4>

Projeto incentiva reconhecimento da paternidade

TAG: PROJETO MEU PAI É LEGAL, PATERNIDADE,
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO,
FACULDADE PARTICULAR DE VITÓRIA,
RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE, FLÁVIO
BARROCA E GARCIA PROFESSOR, ESCOLAS,
AÇÃO JUDICIAL, PODER JUDICIÁRIO, CIDADE DE
VITÓRIA,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/03/TVGAZETAAFGL>
OBOES-06.53.04-07.02.29-1567506045.mp4**



O Complexo do Xuri, em Vila Velha, é uma das unidades com superlotação de presos no Estado

| SISTEMA CARCERÁRIO |

LIBERDADE PARA 3 MIL PRESOS JÁ DEVERIAM TER DEIXADO UNIDADES

Mutirão vai analisar oito mil processos para desafogar presídios

CAÍQUE VERLI
cvcousa@redgazeta.com.br

O primeiro mutirão carcerário eletrônico do país, lançado ontem, pode colocar 3 mil presos em liberdade no Espírito Santo. São, segundo estimativa da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), condenados que já teriam direito à liberdade ou, pelo menos, a uma progressão de regime.

Pelas próximas duas semanas, quase 70 defensores públicos, entre eles 55 de fora do Estado, vão analisar cerca de 8 mil processos para identificar em quais deles os presos já podem ganhar liberdade, mas continuam detidos por lentidão e burocracia da Justiça.

O mutirão busca reduzir a população carcerária do Estado, que tem dez mil presos a mais do que a capacidade dos presídios capixabas. O Espírito Santo tem 23,8 mil presos, mas as unidades prisionais deveriam receber, no máximo, 13,8 mil detentos.

70 DEFENSORES

É o número de profissionais que fará parte da força-tarefa que vai identificar quais presos já podem ser soltos, mas que continuam detidos por lentidão da Justiça

A ação faz parte do programa "Justiça Presente", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela terá a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério Público do Espírito Santo, Defensoria Pública Estadual, governo do Estado e Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

O Estado foi escolhido para ser o primeiro a receber esse mutirão eletrônico por ter implantado um sistema digital de execução unificado. Cerca de 35 mil processos de execução penal, que tramitavam em papel no Espírito Santo, foram informatizados.

O secretário estadual de Justiça, Luiz Carlos de Carvalho Cruz, explica

que essa digitalização ajudou o CNJ a filtrar os casos que podem ser reavaliados pela Justiça, deixando o mutirão mais rápido. "Com o filtro feito no sistema digital, você consegue ver os casos em que as pessoas teriam direito a liberdade. É um direito que elas têm, mas que não está sendo cumprido pelo Estado pela capacidade do Estado de julgar isso. Existe uma perspectiva de que pelo menos 3 mil presos possam ser colocados em liberdade", aponta.

Marcello Paiva de Melo, defensor que coordena a Defensoria sem Fronteiras no Espírito Santo, questiona essa estimativa do governo do Estado e diz que ainda

"É um direito à liberdade que essas pessoas presas têm, mas que não está sendo cumprido pelo Estado pelo fato de não conseguir julgar"

LUIZ CARLOS DE CARVALHO CRUZ
SECRETÁRIO ESTADUAL DE JUSTIÇA

não é possível afirmar quantos presos serão colocados em liberdade.

"São presos que teoricamente podem ter esse direito e é isso que vamos verificar. Por isso, não é

possível fazer uma estimativa de que 3 mil presos serão beneficiados. Acho que isso ainda é temerário falar", afirma.

Também como medida para reduzir a superlotação nos presídios do Espírito Santo, o Estado prevê a construção de mais 2 mil vagas nos próximos quatro anos em unidades que já existem e a ampliação do uso de tomazeira eletrônica para monitorar os presos que ainda não foram condenados pela Justiça. Além disso, o governo também prometeu construir centros de formação profissional nas unidades prisionais para capacitar presos e aumentar suas chances de reinserção no mercado de trabalho.

| SISTEMA CARCERÁRIO |

OITO EM CADA DEZ VOLTAM PARA A PRISÃO

Falta de ressocialização é o principal problema, aponta Sejus

▲ JOSÉ CARLOS SCHAEFFER
jchaeffer@redgazeta.com.br

Cerca de 80% dos presos que são colocados em liberdade voltam para o sistema prisional capixaba. O dado foi confirmado pelo secretário estadual de Justiça, Luiz Carlos Cruz, durante o anúncio do mutirão carcerário, que será realizado para libertar cerca de três mil presos que já deveriam ter deixado o sistema.

Diante desse percentual, um questionamento surge: se tantos presos voltam ao sistema após a liberdade, onde deveriam ser concentrados os esforços para diminuir esse índice?

Para o secretário a ressocialização é a resposta, mas a cultura do encarceramento no sistema prisional brasileiro faz com que a solução fique em segundo plano, opina Cruz.

"Identificamos que a reincidência é muito alta e o esforço da ressocialização não é uma prática brasileira. A maioria dos sistemas prisionais, quase que a totalidade, são voltados para o encarceramento.



A reincidência no mundo do crime é grande entre os internos que saem dos presídios do Espírito Santo

Para manter o preso encarcerado sob custódia até que venha ganhar a liberdade. Quando ele ganha a liberdade sem nenhum tipo de tratamento, volta a reincidir no crime. É uma coisa lógica, mas uma lógica perversa que vem perdurando no sistema prisional", explicou.

POUCA OFERTA

O próprio sistema prisional capixaba é exemplo dessa prática. Somente 15% das unidades oferecem estudo ou trabalho aos custodiados. Com a superlotação, o número se torna ainda menos efetivo. O objetivo para os próximos quatro anos, se-

gundo o secretário, é dobrar a oferta de trabalho e educação nos presídios. Para isso, uma subsecretaria de ressocialização foi criada na pasta.

Luiz Carlos Cruz explica ainda que o Estado está trabalhando para viabilizar um financiamento de 100 milhões de dólares junto

ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos seriam aplicados em mais vagas para o sistema prisional e na construção de um centro de ressocialização.

"Temos uma carta consulta ao BID buscando financiamento para construção de mais duas uni-

15%

É o percentual de unidades prisionais capixabas que oferecem estudo ou trabalho aos internos

dades: uma de regime fechado de segurança média e um centro de reintegração social, que seria a outra ponta do sistema. É praticamente uma escola técnica onde o preso do semiaberto já teria as oficinas laborais. A formação profissional já conjugada com uma planta laboral, seja indústria de blocos de concretos, marcenaria, costura", disse.

No cenário atual, os presos e egressos têm outras ferramentas como a Lei Progresso, que obriga empresas que tenham vínculo com o governo a contratarem um número mínimo de presos para a realização de serviços e o Escritório Social, que encaminha egressos para a qualificação profissional.

Situação hoje é pior do que a crise prisional

▲ A superlotação dos presídios capixabas já chega a mais de 70%. O Estado conta hoje com 23,8 mil presos, mas possui apenas 13,8 mil vagas, segundo dados da Secretaria de Justiça (Sejus), que administra o sistema prisional.

Um excesso que é superior aos limites de 2009, quando o Espírito Santo viveu a grave crise do sistema prisional e lançou mão até de celas metálicas – feitas em contêineres e que ficaram conhecidas como micro-ondas – para abrigar os presos e foi alvo até de um pedido de intervenção. Na ocasião, não havia vagas para 50% dos detentos.

A gravidade da superlo-

tação do sistema carcerário capixaba fez com que o Estado criasse uma força-tarefa em janeiro deste ano para pensar e propor soluções para o problema. Atualmente, há 10 mil detentos a mais do que o número de vagas nas prisões. Na ocasião, o governador Renato Casagrande disse que as prisões capixabas eram bombas-relógio que representam perigo para a sociedade.

O grupo de trabalho incluiu, além do Executivo estadual, o Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público do Espírito Santo, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. O objetivo é propor alternativas novas e

coordenar os projetos já existentes para qualificar o sistema carcerário e reduzir a superlotação.

Entre as medidas que já estão sendo realizadas é a ampliação do uso de tornozeleiras eletrônicas. Em junho, mais de 200 detentos, entre homens e mulheres, já estavam usando o dispositivo. Outros 400 presos também poderiam ser beneficiados.

Os presos têm um perfil específico, determinado pelos órgãos do sistema de Justiça. São pessoas que cumprem a pena em regime semiaberto, trabalham fora do presídio há quatro meses e terminariam as penas em um ano ou menos.



Antigo presídio de Jardim América, em Cariacica, durante a crise de 2009

LARANJA DA TERRA

Deputado do ES nomeia filho de ex-prefeito condenado

Dary Pagung nomeou Elder Pagung para o cargo de assistente de gabinete

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redegazeta.com.br

O deputado estadual Dary Pagung (PSB) nomeou o filho do ex-prefeito de Laranja da Terra, no Noroeste do Espírito Santo, Claudio Pagung, para o cargo de assistente de gabinete de representação parlamentar. Elder Pagung terá atuará junto à base eleitoral do deputado na região.

Claudio e Elder são pai e filho, respectivamente, mas não são parentes próximos de Dary, apesar do sobreno-

me em comum. Elder chegou a ser secretário municipal na gestão do pai.

Em março de 2018, Dary nomeou Claudio Pagung para a mesma função no gabinete. Contudo, pouco tempo depois veio à tona a condenação do ex-prefeito à prisão em processo de fraude em licitação de transporte escolar na prefeitura.

Alcançado pela Lei da Ficha Limpa, ele teve a nomeação tornada insubsistente pela Procuradoria da Assembleia, ainda naquele mês. Agora, ontem foi publicada a nomeação de Elder.

“Ele é liderança da região. É minha liderança da região de Laranja da Terra e

Afonso Cláudio. Faz meus contatos ali. A condenação do Claudio já foi superada. Ele foi absolvido na revisão criminal há alguns meses. O filho está doido querendo me ajudar lá politicamente”, explicou o deputado.

Na verdade, o Tribunal de Justiça do Estado apenas reconsiderou o tamanho da pena de prisão aplicada, de cerca de nove anos, e a diminuiu para menos de quatro.

Com isso, a Justiça reconheceu a prescrição dos crimes apontados. Segundo o advogado dele, Márcio Lino Camporese, não há qualquer medida contra o político. “Houve erros na dosimetria da pena”, disse.

Amor multiplicado por quatro

Antonio Silva e Camila Morosini pretendiam ter um filho adotivo, mas decidiram adotar quatro irmãos em um abrigo de Guarapari

Roberta Bourguignon

Após o casamento, o professor Antonio Silva Santos Filho, 39 anos, e a dona de casa Camila Morosini, 35, fizeram um acordo de adotar um filho. Porém, ao conhecerem quatro irmãos no abrigo de Guarapari, decidiram adotar todos de uma só vez.

Patrícia, 21 anos, Daniele, 20, Bruno, 16, e Breno, 15, foram adotados pelo casal de Guarapari. Os quatro irmãos foram parar no abrigo de Guarapari há oito anos. Eles vieram de um abrigo de Viana, por maus-tratos da família.

Na época, o abrigo identificou que em Guarapari havia um irmão deles, por isso foram enviados para o município. No entanto, a família que adotou um quinto irmão não tinha condições de adotar mais quatro, deixando-os no abrigo de Guarapari.

Camila e Antonio faziam trabalhos voluntários com pessoas em vulnerabilidade social e dependentes químicos. Em um desses trabalhos, tiveram os primeiros contatos com o abrigo, quando conheceram os quatro irmãos.

"Quando conhecemos os quatro, os meninos seriam separados das meninas pela idade delas, que não cabia mais no abrigo. Como havia uma dificuldade emocional muito grande entre elas, buscamos ajudá-los, até que resolvessem toda a situação, e o juiz da Vara da Infância da época permitiu a guarda provisória deles", explica a mãe



ANTONIO (de branco) e a mulher Camila (no colo) adotaram quatro irmãos: Daniele, Bruno, Breno e Patrícia. Os jovens viviam em um abrigo em Guarapari

Camila.

Apesar da adoção efetiva ter acontecido há três anos, a convivência entre eles existe há oito anos.

"Primeiramente ficamos com a guarda deles, porque não haviam sido destituídos ainda. Mas nosso intuito desde o início era a adoção deles. A Justiça aguardava a possibilidade de reinstalação na família. Como não houve essa possibilidade, porque já havia passado muito tempo, entramos com o pedido e conseguimos a adoção dos quatro", conta Camila.

Atualmente, o casal participa de um grupo de apoio, "Gerando com Coração", que ajuda famílias no desenvolvimento para a adoção. São dezenas de pais que já adotaram e outros que ainda estão na fila.

"O grupo surgiu depois que eu adotei meus dois filhos. Vi que eu passei por muitas dificuldades para adotá-los, e decidi que poderia ajudar as pessoas com o grupo de apoio. Foi aí que eu encontrei o Antonio, que é um dos diretores do grupo também", relata a presidente do grupo, Virgínia Silva.

"Melhores pais do mundo"

Os quatro irmãos adotados pelo casal Antonio Silva e Camila Morosini são muito tímidos. Patrícia e Daniele não gostam de lembrar o passado. Já Bruno e Breno contam que se sentem na melhor família do mundo.

"Me sinto muito feliz porque eles são os melhores pais do mundo. Foram os pais que nos tiraram de um buraco sem fundo. Não tínhamos uma família de verdade. Natal, por exemplo, não existia uma reunião entre pessoas. Eu agradeço todos os dias por isso existir", disse Bruno.

GRUPO

Atualmente, existem no Espírito Santo, mais de 1 mil famílias a espera de uma criança. Nos abrigos do Estado, 147 crianças estão disponíveis para adoção.

Os números foram repassados pela assistente social da Vara da Infância e Juventude de Guarapari, Elaine Simone Costa Silva, durante uma palestra a convite do grupo "Gerando com o Coração".

A presidente do grupo, Virgínia Silva, revela que a adoção tardia, de crianças acima de 7 anos, é mais difícil.

"Vemos que existe muitos nomes para adoção e muitas famílias que estão na fila. O problema, muitas das vezes, é que são crianças mais velhas, adolescentes. A adoção tardia não é vista com bons olhos", afirmou.

E completou: "Há situações como essa do Antonio e da Camila, que se trata de mais de um irmão. Quando são separados, a dor pode ser maior e, por isso, a assistente social insiste na adoção de irmãos".

CAMILA MOROSINI DONA DE CASA

"Somos muito abençoados"

O casal Camila e Antonio adotaram quatro irmãos que viviam em um abrigo de Guarapari. Eles poderiam ter filhos biológicos, mas priorizaram a adoção.

A TRIBUNA - Como conheceram os quatro?

CAMILA MOROSINI - Pretendíamos entrar na fila de adoção, mas acabamos conhecendo os irmãos antes. Quando conhecemos os quatro, os meninos seriam separados das meninas pela idade delas, que não cabiam mais no abrigo onde estavam.

Como havia uma dificuldade emocional muito grande entre elas, buscamos ajudá-los, até que resolvessem toda a situação, e o juiz da Vara da Infância, da época, permitiu que ficássemos com a guarda provisória deles.

> Por que eles estavam no abrigo?

Por causa de maus-tratos em ca-

sa, os quatro irmãos foram levados para um abrigo de Viana. Nesse abrigo, descobriram que havia um quinto irmão que estava morando em Guarapari. Os irmãos foram transferidos para o abrigo de Guarapari, com o intuito de fazerem essa reinstalação com a mãe. O agressor era o pai.

> Foi uma luta longa até a adoção?

Sim. Conhecemos eles há oito anos. A Justiça aguardava a possibilidade de reinstalação na família. Eles chegaram a voltar ao con-

“ Escolher amar te faz amar de uma forma mais profunda. Nós damos muito amor para eles, e recebemos tudo isso de volta ”

vívio da mãe, mas as agressões voltaram a acontecer e eles retornaram para o abrigo. O processo de adoção levou cinco anos para se concretizar. A Justiça tentou de todas as maneiras a volta deles para a família.

> Após esperar tantos anos, qual o sentimento hoje?

Somos muito abençoados. Somos gratos por não termos desistido, por termos ficado com eles. Nas dificuldades, eles passam junto com a gente. É um amor incondicional e inexplicável.

É muito fácil amar aquilo que é de nossa obrigação, mas escolher amar te faz amar de uma forma mais profunda.

Receber esse amor é algo gratificante demais. Nós damos muito amor para eles, e recebemos tudo isso de volta. Nem todo filho demonstra esse amor, independentemente de ser biológico ou adotivo.



GRUPO de apoio de Guarapari ajuda famílias no processo de adoção

Mulher que alegava ter sido destratada por cobrador tem pedido de indenização negado

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização negado. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a autora, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação afirmou que não houve nenhuma discussão entre a autora e o cobrador do ônibus, assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços.

Em análise do caso, o juiz observou que a autora não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

"A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [...] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré", explicou o juiz.

Processo nº 5002342-14.2017.8.08.0030

Fonte: Site de Linhares

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/mulher-que-alegava-ter-sido-destratada-por-cobrador-tem-pedido-de-indenizacao-negado/>

Mulher que alegava ter sido destratada por cobrador tem pedido de indenização negado

Norte Notícia

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização negado. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a autora, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação afirmou que não houve nenhuma discussão entre a autora e o cobrador do ônibus, assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços.

Em análise do caso, o juiz observou que a autora não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

"A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [...] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré", explicou o juiz.

Processo nº 5002342-14.2017.8.08.0030

Site: <https://nortenoticia.com.br/mulher-que-alegava-ter-sido-destratada-por-cobrador-tem-pedido-de-indenizacao-negado/>

Adolescentes que cumprem medida socioeducativa em São Mateus terão qualificação profissional

O Projeto Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São Mateus, foi lançado esta semana, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, Antônio Moreira Fernandes, da procuradora do **Ministério Público** do Trabalho, Thaís Borges da Silva, do gerente da unidade Centro Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreiro, e dos adolescentes acompanhados de seus responsáveis.

Também estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do Creas, Geovalti Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu no último dia 26.

O juiz substituto Antonio Moreira Fernandes, da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, parabenizou a todos pela iniciativa e destacou a importância da decisão daqueles em aderir ao programa como forma de construção de um novo futuro, por meio de capacitação e auxílio a entrar no mercado de trabalho. Destacou, ainda, que este é o momento da mudança e que o primeiro passo já foi dado por aqueles que se dispuseram a participar do curso ofertado.

A procuradora do Trabalho, Thaís Borges da Silva, destacou que "a implementação do Projeto Além da Medida significa o cumprimento, pelo Estado, do seu dever de garantir aos adolescentes seu direito de profissionalização, providencia esta que pode servir como transformação de vida para esses adolescentes. 'O conhecimento é transformador!'. É esse então um projeto que visa dar um novo projeto de vida, uma nova perspectiva de futuro para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa."

As bolsas profissionalizantes são provenientes de

recursos da Procuradoria do Trabalho de São Mateus, assim como são todos os itens necessários para a realização do curso, como uniforme, material didático, insumos, lanches diários, equipamentos de proteção individual, material de consumo para utilização do curso e, para aqueles que tiverem frequência acima de 75%, bolsa de 20 reais por dia.

A primeira turma, formada por 20 adolescentes, realizará o curso técnico em eletricista de automóveis, com carga horária de 160 horas. Os estudantes serão submetidos aos conteúdos curriculares específicos sobre atividade da área automotiva. As aulas terão início no dia 16 de setembro, na sede do Senai, e os alunos serão acompanhados pelo instrutor Fábio César Magalhães.

Fonte: **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**

Site: <https://www.simnoticias.com.br/adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-sao-mateus-terao-qualificacao-profissional/>

SUPLEMENTAR

Eleição para prefeito de Castelo marcada para 27 de outubro

Prefeito e vice eleitos em 2016 tiveram os diplomas cassados. 28.377 vão votar

Os moradores de Castelo, no Sul do Espírito Santo, vão escolher os novos prefeito e vice-prefeito do município no dia 27 de outubro. A data do pleito foi marcada pelo plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) e divulgada ontem pelo desembargador Annibal de Rezende Lima. Deverão comparecer às urnas do município 28.377 eleitores.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou, no início do mês de agosto, re-

ursos contra decisão que cassou diplomas do então prefeito Luiz Carlos Piassi (MDB) e do vice Pedro Nunes de Almeida (PSDB), eleitos em 2016, e determinou a realização de novas eleições na cidade.

Estarão aptos a concorrer aos cargos todos os candidatos de partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até seis meses antes do pleito e que permaneçam registrados no TSE, e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no TRE-ES.

No dia 23 de agosto, com a cassação do prefeito, o presidente da Câmara, Domin-

gos Fracaroli (PSDB), assumiu prefeitura de Castelo.

CONVENÇÕES

As convenções destinadas a deliberar sobre as ligações e a escolha de candidatos serão realizadas no período de 16 a 21 de setembro de 2019.

Nelas, poderão concorrer o eleitor que possuir domicílio eleitoral no respectivo município pelo prazo de, no mínimo, seis meses antes da data da nova eleição e estiver com a filiação deferida pelo partido no prazo de seis meses, ressalvada disposição estatutária do partido que fixe prazo superior.



FACHADA DO TRE-ES: partidos deverão entregar ata ao tribunal até 24 horas após convenção para disputar eleição

TRE define data da eleição em Castelo

Pleito suplementar para mais de 28 mil eleitores será no dia 27 de outubro. Novos prefeito e vice ficam só até fim do ano que vem

Brunella França

Os eleitores de Castelo, no Sul do Estado, voltarão às urnas no dia 27 de outubro para escolher novos prefeito e vice-prefeito. A data foi anunciada na sessão de ontem do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) pelo presidente da Corte, desembargador Annibal de Rezende Lima.

A expectativa da Justiça Eleitoral é que 28.377 eleitores compareçam às urnas na chamada eleição suplementar, que será realizada a menos de um ano para o pleito de 2020, marcado para 4 de outubro.

De acordo com as regras eleitorais, estarão aptos a concorrer to-

dos os candidatos de partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até seis meses antes do pleito, que permaneçam registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no TRE-ES.

Atualmente, há 14 partidos com diretórios anotados no município de Castelo. São eles: DEM, MDB, Patriota, PCdoB, PDT, PHS, PL, PMB, PSB, PSC, PSD, PSDB, PTB e Solidariedade. As convenções partidárias para escolher os candidatos deverão ser realizadas entre 16 e 21 de setembro.

Pode concorrer: o eleitor que possuir domicílio eleitoral em Castelo no mínimo seis meses antes da data da nova eleição e estiver com a filiação deferida pelo partido no prazo de seis meses, ressalvada disposição estatutária da sigla que fixe prazo superior.

CASSAÇÃO

O prefeito cassado Luiz Carlos Piassi (MDB) foi condenado por

improbidade administrativa em ação civil pública que transitou em julgado em 2013. Na ocasião, houve a determinação da suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de oito anos.

Mesmo assim, em 2016, ele disputou as eleições municipais respaldado por uma liminar, que foi derrubada um dia após o resultado do pleito, ou seja, antes de sua diplomação.

O CRONOGRAMA

Convenções partidárias

> DE 16 A 21 DE SETEMBRO. A ata com as assinaturas dos convencionais terá que ser entregue digitada à Justiça Eleitoral em até 24 horas após a realização da convenção.

Eleição

> 27 DE OUTUBRO. Deverão comparecer às urnas do município, das 8h às 17 horas, 28.377 eleitores.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

Rede social muda regra para político

Publicar anúncios políticos no Facebook ficará mais difícil para usuários da plataforma. Apoiadores de políticos, empresas e organizações, como ONGs, deverão fornecer uma série de informações para terem suas campanhas aprovadas pela plataforma.

As medidas valem para os Estados Unidos, a partir de outubro, visando às eleições de 2020 naquele país, e ainda não têm data para chegar ao Brasil. Para especialistas, a mudança significa maior controle na disseminação de infor-

mações falsas.

“O Facebook quer tratar com mais rigor o uso da plataforma, evitar distorções, notícias falsas. Com relação à propaganda eleitoral paga, não terá muita diferença no Brasil porque aqui empresas, pessoas ou outras organizações são proibidas de impulsionar posts”, disse o advogado eleitoral Marcelo Nunes.

Doutora em Comunicação e especialista em marketing político, a professora Fabiana Franco disse que a atitude técnica tomada pela

rede social no sentido de identificar a fonte produtora da informação facilitará o controle de disseminação de informações falsas.

“As campanhas virão, teoricamente, com a assinatura de quem as produziu”, observou.

“O objetivo é ligar o conteúdo a alguém. Se der algum problema, quem é o responsável? No conteúdo publicado por políticos, isso é mais fácil. Agora o alvo é o conteúdo de terceiros”, comentou o consultor em marketing político e professor Darlan Campos.

Divulgação



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), Desembargador Annibal de Rezende Lima, anunciou ontem a nova data

02

MUNICIPAIS

Novas eleições em Castelo com data marcada

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), Desembargador Annibal de Rezende Lima, anunciou, ontem, que o Plenário da Corte Eleitoral marcou para o dia 27 de outubro próximo as novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Castelo. Deverão comparecer às urnas do município, 28.377 eleitores.

Estarão aptos a participar das eleições de 27 de outubro de 2019 todos os candidatos de partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até seis meses antes do pleito e que

permaneçam registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no TRE-ES.

As convenções destinadas a deliberar sobre as coligações e a escolha de candidatos serão realizadas no período de 16 a 21 de setembro de 2019, observadas as normas contidas no estatuto do partido político, nelas podendo concorrer o eleitor que possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, no mínimo, seis meses antes da data da nova eleição e estiver com a



filiação deferida pelo partido no prazo de seis meses, ressalvada disposição estatutária da agremiação que fixe prazo superior, devendo ser encaminhadas duas vias da ata da convenção digitada e

devidamente assinada ao Juízo Eleitoral, acompanhada de cópia da lista de presença dos convenccionais com as respectivas assinaturas, em 24 (vinte e quatro) horas após a convenção.

Castelo. Cidade terá novas eleições em 27 de outubro

As novas eleições para prefeito e vice-prefeito do município de Castelo acontecem no dia 27 de outubro. A data foi anunciada ontem pelo presidente do TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo), desembargador Annibal de Rezende Lima. Deverão comparecer às urnas do município, 28.377 eleitores. O ex-prefeito e vice da cidade foram cassados.

As convenções destinadas a deliberar sobre as coligações e a escolha de candidatos serão realizadas no período de 16 a 21 de setembro de 2019. Estarão aptos a participar do pleito os candidatos de partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até seis meses antes da eleição e que permaneçam registrados no TRE e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município. ● METRO

Novas eleições em Castelo serão realizadas no próximo mês (Política)

03.09.2019

Mais de 28 mil eleitores deverão comparecer às urnas no próximo dia 27 de outubro

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (**TRE-ES**), Desembargador **Annibal de Rezende Lima**, anunciou, nessa segunda-feira (02), que o Plenário da Corte Eleitoral marcou para o dia 27 de outubro próximo as novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-prefeito do município de Castelo. Deverão comparecer às urnas do município, 28.377 eleitores.

Estarão aptos a participar das eleições de 27 de outubro de 2019 todos os candidatos de partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até seis meses antes do pleito e que permaneçam registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no **TRE-ES**.

As convenções destinadas a deliberar sobre as coligações e a escolha de candidatos serão realizadas no período de 16 a 21 de setembro de 2019, observadas as normas contidas no estatuto do partido político, nelas podendo concorrer o eleitor que possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, no mínimo, seis meses antes da data da nova eleição e estiver com a filiação deferida pelo partido no prazo de seis meses.

O resultado das convenções deve ser enviado ao Juízo Eleitoral, no prazo de 24 horas após a reunião.

Cassação

No início do mês de agosto, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (**TSE**), por unanimidade, manteve decisão do Tribunal Regional Eleitoral (**TRE-ES**) que cassou a expedição dos diplomas do prefeito Luiz Carlos Piassi e de seu vice Pedro Nunes de Almeida, e determinou a imediata convocação de novas eleições. A decisão do **TSE** deve ser cumprida assim que o acórdão do julgamento for publicado.

Luiz Carlos Piassi foi condenado por improbidade administrativa em Ação Civil Pública que transitou em julgado em 2013, com a determinação da suspensão de seus direitos políticos por oito anos. Mesmo assim,

em 2016, ele disputou as eleições municipais respaldado por uma liminar, que foi derrubada um dia após o resultado do pleito, ou seja, antes de sua diplomação.

Acompanhando o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, o Colegiado concluiu que o **TRE** enfrentou todas as alegações dos recorrentes, sem qualquer omissão ou violação aos seus direitos. Segundo o relator, a decisão que cassou a expedição dos diplomas está plenamente fundamentada, uma vez que na data da diplomação, o prefeito eleito estava com seus direitos políticos suspensos.

Ao negar provimento ao recurso, Luís Roberto Barroso também frustrou a pretensão do vice-prefeito de permanecer no cargo, concluindo que a cassação da chapa majoritária implica na renovação do pleito municipal, mediante a convocação imediata de novas eleições.

Com informações do **TRE-ES**

Site:

[http://radiofmz.com.br/site/conteudo.asp?codigo=13869&titulo=Novas eleições em Castelo serão realizadas no próximo mês](http://radiofmz.com.br/site/conteudo.asp?codigo=13869&titulo=Novas%20eleicoes%20em%20Castelo%20serao%20realizadas%20no%20proximo%20mes)

Castelo com novas eleições em outubro (Acontecendo)

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (**TRE-ES**), Desembargador **Annibal de Rezende Lima**, anunciou, nesta segunda-feira (02), que o Plenário da Corte Eleitoral marcou para o dia 27 de outubro próximo as novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-prefeito do município de Castelo. Deverão comparecer às urnas do município, 28.377 eleitores.

Luiz Carlos Piassi, foi condenado por improbidade administrativa em Ação Civil Pública que transitou em julgado em 2013, com a determinação da suspensão de seus direitos políticos por oito anos. Mesmo assim, em 2016, ele disputou as eleições municipais respaldado por uma liminar, que foi derrubada um dia após o resultado do pleito, ou seja, antes de sua diplomação.

Estarão aptos a participar das eleições de 27 de outubro de 2019 todos os candidatos de partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até seis meses antes do pleito e que permaneçam registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no **TRE-ES**.

As convenções destinadas a deliberar sobre as coligações e a escolha de candidatos serão realizadas no período de 16 a 21 de setembro de 2019, observadas as normas contidas no estatuto do partido político, nelas podendo concorrer o eleitor que possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, no mínimo, seis meses antes da data da nova eleição e estiver com a filiação deferida pelo partido no prazo de seis meses, ressalvada disposição estatutária da agremiação que fixe prazo superior, devendo ser encaminhadas duas vias da ata da convenção digitada e devidamente assinada ao Juízo Eleitoral, acompanhada de cópia da lista de presença dos convencionais com as respectivas assinaturas, em 24 horas após a convenção.

Todos os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores

Diretor:

José Vicente Mendes

Jornalista DRT/ES 204

Editor:

José Carlos Madureira

Jornalista MTB-ES 3154

Telefones:

(27) 3721-5305 / 3372-2046

9.9619-4995 / 9.9619-4996

E-mail: dnnoticias@yahoo.com.br

dn.colatina@yahoo.com.br

Site: <http://redediario-es.com.br/castelo-com-novas-eleicoes-em-outubro/>

Por medo de perder receita, cartórios querem veto em MP

Por Edna Simão e Raphael Di Cunto | De Brasília

Os cartórios estão tentando convencer o presidente Jair Bolsonaro a vetar trecho da medida provisória (MP) da Liberdade Econômica que dispensa os fundos de investimento de fazerem o registro de seus regulamentos, o que representa de 25% a 40% do faturamento dos cartórios que atuam nessa área. Pela MP, apenas o registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seria condição suficiente para garantir sua publicidade.

Para o presidente do Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil (IRTDPJ Brasil), Rainey Barbosa Alves Marinho, a medida não deve desburocratizar ou reduzir custos para os fundos de investimento porque o trabalho deverá ocorrer por meio de contratação de uma outra empresa, já que a CVM, na avaliação do dirigente, não teria condições de assumir uma atribuição que atualmente cabe aos cartórios de títulos e documentos.

"Não é desburocratizar, pois está passando para outro órgão para registrar o documento", disse Marinho. O texto da MP, no entanto, não dá detalhes sobre isso.

Ele destacou ainda que esse trecho da MP é um "cheque em branco" porque não deixa claro como a CVM vai regular esse mercado, o que pode causar insegurança jurídica. Ele, que representa 3.423 cartórios no país, já participou de reuniões com técnicos na Casa Civil para pedir o veto à mudança.

Defensor do atual modelo, o deputado Celso Russomanno (PRB-SP) disse que o cadastro em cartórios é necessário para dar segurança jurídica aos investidores de que o fundo existe de fato e que não está, entre as responsabilidades da CVM, fazer esses registros.

Ele disse que "alguém" tenta se aproveitar da mudança para promover fraudes e que a emenda surgiu na MP em meio a processo do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que tornaria obrigatório que todos os registros de fundos de investimentos nos cartórios fossem enviados ao órgão para averiguação de lavagem de dinheiro. "Estão querendo acobertar casos de lavagem de dinheiro. O relator tem que explicar isso."

Procurado, o relator da medida provisória, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), afirmou que a emenda foi sugerida pelo governo, em especial pelo secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, e sugeriu procurá-lo para responder sobre a proposta.

Por meio de nota, o Ministério da Economia informou que recebeu sugestões de diversos setores - inclusive representantes de fundos de investimento - de medidas de desburocratização e redução de custos regulatórios. "O objetivo primordial da MP 881 é justamente reduzir custos de transação e desonerar o cidadão de exigências regulatórias desproporcionais, de forma que apoiou a sugestão do setor em questão", informou a nota da pasta. A CVM também não comentou o assunto.

O advogado Felipe Marin Vieira, do escritório Velloza Advogados Associados, destacou que a MP, da forma com que foi aprovada pelo Congresso, diminui consideravelmente as despesas dos fundos de investimento. Ele ressaltou que em São Paulo, por exemplo, esse custo pode variar de R\$ 93 a R\$ 18 mil.

Para o advogado, no entanto, a CVM precisaria se ajustar a nova realidade para garantir que os contratos tenham segurança jurídica, que hoje é assegurada apenas com o registro no cartório. A MP não deixa claro como seria isso.

Além disso, o advogado afirmou que é preciso deixar claro se haverá uma alteração nas regras exigidas pela Receita Federal para concessão do CNPJ para esses fundos. Hoje, o CNPJ só é liberado se houver registro no cartório. Sem alteração desse critério, a medida não deve trazer o efeito esperado pelo governo.

O presidente Jair Bolsonaro tem até 12 de setembro para decidir quais pontos da MP da Liberdade Econômica serão sancionados e quais serão vetados.

Site: <https://www.valor.com.br/brasil/6418727/por-medo-de-perder-receita-cartorios-querem-veto-em-mp>

Vice-Governadoria firma parceria com LabTAR (Notícias)

Com o propósito de empreender para promover cidadania, a vice-governadora Jaqueline Moraes inicia uma parceria com o Laboratório de Apoio a Rede de Inovação - LabTAR. A iniciativa tem como parceira a coordenadora e professora do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Miriam de Magdala Pinto.

A parceria está centrada no projeto ÍRIS - que significa Inspira, Realiza e Impacta Socialmente. O objetivo da iniciativa é o fortalecimento do empreendedorismo de impacto socioambiental positivo. O projeto tem motivado o surgimento de várias pequenas empresas no Brasil, que conjugam os resultados financeiros à geração de benefícios para uma comunidade carente de serviços básicos.

Na sede do ÍRIS, na Enseada do Suá, em Vitória, funcionam empresas e uma associação sem fins lucrativos. "Com o propósito que se relaciona fortemente com o Programa Agenda Mulher, da Vice-Governadoria do Estado, dando foco no empreendedorismo de ambos, nós, da ÍRIS, vemos como extremamente oportuna e sinérgica a relação entre as duas ações e estamos abertos à colaboração e parcerias entre as iniciativas", pontua a coordenadora do LabTAR, Miriam de Magdala Pinto.

O interesse da vice-governadora Jaqueline Moraes é criar condições para desenvolver projetos de fomento ao empreendedorismo social em parceria com a iniciativa privada. Um dos dados que ela apresenta para atuar no Espírito Santo é o crescimento do número de negócios tocados pelos Microempreendedores Individuais (MEIs).

"Acredito fortemente que é viável aumentar o faturamento e, ao mesmo tempo, acrescentar algo de positivo à sociedade. O negócio pode ser positivo para o mercado e também para a sociedade do entorno. Temos reinventar as relações", define Jaqueline Moraes.

O foco deste tipo de empreendimento, conhecido como negócio de impacto, está na base da pirâmide social brasileira composta, principalmente, por classes menos favorecidas. No País, aproximadamente 160 milhões de pessoas integram as camadas com faixas de renda mais baixas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O programa foi apresentado à vice-governadora. "Pequenos Negócios, Grandes Mulheres", desenvolvido pelo time Enactus/Ufes Vitória. A explicação sobre o funcionamento foi dada pelo aluno da Ufes, Rogi Cezarino, mostrando que o projeto tem por objetivo capacitar **mulheres vítimas de violência doméstica** e em situação de vulnerabilidade, a fim de conquistar sua autonomia financeira. Para tanto, o trabalho ocorre em parceria com outro projeto de extensão da Ufes, o Fordan, e atua na comunidade de São Pedro, em Vitória, com foco no enfrentamento a violência.

"A gente encontrou em todas as comunidades - São Benedito, em Vitória; Vila Nova de Colares, na Serra e Vila das Torres, em Curitiba (PR) - mulheres jovens, que cuidam sozinhas dos seus filhos e são rejeitadas pelo mercado de trabalho, mas que lutam sempre para dar o melhor para seus filhos e estão dispostas a assumir os riscos de enfrentar o novo, aprendendo uma nova ferramenta, encarando um novo mercado de trabalho e trocando suas experiências como mães com a gente, nos ensinando muito e também ouvindo muito do que levamos para elas", afirma Rogi Cezarino.

Ele explica ainda que a Enactus, organização internacional sem fins lucrativos da qual é membro se dedicada "a inspirar os alunos a melhorar o mundo através do empreendedorismo".

Outro exemplo de empresa que integra o ÍRIS é a Eva - um negócio de impacto social que promove para mães em situação de vulnerabilidade social uma capacitação em Gestão de Mídias Sociais, com o intuito de gerar renda e proporcionar seu empoderamento. Ao mesmo tempo, durante a capacitação, são discutidos temas relacionados ao cuidado parental e aos fatores de proteção à criança.

O aluno Athus Cavalini, cofundador da Eva, destaca que "assim, a gente acredita que pode torná-las mães melhores, mais fortes e que proporcionem um desenvolvimento pleno para seus filhos", sobre o funcionamento da empresa.

Site: <https://www.horaagha.com.br/vice-governadoria-firma-parceria-com-labtbar/>

Estado Presente: 72 mil vagas para qualificar jovens até 2022

Cursos são para os moradores dos 140 bairros contemplados no programa anticrime

GLACIERI CARRARETTO
gcarraretto@recegazeta.com.br

Jovens e adultos poderão se candidatar ainda este ano a 2,5 mil vagas do projeto Qualificar ES, voltado para a qualificação profissional com cursos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti). Até 2022, a estimativa é de uma oferta de 72 mil vagas.

Os cursos são destinados aos moradores dos 140 bairros contemplados pelo programa Estado Presente em Defesa da Vida, que tem como objetivo reduzir os índices de violência e criminalidade.

As próximas inscrições começam no dia 24 de setembro pelo site qualificar.es.gov.br. Podem participar pessoas com mais de 16 anos, que residam no município onde será ofertado o curso presencial ou demais cursos on-line. Também são oferecidas as apostilas e os produtos usados nas aulas, como maquiagem na aula de beleza e ingredientes na aula de confeitaria, por exemplo.

O projeto é uma das ações que integra o eixo social do Estado Presente, apresentado ontem, junto com outras 35 propos-



Rua em Terra Vermelha: bairro em Vila Velha vai receber ações itinerantes do programa no próximo dia 21

tas da área social que vão atender a 140 bairros contemplados pelo programa. Os projetos estão divididos em etapas a serem executadas até 2022 com o propósito de manter a redução do número de homicídios e, consequentemente, a violência.

CIDADES

Oito cidades vão receber os projetos, que já tem início este ano. São elas: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de

Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus.

"Todos os órgãos do governo estão envolvidos no atendimento a esses territórios mais vulneráveis, na área da violência e na área social, para que possamos colocar de fato o Estado junto à sociedade", pontuou o governador Renato Casagrande.

O programa Estado Presente em Defesa da Vida, que já foi plano de segurança pública no mandato anterior de Casagrande, foi

retomado em março deste ano. Os primeiros passos foram no eixo de proteção policial, com metas na atuação das corporações policiais em 20 áreas, que seriam responsáveis por uma redução de 16,8% dos números de assassinatos, desde o início do ano, segundo o governo.

O eixo proteção policial tem como pilares prender criminosos, desestruturar o comércio de drogas e armas - 80% dos homicídios são causados

por arma de fogo no Estado - e fazer uma aproximação policial com a comunidade. Agora, paralelamente, as demais secretarias do governo vão atuar no âmbito social.

"Queremos deixar uma infraestrutura urbana melhor, formar mais empreendedores, gente qualificada, visamos ofertar oportunidades", disse o governador. Os projetos possuem somam R\$ 314 milhões de investimentos.

Bairros terão exames e vacinação

O governo do Estado vai levar vários serviços itinerantes de saúde, orientação jurídica, atendimento ao consumidor, oportunidades de trabalho e qualificação profissional para os 140 bairros atendidos pelo programa Estado Presente, até 2023.

Já no próximo dia 21, o bairro Terra Vermelha, em Vila Velha, vai receber o Estado Presente Itinerante. Os moradores da região vão poder contar com diversos serviços, como orientação jurídica, exames de DNA, doação de sangue, realização de testes rápidos (sífilis, HIV, hepatites virais, glicemia), vacinação, aferição de pressão arterial e rodas de conversa sobre vários assuntos. Serviços do Procon Móvel também estarão no programa.

Já em 30 de novembro, o Estado Presente Itinerante deve seguir para Fei Rosa, na Serra. O objetivo é desenvolver ações de saúde para a população dos bairros prioritários. A partir de 2020, está prevista ainda a realização de cursos com 1.200 vagas por ano. Os bairros contemplados são aqueles prioritários no combate à violência e criminalidade. Ao todo, serão 140 bairros da Grande Vitória e interior.

AÇÕES DO ESTADO PRESENTE

SEGURANÇA

► Patrulhas

Estão previstos seis projetos. Entre eles, o Papo de Resposta quer atender 35 mil jovens da Rede Estadual até 2022. O projeto visa a prevenir a violência e promover diálogo e protagonismo entre a juventude e policiais civis. A Patrulha Escolar, a Patrulha Maria da Penha e ações de prevenção e redução da violência intrafamiliar e de gênero também estão incluídas.

SAÚDE

► Atendimento

Os projetos envolvem a construção de Centros de Atenção Psicossocial para

assistência ambulatorial especializada à população, buscando minimizar a dependência química e promover a saúde mental, além de ampliar a cobertura e o acesso à Saúde da Família.

EDUCAÇÃO

► Ensino integral

Serão oito projetos para reduzir a exposição de jovens às situações de risco e vulnerabilidade social. O governo vai implantar ensino de tempo integral em 40 escolas da rede pública estadual, promover a qualificação profissional de jovens e adultos e ofertar oportunidade de trabalho e renda, além de

ampliar a escolaridade dos moradores dos territórios do Estado Presente em Defesa da Vida, por meio oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas da Rede Estadual.

SOCIAL

► Foco em serviços

Na área do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, serão implantados oito projetos, com foco em serviços que possibilitem mais qualidade de vida aos jovens entre 15 e 24 anos; o fortalecimento da população negra; o fomento ao afroempreendedorismo; e o acompanhamento de

adolescentes e jovens que tiveram medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade extintas ou progredidas.

ESPORTE

► Escola de campeões

Nove Campos Born de Bola estão previstos para municípios atendidos, além da implantação de praças saudáveis e de núcleos de esporte do Projeto Campeões do Futuro.

CULTURA

► Incentivo

A área de Cultura vai buscar fomentar a leitura, a criação literária e o debate entre jovens da

Rede Estadual que residem nas áreas atendidas pelo programa. Os projetos também propõem a mobilização e formação de agentes jovens comunitários para atuarem em suas comunidades com foco na cultura da paz, da convivência e no direito à vida.

ESTADO PRESENTE

► Atendimento

O Estado Presente Itinerante, com 14 ações, vai promover serviços de saúde, orientação jurídica, atendimento ao consumidor, oportunidades de trabalho e qualificação profissional.

PROCON

► Unidade Móvel

Outra ação itinerante é a do Procon Móvel, que pretende expandir o acesso ao serviço de atendimento do Procon aos consumidores da Grande Vitória, levando informações.

GAZETA ONLINE

www.gazetaonline.com.br

BAIRROS

Confira no site a lista dos 140 bairros que vão receber as ações sociais e de qualificação do programa Estado Presente.

Governo lança eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida

Norte Notícia

O Governo do Espírito Santo lançou, nesta segunda-feira (02), o eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. O programa, que tem como objetivo reduzir os índices de violência e criminalidade, com foco especialmente em crimes letais, além de reduzir a vulnerabilidade da juventude à violência foi retomado no início deste ano, com o eixo policial. O trabalho já resultou, nos oito primeiros meses, em uma queda de 16,8% nos casos de homicídios dolosos, em relação ao mesmo período do ano passado.

O Estado Presente em Defesa da Vida é realizado de forma integrada pelas instituições de Segurança e Justiça do Espírito Santo e é apontado como um dos modelos de referência para a construção da política de Segurança Pública em âmbito nacional. E vai ampliar sua eficácia com a implantação de ações multissetoriais, envolvendo diversas Secretarias de Estado que atuarão nas estratégias sociais planejadas pelo Governo.

As ações do eixo social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida envolvem as secretarias ligadas às áreas da Segurança; da Educação; da Saúde; da Cultura; do Esporte; dos Direitos Humanos; e de Trabalho, Renda e Empreendedorismo. E essas ações serão integradas à atuação policial qualificada.

"O conceito de segurança pública é amplo e o Estado Presente trabalha com ações das forças policiais e também com serviços públicos de diversas Secretarias. Praticamente todos os setores do Governo estão envolvidos no atendimento a esses territórios que compõem os 140 bairros mais vulneráveis tanto na área da violência como na área social. Estamos fazendo uma programação intensa em cada Secretaria para que a gente possa estar nessas regiões", afirmou o governador Renato Casagrande.

Segundo ele, serão desenvolvidas ações nas áreas de infraestrutura urbana, lazer e cultura, além do estímulo ao empreendedorismo com foco na redução dos índices de violência, a exemplo do que vem ocorrendo desde a retomada do Programa. "Nosso maior desafio

é criar oportunidades e transformar o Estado em um lugar mais justo", reforçou o governador.

O secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, que atua na Secretaria-executiva do Programa, explica que o eixo de proteção social busca uma articulação transversal de toda a estrutura de governo, com o objetivo de estabelecer estratégia de proteção social e redução de vulnerabilidade.

"Um dos fatores críticos de sucesso do programa Estado Presente em Defesa da Vida é sua ação coordenada com ênfase no controle da criminalidade e na prevenção à violência. Enquanto no eixo de proteção policial atuamos para reduzir a impunidade, no de proteção social buscamos estratégias para enfrentar os fatores causais da vulnerabilidade social", diz Duboc.

O secretário ressalta que: "Segurança não é só uma questão de justiça criminal, é uma questão de justiça social e de oportunidade para que todos possam viver de forma digna".

De acordo com a secretária de Estado de Direitos Humanos, Nara Borgo, a ideia é garantir mais direitos às juventudes capixabas e também prevenir a violência contra os jovens. "Quando pensamos no Eixo de Proteção Social, estamos falando em ações preventivas. Temos que considerar que a violência é multifacetada, causada por uma série de fatores, então quando recorremos a ações que garantam o direito à vida, à educação, à cultura e à saúde, por exemplo, estamos prevenindo à violência contra esses jovens e também ofertando possibilidades para que tenham acesso a diversas políticas públicas que antes não acessavam", ponderou.

Projetos

Ao todo, estão previstos 36 projetos a serem desenvolvidos para o público foco do programa, que inclui estudantes da Rede Estadual e pessoas em situação de vulnerabilidade social. As ações, incluindo as de caráter itinerante, serão desenvolvidas nos territórios de atuação do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, na Região Metropolitana da

Grande Vitória e no interior do Espírito Santo.

Na Segurança estão previstos seis projetos. Entre eles, o Papo de Resposta quer atender 35 mil jovens da Rede Estadual até 2022. O projeto visa a prevenir a violência e promover diálogo e protagonismo entre a juventude e policiais civis. A Patrulha Escolar, a Patrulha Maria da Penha e ações de prevenção e redução da violência intrafamiliar e de gênero também estão incluídas.

Na Saúde, os projetos envolvem a construção de Centros de Atenção Psicossocial para assistência ambulatorial especializada à população, buscando minimizar a dependência química e promover a saúde mental, além de ampliar a cobertura e o acesso à Saúde da Família.

A Educação terá oito projetos para reduzir a exposição de jovens às situações de risco e vulnerabilidade social. O Governo vai implantar ensino de tempo integral em 40 escolas da rede pública estadual, promover a qualificação profissional de jovens e adultos e ofertar oportunidade de trabalho e renda, além de ampliar a escolaridade dos moradores dos territórios do Estado Presente em Defesa da Vida, por meio oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas da Rede Estadual.

Na área do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, serão implantados oito projetos, com foco em serviços que possibilitem mais qualidade de vida aos jovens entre 15 e 24 anos; o fortalecimento da população negra; o fomento ao afroempreendedorismo; e o acompanhamento de adolescentes e jovens que tiveram medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade extintas ou progredidas.

Na área do Esporte, nove Campos Bom de Bola estão previstos para municípios atendidos no Estado Presente em Defesa da Vida, além da implantação de praças saudáveis e de núcleos de esporte do projeto Campeões do Futuro.

A Cultura vai buscar fomentar a leitura, a criação literária e o debate entre jovens da Rede Estadual que residem nas áreas atendidas pelo programa. Os projetos também propõem a mobilização e formação de agentes jovens comunitários para atuarem em suas comunidades com foco na cultura da paz, da convivência e no direito à vida.

O Estado Presente Itinerante, com 14 ações, vai promover serviços de saúde, orientação jurídica, atendimento ao consumidor, oportunidades de trabalho e qualificação profissional.

Outra ação itinerante é a do Procon Móvel, que pretende expandir o acesso ao serviço de atendimento do Procon aos consumidores da Grande Vitória, levando informações, orientações e atendimentos relativos às relações de consumo.

Site: <https://nortenoticia.com.br/governo-lanca-eixo-de-protecao-social-do-programa-estado-presente-em-defesa-da-vida/>

Governo lança eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida

O Governo do Espírito Santo lançou, nesta segunda-feira (02), o eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. O programa, que tem como objetivo reduzir os índices de violência e criminalidade, com foco especialmente em crimes letais, além de reduzir a vulnerabilidade da juventude à violência foi retomado no início deste ano, com o eixo policial. O trabalho já resultou, nos oito primeiros meses, em uma queda de 16,8% nos casos de homicídios dolosos, em relação ao mesmo período do ano passado.

O Estado Presente em Defesa da Vida é realizado de forma integrada pelas instituições de Segurança e Justiça do Espírito Santo e é apontado como um dos modelos de referência para a construção da política de Segurança Pública em âmbito nacional. E vai ampliar sua eficácia com a implantação de ações multissetoriais, envolvendo diversas Secretarias de Estado que atuarão nas estratégias sociais planejadas pelo Governo.

As ações do eixo social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida envolvem as secretarias ligadas às áreas da Segurança; da Educação; da Saúde; da Cultura; do Esporte; dos Direitos Humanos; e de Trabalho, Renda e Empreendedorismo. E essas ações serão integradas à atuação policial qualificada.

"O conceito de segurança pública é amplo e o Estado Presente trabalha com ações das forças policiais e também com serviços públicos de diversas Secretarias. Praticamente todos os setores do Governo estão envolvidos no atendimento a esses territórios que compõem os 140 bairros mais vulneráveis tanto na área da violência como na área social. Estamos fazendo uma programação intensa em cada Secretaria para que a gente possa estar nessas regiões", afirmou o governador Renato Casagrande.

Segundo ele, serão desenvolvidas ações nas áreas de infraestrutura urbana, lazer e cultura, além do estímulo ao empreendedorismo com foco na redução dos índices de violência, a exemplo do que vem ocorrendo desde a retomada do Programa. "Nosso maior desafio é criar oportunidades e transformar o Estado em um lugar mais justo", reforçou o governador.

O secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, que atua na Secretaria-executiva do Programa, explica que o eixo de proteção social busca uma articulação transversal de toda a estrutura de governo, com o objetivo de estabelecer estratégia de proteção social e redução de vulnerabilidade.

"Um dos fatores críticos de sucesso do programa Estado Presente em Defesa da Vida é sua ação coordenada com ênfase no controle da criminalidade e na prevenção à violência. Enquanto no eixo de proteção policial atuamos para reduzir a impunidade, no de proteção social buscamos estratégias para enfrentar os fatores causais da vulnerabilidade social", diz Duboc.

O secretário ressalta que: "Segurança não é só uma questão de justiça criminal, é uma questão de justiça social e de oportunidade para que todos possam viver de forma digna".

De acordo com a secretária de Estado de Direitos Humanos, Nara Borgo, a ideia é garantir mais direitos às juventudes capixabas e também prevenir a violência contra os jovens. "Quando pensamos no Eixo de Proteção Social, estamos falando em ações preventivas. Temos que considerar que a violência é multifacetada, causada por uma série de fatores, então quando recorremos a ações que garantam o direito à vida, à educação, à cultura e à saúde, por exemplo, estamos prevenindo à violência contra esses jovens e também ofertando possibilidades para que tenham acesso a diversas políticas públicas que antes não acessavam", ponderou.

Projetos

Ao todo, estão previstos 36 projetos a serem desenvolvidos para o público foco do programa, que inclui estudantes da Rede Estadual e pessoas em situação de vulnerabilidade social. As ações, incluindo as de caráter itinerante, serão desenvolvidas nos territórios de atuação do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior do Espírito Santo.

Na Segurança estão previstos seis projetos. Entre eles, o Papo de Resposta quer atender 35 mil jovens da Rede Estadual até 2022. O projeto visa a prevenir a violência e promover diálogo e protagonismo entre a juventude e policiais civis. A Patrulha Escolar, a Patrulha Maria da Penha e ações de prevenção e redução da violência intrafamiliar e de gênero também estão incluídas.

Na Saúde , os projetos envolvem a construção de Centros de Atenção Psicossocial para assistência ambulatorial especializada à população, buscando minimizar a dependência química e promover a saúde mental, além de ampliar a cobertura e o acesso à Saúde da Família.

A Educação terá oito projetos para reduzir a exposição de jovens às situações de risco e vulnerabilidade social. O Governo vai implantar ensino de tempo integral em 40 escolas da rede pública estadual, promover a qualificação profissional de jovens e adultos e ofertar oportunidade de trabalho e renda, além de ampliar a escolaridade dos moradores dos territórios do Estado Presente em Defesa da Vida, por meio oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas da Rede Estadual.

Na área do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos , serão implantados oito projetos, com foco em serviços que possibilitem mais qualidade de vida aos jovens entre 15 e 24 anos; o fortalecimento da população negra; o fomento ao afroempreendedorismo; e o acompanhamento de adolescentes e jovens que tiveram medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade extintas ou progredidas.

Na área do Esporte , nove Campos Bom de Bola estão previstos para municípios atendidos no Estado Presente em Defesa da Vida, além da implantação de praças saudáveis e de núcleos de esporte do projeto Campeões do Futuro.

A Cultura vai buscar fomentar a leitura, a criação literária e o debate entre jovens da Rede Estadual que residem nas áreas atendidas pelo programa. Os projetos também propõem a mobilização e formação de agentes jovens comunitários para atuarem em suas comunidades com foco na cultura da paz, da convivência e no direito à vida.

O Estado Presente Itinerante , com 14 ações, vai promover serviços de saúde, orientação jurídica, atendimento ao consumidor, oportunidades de trabalho e qualificação profissional.

Outra ação itinerante é a do Procon Móvel , que pretende expandir o acesso ao serviço de atendimento

do Procon aos consumidores da Grande Vitória, levando informações, orientações e atendimentos relativos às relações de consumo.

Conheça os projetos do Eixo Social do Programa Estado Presente

Site: <https://www.portalgn1.com.br/governo-lanca-eixo-de-protecao-social-do-programa-estado-presente-em-defesa-da-vida/>

Governo lança eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida

O Governo do Espírito Santo lançou, nesta segunda-feira (02), o eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida.

O programa, que tem como objetivo reduzir os índices de violência e criminalidade, com foco especialmente em crimes letais, além de reduzir a vulnerabilidade da juventude à violência foi retomado no início deste ano, com o eixo policial.

O trabalho já resultou, nos oito primeiros meses, em uma queda de 16,8% nos casos de homicídios dolosos, em relação ao mesmo período do ano passado.

O Estado Presente em Defesa da Vida é realizado de forma integrada pelas instituições de Segurança e Justiça do Espírito Santo e é apontado como um dos modelos de referência para a construção da política de Segurança Pública em âmbito nacional.

E vai ampliar sua eficácia com a implantação de ações multissetoriais, envolvendo diversas Secretarias de Estado que atuarão nas estratégias sociais planejadas pelo Governo.

As ações do eixo social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida envolvem as secretarias ligadas às áreas da Segurança; da Educação; da Saúde; da Cultura; do Esporte; dos Direitos Humanos; e de Trabalho, Renda e Empreendedorismo. E essas ações serão integradas à atuação policial qualificada.

"O conceito de segurança pública é amplo e o Estado Presente trabalha com ações das forças policiais e também com serviços públicos de diversas Secretarias.

Praticamente todos os setores do Governo estão envolvidos no atendimento a esses territórios que compõem os 140 bairros mais vulneráveis tanto na área da violência como na área social. Estamos fazendo uma programação intensa em cada Secretaria para que a gente possa estar nessas regiões", afirmou o governador Renato Casagrande.

Segundo ele, serão desenvolvidas ações nas áreas de

infraestrutura urbana, lazer e cultura, além do estímulo ao empreendedorismo com foco na redução dos índices de violência, a exemplo do que vem ocorrendo desde a retomada do Programa.

"Nosso maior desafio é criar oportunidades e transformar o Estado em um lugar mais justo", reforçou o governador.

O secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, que atua na Secretaria-executiva do Programa, explica que o eixo de proteção social busca uma articulação transversal de toda a estrutura de governo, com o objetivo de estabelecer estratégia de proteção social e redução de vulnerabilidade.

"Um dos fatores críticos de sucesso do programa Estado Presente em Defesa da Vida é sua ação coordenada com ênfase no controle da criminalidade e na prevenção à violência.

Enquanto no eixo de proteção policial atuamos para reduzir a impunidade, no de proteção social buscamos estratégias para enfrentar os fatores causais da vulnerabilidade social", diz Duboc.

O secretário ressalta que: "Segurança não é só uma questão de justiça criminal, é uma questão de justiça social e de oportunidade para que todos possam viver de forma digna".

De acordo com a secretária de Estado de Direitos Humanos, Nara Borgo, a ideia é garantir mais direitos às juventudes capixabas e também prevenir a violência contra os jovens.

"Quando pensamos no Eixo de Proteção Social, estamos falando em ações preventivas. Temos que considerar que a violência é multifacetada, causada por uma série de fatores, então quando recorremos a ações que garantam o direito à vida, à educação, à cultura e à saúde, por exemplo, estamos prevenindo à violência contra esses jovens e também ofertando possibilidades para que tenham acesso a diversas políticas públicas que antes não acessavam", ponderou.

Projetos

Ao todo, estão previstos 36 projetos a serem desenvolvidos para o público foco do programa, que inclui estudantes da Rede Estadual e pessoas em situação de vulnerabilidade social. As ações, incluindo as de caráter itinerante, serão desenvolvidas nos territórios de atuação do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior do Espírito Santo.

Na Segurança estão previstos seis projetos. Entre eles, o Papo de Resposta quer atender 35 mil jovens da Rede Estadual até 2022.

O projeto visa a prevenir a violência e promover diálogo e protagonismo entre a juventude e policiais civis. A Patrulha Escolar, a Patrulha Maria da Penha e ações de prevenção e redução da violência intrafamiliar e de gênero também estão incluídas.

Na Saúde, os projetos envolvem a construção de Centros de Atenção Psicossocial para assistência ambulatorial especializada à população, buscando minimizar a dependência química e promover a saúde mental, além de ampliar a cobertura e o acesso à Saúde da Família.

A Educação terá oito projetos para reduzir a exposição de jovens às situações de risco e vulnerabilidade social.

O Governo vai implantar ensino de tempo integral em 40 escolas da rede pública estadual, promover a qualificação profissional de jovens e adultos e ofertar oportunidade de trabalho e renda, além de ampliar a escolaridade dos moradores dos territórios do Estado Presente em Defesa da Vida, por meio oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas da Rede Estadual.

Na área do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, serão implantados oito projetos, com foco em serviços que possibilitem mais qualidade de vida aos jovens entre 15 e 24 anos; o fortalecimento da população negra; o fomento ao afroempreendedorismo; e o acompanhamento de adolescentes e jovens que tiveram medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade extintas ou progredidas.

Na área do Esporte, nove Campos Bom de Bola estão previstos para municípios atendidos no Estado Presente em Defesa da Vida, além da implantação de praças saudáveis e de núcleos de esporte do projeto Campeões do Futuro.

A Cultura vai buscar fomentar a leitura, a criação

literária e o debate entre jovens da Rede Estadual que residem nas áreas atendidas pelo programa.

Os projetos também propõem a mobilização e formação de agentes jovens comunitários para atuarem em suas comunidades com foco na cultura da paz, da convivência e no direito à vida.

O Estado Presente Itinerante, com 14 ações, vai promover serviços de saúde, orientação jurídica, atendimento ao consumidor, oportunidades de trabalho e qualificação profissional.

Outra ação itinerante é a do Procon Móvel, que pretende expandir o acesso ao serviço de atendimento do Procon aos consumidores da Grande Vitória, levando informações, orientações e atendimentos relativos às relações de consumo.

Fonte: Governo do Estado

Site: <https://www.simnoticias.com.br/governo-lanca-eixo-de-protecao-social-do-programa-estado-presente-em-defesa-da-vida/>

Internauta não curte discutir violência contra a mulher

RENATA RASSELLI

Estudo da AP Exata, do nosso doutor em Comunicação Sérgio Denicoli, mostra que os internautas não têm interesse em discutir violência contra mulher. A pesquisa foi realizada na última semana, que foi marcada pela trocas de acusações - Bolsonaro, após ofender a esposa de Macron, e do post de Rosângela Moro, esposa do ministro Sérgio Moro, com uma mesa posta e a mensagem "desculpem as feministas". Em 34 mil tuítes, o estudo identificou que os debates sobre o assunto são rasos e estereotipados. Sempre que surge um caso mais midiático, as conversas ficam polarizadas, com acusações contra as próprias mulheres e críticas à sociedade.

Site:

blogs.gazetaonline.com.br/zigzag/2019/09/01/internauta-nao-curte-discutir-violencia-contra-a-mulher/

Sucessão no TJES

A sucessão no Tribunal de Justiça do Espírito Santo - TJES já está passando pelos corredores da Justiça capixaba. Mas ainda não foi definido quem será o sucessor do presidente Sérgio Gama. Na próxima edição poderá estar aqui nesta coluna o nome de um dos prováveis sucessores. A eleição acontece no início de dezembro.

Qualificação para adolescentes



•• O Projeto Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São Mateus, foi lançado semana que passou, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da Vara da Infância e da Juventude da Comarca, Antonio Moreira Fernandes, da procuradora do Ministério Público do Trabalho, Thaís Borges da Silva, do gerente da Geovalti unidade Centro Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreiro, e dos adolescentes acompanhados de seus responsáveis. Também estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do Creas, Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu no último dia 26.

Casal detido na porta de delegacia é suspeito de cometer outros assaltos a motoristas

Redação Folha Vitória

O casal detido na madrugada desta sexta-feira (30), suspeito de tentar assaltar um taxista , em Vitória, pode ter sido o autor de outros assaltos, inclusive contra outros taxistas e também motoristas de transporte por aplicativo. Um desses roubos, também em Vitória, ocorreu menos de 24 horas antes do que resultou na prisão dos suspeitos.

Segundo a vítima, um taxista, o casal embarcou na Praia do Canto e, quando o veículo passava pela Rodovia Serafim Derenzi, na altura do bairro Joana D arc, os dois anunciaram o assalto. A mulher teria utilizado uma navalha para ameaçar o taxista.

Horas depois, um outro taxista foi rendido na Avenida Vitória. Mesmo assim, ele conseguiu manobrar em direção à Delegacia Regional de Vitória. O suspeito ainda tentou pegar a direção do veículo, mas o taxista acelerou e a mulher foi jogada para fora do veículo, caindo na calçada da delegacia.

No local, o taxista disse que se tratava de uma tentativa de assalto. Claudineia Pereira, de 40 anos, e Marcos Correia Nascimento, de 38, acabaram presos.

A partir da prisão da dupla e com o depoimento tanto da vítima de Joana D arc quanto da Avenida Vitória, o delegado Ney Fanfa Ribas, da 1ª Delegacia Regional de Vitória, passou a acreditar que os crimes tinham sido cometidos pelo mesmo casal. Segundo ele, ambas as vítimas reconheceram os dois suspeitos.

Entramos em contato com o taxista que foi a vítima desse roubo de ontem e que prontamente veio à delegacia e reconheceu o conduzido de maneira inequívoca como sendo o autor do assalto de ontem , frisou.

O delegado acredita que, pelo modo de agir, o casal tenha feito outras vítimas. Por isso, ele pede a quem tenha sido vítima do casal que procure a Polícia Civil.

A gente solicita a quem eventualmente acredita que pode ter sido vitimado por esse casal, que compareça a essa delegacia, a 1ª Delegacia Regional, para fazer o reconhecimento e nos ajudar a solucionar esses casos. E manter esse pessoal afastado das ruas para garantir uma maior segurança para o profissional que

trabalha com transporte, os taxistas e os motoristas de aplicativo , ressaltou Ribas.

Segundo a polícia, Marcos já possuía passagem pela Justiça por violência doméstica, na forma da Lei Maria da Penha, e Claudineia por tentativa de assassinato. Os dois suspeitos foram autuados por roubo qualificado e encaminhados ao presídio.

Site:

<https://novo.folhavitória.com.br/policia/noticia/08/2019/casal-detido-na-porta-de-delegacia-e-suspeito-de-cometer-outros-assaltos-a-motoristas>

Condenado por matar cunhado, ex-vereador de Mimoso do Sul está foragido

A Justiça manteve a condenação do ex-vereador de Mimoso do Sul José Jardel Astolpho e determinou sua prisão na última quarta-feira (28). Ele foi condenado no **Tribunal do Júri** a 18 anos e 6 meses de prisão em maio de 2018, pelo crime de homicídio duplamente qualificado, por ter encomendado a morte de seu cunhado e sócio, Sebastião Carlos de Oliveira Filho. O crime aconteceu em julho de 2008. Ainda na quarta, após a determinação da prisão, a Polícia Civil fez diligências no município em busca do acusado, mas ele não foi localizado. A informação desta sexta-feira (30) é de que o ex-vereador é considerado foragido.

Após a condenação, a defesa de José Jardel Astolpho recorreu da decisão, mas a 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** negou o recurso e manteve, por unanimidade, a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar.

O advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, capazes de gerar a anulação da sentença dada em 1º grau da Justiça.

> Homem rouba carro em Mimoso do Sul e é preso pela PRF na BR 101

O CRIME

O crime aconteceu no dia 16 de julho de 2008 e foi supostamente motivado por uma dívida de R\$ 260 mil envolvendo a prefeitura e o posto de gasolina, negócio em que vítima e acusado eram sócios. Antes de ser assassinado, Sebastião Carlos desfez a sociedade e abriu uma marmoraria.

Porém, estaria fazendo constantes cobranças ao vereador, que já teria recebido o pagamento e não havia repassado sua parte. Um policial militar e um civil teriam arquitetado o crime e os executores, Jocimar Marques e Marcos Henrique Muniz Coutinho, foram julgados e condenados a 19 anos de prisão. Após a condenação, Marcos confessou que José Jardel Astolpho foi o mandante do crime.

"O sangue do meu pai clamava por Justiça"

A família do empresário Sebastião Carlos acompanhou a decisão **Tribunal de Justiça do**

Espírito Santo (TJES), em Vitória, nesta quarta. Antes, se reuniram e oraram pro Justiça. Uma das filhas da vítima, Myrella de Oliveira, conta que o sentimento, apesar de o acusado estar foragido, é de dever cumprido.

"Para nós é uma situação triste pois envolve a família e pelo tempo que demorou. Mas também a sensação de dever cumprido, porque a justiça tarda mais não falha. Foram 11 anos de luta e hoje dormimos tranquilos e é a vez deles ficarem acordados. O sangue do meu pai clamava por justiça e nós fizemos justiça", conta.

Mesmo após a condenação, no ano passado, o ex-vereador permanecia morando na cidade. O crime chocou os moradores de Mimoso do Sul na época e após o novo desfecho, voltou a ter repercussão, segundo a filha do empresário.

"Éramos chamados de loucos por querer fazer Justiça. As pessoas que acreditavam na culpa dele ficaram chocados pela polícia ter deixado ele escapar e as que não acreditavam em sua inocência, ficaram chocadas por quê ele fugiu, se não deveria nada?"., disse a filha.

A família faz o apelo para as pessoas que tiverem informações sobre José Jardel Astolpho denunciarem à polícia pelo 181.

A defesa de José Jardel Astolpho procurada pela reportagem, que até o momento não obteve retorno.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/sul/2019/08/condenado-por-matar-cunhado-ex-vereador-de-mimoso-do-sul-esta-foragido-1014196573.html>

Racha na ponte: Laudo não culpa meu filho , diz mãe de jovem morto

Independentemente do que o Kelvin usou, isso não fez diferença na hora do acidente. Não era ele quem estava dirigindo em alta velocidade. Ele foi vítima. O laudo não culpa meu filho .

O desabafo de Vilma Gonçalves, mãe de Kelvin Gonçalves dos Santos, 23 refere-se ao laudo cadavérico do filho, que revelou que ele havia usado maconha. O jovem e a namorada dele, Brunielli Oliveira, 17, morreram ao ter a moto atingida por um carro, que segundo a polícia, disputava um racha na Terceira Ponte , em maio deste ano.

O exame toxicológico feito no corpo de Kelvin e Brunielli foi confeccionado pela Polícia Civil e entregue à 1ª **Vara Criminal de Vitória**. De acordo com a PC, é um procedimento padrão em casos de óbitos violentos. O laudo apontou THC no sangue das vítimas, substância presente na maconha. Também foi constatado que Brunielli ingeriu álcool.

Para o advogado que representa a família do casal que morreu, Siderson Vitorino, o resultado do laudo não interfere no processo e nem retira a culpa de Ivomar Rodrigues Gomes e Oswaldo Venturini Neto, que conduziam os carros envolvidos no acidente.

O THC presente no exame do Kelvin não foi capaz de influenciar na conduta dos motoristas que faziam o racha, que estavam bêbados e imprimiram duas vezes mais a velocidade permitida no local , frisou.

> Racha na Terceira Ponte: advogado e estudante viram réus

Segundo a polícia, o advogado Ivomar Rodrigues Gomes dirigia o Audi, que colidiu com a moto e arremessou o casal, que morreu. O universitário Oswaldo Venturini Neto dirigia um Ethios. De acordo com a polícia, ele disputava racha com Ivomar.

A perícia realizada nos carros apontou que eles estavam a 150km/h , quase o dobro da velocidade permitida na Terceira Ponte.

VÍDEO DO ACIDENTE

Câmeras de segurança de uma boate flagraram Ivomar e Oswaldo saindo do local minutos antes do

acidente. As comandas do estabelecimento, recolhidas pela polícia, mostraram que eles compraram bebidas alcoólicas . Eles se negaram a fazer o teste do bafômetro. Os dois estão presos desde o dia do crime.

O QUE DIZ A DEFESA DOS INDICIADOS

Em entrevista na última quinta-feira (29), o advogado de defesa de Ivomar, José Augusto Trivelin, disse que a presença da droga no sangue das vítimas mostra que a culpa do acidente foi compartilhada. O laudo demonstra que Kelvin estava dirigindo sob influência de droga, o que gera culpa também para ele. Se você ver o vídeo, vai perceber que o motorista tenta desviar o carro, mas que o Kelvin joga a moto para o mesmo lado , disse.

> Racha na Terceira Ponte: novo vídeo reforça investigação da polícia

Já o advogado que representa Oswaldo, Ludgero Liberato, disse que só vai se manifestar sobre o laudo após ter acesso ao documento. É comum que fatos novos surjam durante o processo e isso demonstra que não há necessidade de manter os suspeitos presos enquanto todos os fatos não forem esclarecidos , disse.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/racha-na-ponte--laudo-nao-culpa-meu-filho--diz-mae-de-jovem-morto-1014196601.html>

Apartamentos do Grand Parc são vendidos por mais de R\$ 1 milhão

Previsto para ser reinaugurado neste sábado (31), o Grand Parc Residencial Resort, na Enseada do Suá, em Vitória, já possui imóveis à venda. O custo de cada unidade anunciada em sites da internet ultrapassa R\$ 1 milhão. O empreendimento de alto padrão possui 166 apartamentos e estava interditado desde 19 de abril de 2016, para a reforma e reconstrução da área de lazer que desabou, deixando um morto e quatro feridos.

A reportagem encontrou na internet quatro apartamentos disponíveis: o mais barato de 142 metros quadrados, com quatro quartos, sendo três suítes, custa R\$ 1,1 milhão. Já outro imóvel de 180 metros quadrados, quatro quartos e três vagas na garagem é anunciado por R\$ 1,4 milhão.

>Grand Parc: após três anos, moradores vivem a expectativa de voltar

O corretor de imóveis responsável pelo anúncio ainda oferece outra unidade por 1,6 milhão e uma cobertura pelo valor de R\$ 2,3 milhões. Entregue em dezembro de 2009, o empreendimento possui três torres, e segundo os anúncios da internet, o valor do condomínio é de R\$ 1 mil.

Após o desabamento, além da reconstrução da área de lazer, estavam previstas outras melhorias ao local como, a ampliação do salão de festas, espaços fitness e gourmet e adega; adequação estrutural das torres - que receberam uma capa de concreto ao longo da fachada, para garantir total estabilidade; sistema de segurança redesenhado, com a criação de uma sala de segurança e monitoramento; inclusão de vagas com infraestrutura para carros elétricos; separação das piscinas coberta e descoberta e inclusão de aquecimento solar na piscina coberta.

NA JUSTIÇA

Quatro engenheiros foram acusados de terem causado o desabamento do Grand Parc Residencial. A denúncia contra eles, feita pelo **Ministério Público** do Estado (MPE) foi aceita pela Justiça estadual. Eles agora são réus em ação que tramita na 6ª **Vara Criminal de Vitória**, sob a acusação de causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de alguém.

O engenheiros também respondem por homicídio culposo, quando não há a intenção de matar. A área de lazer do condomínio desabou em julho de 2016, matando uma pessoa e ferindo outras quatro.

Foram denunciados pelo **Ministério Público** Estadual (MPES) Alexandre Scola, Carlos Augusto Calmon Nogueira da Gama, Otamar Azeredo Rogério Filho e Sérgio Luiz Passos de Miranda por transgressão as normas dos artigos do Código Penal 256 (desabamento na modalidade culposa), 121, com os parágrafos 3 e 4 (homicídio culposo), e ainda o artigo 70, por não seguirem regra técnica de profissão, arte ou ofício.

RELEMBRE

O desabamento da área de lazer do condomínio Grand Parc Residencial aconteceu às 3h da manhã do dia 19 de julho de 2016 e matou o porteiro Dejair das Neves, 47, que trabalhava no residencial. Outras quatro pessoas ficaram feridas, incluindo o síndico, José Fernando Leite Marques. Os 166 apartamentos das três torres foram interditados.

>Laudo aponta falha estrutural e erros grosseiros no Grand Parc

A obra de reforma começou em 2017 e a previsão, na época, era de que cerca de R\$ 130 milhões seriam desembolsados nos próximos anos para pagar as indenizações e a reconstrução do condomínio. Além de reerguer a área que desabou, a reforma inclui reforço na estrutura nas três torres do condomínio.

Desde o desabamento, os condôminos estão espalhados pela Grande Vitória morando de aluguel custeado por um aporte dado pelas empresas responsáveis pela incorporação e construção. Os prédios passaram por reforma e toda a área desabada foi reconstruída.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/apartamentos-do-grand-parc-sao-vendidos-por-mais-de-r-1-milhao-1014196592.html>

Tratamentos para epilepsia demoram a chegar para pacientes do SUS

Aos 22 anos, Juliana Nunes recebeu o diagnóstico de epilepsia. Com cirurgia e medicações, conseguiu reduzir as crises mas ainda tem pelo menos cinco por mês. Usou 21 remédios diferentes nesses últimos 15 anos. Aos 37 anos, está aposentada por invalidez. Tenho duas faculdades [turismo e recursos humanos] e não posso trabalhar, sair sozinha. Tenho crises de ausência, fico parada, alguém pode me roubar. A epilepsia brecou a minha vida.

A esperança agora é a terapia de estimulação elétrica do nervo vago (VNS), um tipo de marca-passo cerebral para pacientes com epilepsia resistente a medicamentos e sem indicação para cirurgia. Perdi minha mãe, depois meu pai. Eu cuidava dele, ele cuidava de mim. Quero muito uma vida mais independente, mas só vou conseguir com maior controle das crises.

O Ministério da Saúde decidiu oferecer a VNS aos pacientes do SUS em setembro do ano passado, mas ela ainda não está disponível na rede pública. Os planos de saúde arcam com a terapia.

A partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), uma nova terapia deveria estar disponível no SUS em 180 dias. Mas a exemplo de vários medicamentos de alto custo, isso tem levado muito mais tempo.

No caso da terapia VNS, ela está aprovada nos EUA desde 1997 e, no

Brasil

, desde 2000. A publicação no DOU ocorreu em 12 de setembro de 2018. Os 180 dias venceram em 12 de março. Para o SUS, a terapia deve custar cerca de R\$ 40 mil por paciente. Milhares de pacientes com epilepsia resistentes a medicamentos continuam sofrendo convulsões e hospitalizações desnecessárias, diz Maria Alice Mello Susemihl, presidente da ABE (Associação Brasileira de Epilepsia).

Uma outra medicação para a epilepsia, o levetiracetam, indicado para casos de difícil controle, também não chegou ao SUS. Ele custa de R\$ 93 (60 comprimidos de 250 mg) a R\$ 280 (60 comprimidos de 750 mg).

Incorporado em dezembro de 2017, o remédio entrou

no PCDT (Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Epilepsia) em junho de 2018. Houve uma discussão sobre quem pagaria a conta, estado ou União, e em dezembro de 2018 ficou decidido que seria a União. Mas estamos em julho de 2019 e a compra não foi feita. Se o Ministério da Saúde não segue suas próprias determinações, os pacientes devem recorrer a quem?, questiona Maria Alice.

No país, a estimativa é existam 3 milhões de pessoas com epilepsia. A doença pode ocorrer por distúrbio genético ou resultado de lesões cerebrais adquirida, como problemas no parto, traumatismo, acidente vascular cerebral ou mesmo doenças como a neurocisticercose (infecção do sistema nervoso central).

Segundo a neurologista Carmen Lisa Jorge, médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, independentemente das novas terapias, 70% das pessoas conseguiriam manter as crises sob controle se tivessem acesso a neurologistas e medicamentos adequados. Apesar de a epilepsia ser uma doença antiga, o tratamento ainda não é bem feito.

Os 30% restantes, que não respondem aos medicamentos, podem se beneficiar uma cirurgia que retira o foco epilético. O resultado é muito bom se o foco estiver bem localizado. Mas os pacientes também têm dificuldade de acesso.

> Terapias alternativas no SUS dão suporte para superação do tabagismo

Se não houver indicação cirúrgica, uma opção é a neuromodulação, ou seja, a estimulação do cérebro ou de nervos periféricos. De novo, o tratamento é coberto pelos planos de saúde, mas praticamente indisponível no SUS. A gente nem solicita porque não tem.

Juliana Nunes recebeu o diagnóstico de epilepsia 22 anos e desde então faz tratamento, mas ainda tem, pelo menos, cinco crises ao mês. Arquivo Pessoal Juliana Nunes recebeu o diagnóstico de epilepsia 22 anos e desde então faz tratamento, mas ainda tem, pelo menos, cinco crises ao mês. O mesmo ocorre com o levetiracetam, que está há 20 anos no mercado internacional. Fora do Brasil, é um fármaco de primeira linha, na primeira crise. Ele não interage com outros remédios, pode ser bom para mulheres em idade fértil

porque não tem risco aumentado para malformação fetal, pode funcionar para vários tipos de crise.

Ela explica que os remédios mais antigos costumam ter mais efeitos colaterais, mais sedação e interação com outros medicamentos, além de maior risco de osteoporose. A gente quer remédio mais novo para os pacientes que não controlam [as crises] e também àqueles que sofrem com os efeitos colaterais.

Sobre a terapia VNS, a médica diz que metade dos pacientes que não respondem às medicações têm melhora de 50% das crises. As crises não somem todas? Não somem, mas melhora muito a qualidade de vida. Tem paciente que tinha cem, 50 crises por dia. Se passa a ter 20, já é um ganho. Só 7% vão ficar totalmente livres das crises.

Na falta de um tratamento perfeito para epilepsia, que sirva para todos, o ideal, segundo a médica, é ter várias opções terapêuticas.

> Santa Casa de Vitória terá Centro de Oncologia e radioterapia

Em nota, o Ministério da Saúde informou que a oferta da terapia VNS está pendente de aspectos técnicos e operacionais, que estão sob avaliação a fim de assegurá-lo no SUS de modo responsável.

Segundo o ministério, por se tratar de um procedimento de alta complexidade só é possível ser feito de maneira apropriada, eficaz e segura em poucos centros selecionados em todo o país. É importante destacar que o procedimento envolve o emprego de material, o qual deve ser dimensionado e programado por empresas que o ofertam no Brasil, diz.

Para Maria Alice, da ABE, há falta de organização. O prazo de seis meses após a publicação no DOU existe para que o SUS possa se preparar para esta incorporação. Todo o processo de aprovação foi seguido à risca, com consulta pública, avaliação da relação custo e benefício. Para que serve isso tudo se após a aprovação não há incorporação?, questiona.

Em relação ao levetiracetam, o ministério informou que o processo da primeira aquisição está em andamento, iniciado em janeiro de 2019.

> Agressor vai ter que reembolsar o SUS em caso de violência doméstica

Ressaltou também que a aquisição do levetiracetam na apresentação 100mg/ml está sendo realizada por meio de pregão eletrônico com previsão de disponibilidade na rede SUS a partir do 4º trimestre

deste ano.

No caso das apresentações de 250 mg e 750 mg, diz o ministério, o processo aquisitivo sofreu ajustes devido a novos registros desses medicamentos na Anvisa e que ainda precisa vencer algumas etapas para melhor previsibilidade de sua oferta no SUS.

O ministério informou também que o SUS oferece 13 medicamentos para o tratamento da doença, preconizados de acordo com o PCDT. Nas etapas de investigação, exploração cirúrgica, que envolvem procedimentos cirúrgicos, o SUS disponibiliza 11 procedimentos como microcirurgias para lobectomia temporal, ressecções multilobares, entre outros.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/08/tratamentos-para-epilepsia-demoram-a-chegar-para-pacientes-do-sus-1014196581.html>

Justiça em Números: transparência e eficiência a serviço do cidadão

O **Poder Judiciário** brasileiro pode se orgulhar de um fato inédito: em 2018, houve a redução do número de processos judiciais pendentes em todo o país. A informação, contida no relatório Justiça em Números 2019, divulgado neste mês de agosto, inverte a tendência histórica de aumento do acervo observada em 15 anos de apuração contínua pelo **Conselho Nacional de Justiça** de dados estatísticos acerca da produtividade do **Poder Judiciário** nacional.

Em 2016, estimava-se que alcançaríamos em 2019 a marca dos 90 milhões de casos. No entanto, contrariando tais expectativas, no fim de 2018 havia 78,6 milhões de processos judiciais em trâmite nos 90 tribunais brasileiros e nos 27 estados da Federação. Houve a diminuição de um milhão de processos em relação a 2017, indicando que nesse período mais processos foram solucionados do que iniciados.

O **Poder Judiciário** nacional também apresentou os maiores índices de produtividade dos últimos dez anos, tanto no aspecto global (processos baixados e sentenças proferidas) quanto no individual (média de decisões por magistrado e servidor). Foram proferidas 32,4 milhões d...

Site: https://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/750702631/justica-em-numeros-transparencia-e-eficiencia-a-servico-do-cidadao?ref=news_feed

Tratamentos para epilepsia demoram a chegar para pacientes do SUS

Aos 22 anos, Juliana Nunes recebeu o diagnóstico de epilepsia. Com cirurgia e medicações, conseguiu reduzir as crises mas ainda tem pelo menos cinco por mês. Usou 21 remédios diferentes nesses últimos 15 anos. Aos 37 anos, está aposentada por invalidez. Tenho duas faculdades [turismo e recursos humanos] e não posso trabalhar, sair sozinha. Tenho crises de ausência, fico parada, alguém pode me roubar. A epilepsia brecou a minha vida.

A esperança agora é a terapia de estimulação elétrica do nervo vago (VNS), um tipo de marca-passo cerebral para pacientes com epilepsia resistente a medicamentos e sem indicação para cirurgia. Perdi minha mãe, depois meu pai. Eu cuidava dele, ele cuidava de mim. Quero muito uma vida mais independente, mas só vou conseguir com maior controle das crises.

O Ministério da Saúde decidiu oferecer a VNS aos pacientes do SUS em setembro do ano passado, mas ela ainda não está disponível na rede pública. Os planos de saúde arcam com a terapia.

A partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), uma nova terapia deveria estar disponível no SUS em 180 dias. Mas a exemplo de vários medicamentos de alto custo, isso tem levado muito mais tempo.

No caso da terapia VNS, ela está aprovada nos EUA desde 1997 e, no

Brasil

, desde 2000. A publicação no DOU ocorreu em 12 de setembro de 2018. Os 180 dias venceram em 12 de março. Para o SUS, a terapia deve custar cerca de R\$ 40 mil por paciente. Milhares de pacientes com epilepsia resistentes a medicamentos continuam sofrendo convulsões e hospitalizações desnecessárias, diz Maria Alice Mello Susemihl, presidente da ABE (Associação Brasileira de Epilepsia).

Uma outra medicação para a epilepsia, o levetiracetam, indicado para casos de difícil controle, também não chegou ao SUS. Ele custa de R\$ 93 (60 comprimidos de 250 mg) a R\$ 280 (60 comprimidos de 750 mg).

Incorporado em dezembro de 2017, o remédio entrou

no PCDT (Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Epilepsia) em junho de 2018. Houve uma discussão sobre quem pagaria a conta, estado ou União, e em dezembro de 2018 ficou decidido que seria a União. Mas estamos em julho de 2019 e a compra não foi feita. Se o Ministério da Saúde não segue suas próprias determinações, os pacientes devem recorrer a quem?, questiona Maria Alice.

No país, a estimativa é existam 3 milhões de pessoas com epilepsia. A doença pode ocorrer por distúrbio genético ou resultado de lesões cerebrais adquirida, como problemas no parto, traumatismo, acidente vascular cerebral ou mesmo doenças como a neurocisticercose (infecção do sistema nervoso central).

Segundo a neurologista Carmen Lisa Jorge, médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, independentemente das novas terapias, 70% das pessoas conseguiriam manter as crises sob controle se tivessem acesso a neurologistas e medicamentos adequados. Apesar de a epilepsia ser uma doença antiga, o tratamento ainda não é bem feito.

Os 30% restantes, que não respondem aos medicamentos, podem se beneficiar uma cirurgia que retira o foco epilético. O resultado é muito bom se o foco estiver bem localizado. Mas os pacientes também têm dificuldade de acesso.

> Terapias alternativas no SUS dão suporte para superação do tabagismo

Se não houver indicação cirúrgica, uma opção é a neuromodulação, ou seja, a estimulação do cérebro ou de nervos periféricos. De novo, o tratamento é coberto pelos planos de saúde, mas praticamente indisponível no SUS. A gente nem solicita porque não tem.

Juliana Nunes recebeu o diagnóstico de epilepsia 22 anos e desde então faz tratamento, mas ainda tem, pelo menos, cinco crises ao mês Arquivo Pessoal Juliana Nunes recebeu o diagnóstico de epilepsia 22 anos e desde então faz tratamento, mas ainda tem, pelo menos, cinco crises ao mês O mesmo ocorre com o levetiracetam, que está há 20 anos no mercado internacional. Fora do Brasil, é um fármaco de primeira linha, na primeira crise. Ele não interage com outros remédios, pode ser bom para mulheres em idade fértil

porque não tem risco aumentado para malformação fetal, pode funcionar para vários tipos de crise.

Ela explica que os remédios mais antigos costumam ter mais efeitos colaterais, mais sedação e interação com outros medicamentos, além de maior risco de osteoporose. A gente quer remédio mais novo para os pacientes que não controlam [as crises] e também àqueles que sofrem com os efeitos colaterais.

Sobre a terapia VNS, a médica diz que metade dos pacientes que não respondem às medicações têm melhora de 50% das crises. As crises não somem todas? Não somem, mas melhora muito a qualidade de vida. Tem paciente que tinha cem, 50 crises por dia. Se passa a ter 20, já é um ganho. Só 7% vão ficar totalmente livres das crises.

Na falta de um tratamento perfeito para epilepsia, que sirva para todos, o ideal, segundo a médica, é ter várias opções terapêuticas.

> Santa Casa de Vitória terá Centro de Oncologia e radioterapia

Em nota, o Ministério da Saúde informou que a oferta da terapia VNS está pendente de aspectos técnicos e operacionais, que estão sob avaliação a fim de assegurá-lo no SUS de modo responsável.

Segundo o ministério, por se tratar de um procedimento de alta complexidade só é possível ser feito de maneira apropriada, eficaz e segura em poucos centros selecionados em todo o país. É importante destacar que o procedimento envolve o emprego de material, o qual deve ser dimensionado e programado por empresas que o ofertam no Brasil, diz.

Para Maria Alice, da ABE, há falta de organização. O prazo de seis meses após a publicação no DOU existe para que o SUS possa se preparar para esta incorporação. Todo o processo de aprovação foi seguido à risca, com consulta pública, avaliação da relação custo e benefício. Para que serve isso tudo se após a aprovação não há incorporação?, questiona.

Em relação ao levetiracetam, o ministério informou que o processo da primeira aquisição está em andamento, iniciado em janeiro de 2019.

> Agressor vai ter que reembolsar o SUS em caso de violência doméstica

Ressaltou também que a aquisição do levetiracetam na apresentação 100mg/ml está sendo realizada por meio de pregão eletrônico com previsão de disponibilidade na rede SUS a partir do 4º trimestre

deste ano.

No caso das apresentações de 250 mg e 750 mg, diz o ministério, o processo aquisitivo sofreu ajustes devido a novos registros desses medicamentos na Anvisa e que ainda precisa vencer algumas etapas para melhor previsibilidade de sua oferta no SUS.

O ministério informou também que o SUS oferece 13 medicamentos para o tratamento da doença, preconizados de acordo com o PCDT. Nas etapas de investigação, exploração cirúrgica, que envolvem procedimentos cirúrgicos, o SUS disponibiliza 11 procedimentos como microcirurgias para lobectomia temporal, ressecções multilobares, entre outros.

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/brasil/2019/08/tratamento-para-epilepsia-demoram-a-chegar-para-pacientes-do-sus-1014196581.html>

Justiça em Números: transparência e eficiência a serviço do cidadão

Por José Antônio Dias Toffoli

O **Poder Judiciário** brasileiro pode se orgulhar de um fato inédito: em 2018, houve a redução do número de processos judiciais pendentes em todo o país. A informação, contida no relatório Justiça em Números 2019, divulgado neste mês de agosto, inverte a tendência histórica de aumento do acervo observada em 15 anos de apuração contínua pelo **Conselho Nacional de Justiça** de dados estatísticos acerca da produtividade do **Poder Judiciário** nacional.

Em 2016, estimava-se que alcançaríamos em 2019 a marca dos 90 milhões de casos. No entanto, contrariando tais expectativas, no fim de 2018 havia 78,6 milhões de processos judiciais em trâmite nos 90 tribunais brasileiros e nos 27 estados da Federação. Houve a diminuição de um milhão de processos em relação a 2017, indicando que nesse período mais processos foram solucionados do que iniciados.

O **Poder Judiciário** nacional também apresentou os maiores índices de produtividade dos últimos dez anos, tanto no aspecto global (processos baixados e sentenças proferidas) quanto no individual (média de decisões por magistrado e servidor). Foram proferidas 32,4 milhões de sentenças terminativas. Contabilizaram-se, ademais, 1.877 casos baixados por magistrado e 154 casos baixados por servidor. A produtividade aumentou em todas as instâncias (primeiro e segundo graus e tribunais superiores). Além disso, houve redução do tempo médio de tramitação dos processos e aumento do número de casos antigos solucionados.

O relatório ainda revela que a Justiça brasileira avançou em termos de inserção na era digital. Em 2013, quando foi instituído o Sistema **Processo Judicial Eletrônico** (PJe) como meio de processamento de informações e da prática de atos processuais (Resolução **CNJ** 185/2013), tínhamos apenas 30,4% dos processos autuados eletronicamente. Em 2018, chegamos a 83,8%, com 100% de implantação no primeiro grau da justiça do trabalho.

O levantamento também mostrou que, no ano passado, pela primeira vez em uma década, registrou-se decréscimo nos custos da estrutura judiciária do país. Houve queda de 8,8% nas despesas de capital e

de 3,6% nas outras despesas correntes. Em contrapartida, houve retorno aos cofres públicos de 63% dos gastos efetuados - um total de R\$ 58,6 bilhões, o maior montante arrecadado nos dez anos da série histórica. Trata-se de valores oriundos de custas, emolumentos, taxas, imposto causa mortis nos inventários e arrolamentos judiciais, dentre outras fontes.

Esses dados delineiam um retrato bastante positivo da Justiça nacional: estamos decidindo mais, em menos tempo e a um custo menor. Ou seja, estamos visivelmente avançando em termos de eficiência judicial. A atuação do **Conselho Nacional de Justiça** no levantamento, na consolidação, na análise e na divulgação de dados estatísticos e na proposição de políticas e metas de produtividade tem sido uma grande impulsionadora desses avanços.

Com a criação do **CNJ**, pela Emenda Constitucional 45/2004, o país passou a contar com uma instituição responsável por liderar o processo de ingresso do **Poder Judiciário** brasileiro no século XXI, capacitando-o para as exigências de eficiência, transparência e responsabilidade que esses novos tempos impõem. É nesse sentido que o Conselho apresenta, anualmente, uma radiografia completa da Justiça, revelando seus gargalos e viabilizando a formulação de políticas e metas de aprimoramento da atividade judicial em todo o país.

O Conselho dispõe de informações detalhadas a respeito do fluxo processual no sistema de Justiça brasileiro, as quais compreendem o tempo de tramitação dos processos, os indicadores de desempenho e produtividade, as estatísticas por matéria do direito, além de números sobre despesas, arrecadações, estrutura e recursos humanos. Tais dados são públicos e facilmente acessíveis por meio de variadas ferramentas de transparência, como relatórios analíticos, painéis dinâmicos de livre navegação e base de dados em formato aberto.

Além de constituir importante instrumento de controle democrático da res publica e, conseqüentemente, de responsabilização, a transparência é uma poderosa ferramenta de gestão. Com base nos dados levantados pelo **CNJ**, os tribunais e os magistrados de todo o país adquirem conhecimento acerca das experiências e das boas práticas uns dos outros,

inspirando-se mutuamente na busca por melhores resultados.

A Justiça brasileira ainda tem mundo o que avançar. A litigiosidade no Brasil permanece alta e a cultura da conciliação, incentivada mediante política permanente do **CNJ** desde 2006, ainda tem muito a evoluir. No entanto, os avanços observados no relatório Justiça em Números 2019 fornecem razões para otimismo, dando novo fôlego aos magistrados, aos servidores e aos demais trabalhadores do sistema de justiça para continuar trabalhando com afinco em prol de um Judiciário melhor para a sociedade.

O **Poder Judiciário** brasileiro caminha no rumo certo, estando se aprimorando em eficiência, transparência e responsabilidade, conforme evidenciado pela melhora sem precedentes nos seus indicadores de desempenho e produtividade. Quem ganha é o jurisdicionado e a sociedade brasileira como um todo, que podem contar com um **Poder Judiciário** comprometido com a realização efetiva da justiça e da paz social.

Site: <http://www.conjur.com.br/2019-ago-30/justica-numeros-transparencia-eficiencia-servico-cidadao>

Empresas investigadas por cartel poderão fechar contrato no ES

O juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, acolheu parcialmente um pedido de uma das dez empresas que oferecem serviços de limpeza investigadas na Operação Assepsia e liberou todas elas de serem contratadas pelo poder público enquanto o processo judicial tramita. O magistrado observou que a proibição vinha causando incontáveis problemas às gestões das companhias.

As contratações estavam proibidas desde fevereiro, quando o mesmo magistrado determinou a indisponibilidade de R\$ 865,6 milhões das empresas e outras medidas. Elas são suspeitas de praticarem cartel para obter contratos na Secretaria estadual de Educação (Sedu) e em prefeituras.

> Acusados de fraude em licitações no ES negam ter formado cartel

A decisão mais recente é da última quarta-feira (28) e foi proferida após pedido de reconsideração formulado pela Serdel Serviços e Conservação LTDA, uma das investigadas. O juiz revogou a suspensão de essa empresa ser contratada por Estados e prefeituras e estendeu os efeitos da medida para as demais.

A proibição vinha prejudicando as empresas, conforme o entendimento do magistrado. Ele ressaltou sempre ter se preocupado com o risco de inviabilizar as atividades empresariais. Entre os impactos das proibições apontados pelas firmas, a demissão de funcionários e a perda de receitas.

A decisão que deferiu parcialmente o pedido de tutela de urgência dever ser revista no que tange à proibição de contratar com o poder público, visto que referida ordem judicial tem, comprovadamente, causado incontáveis problemas na gestão de algumas sociedades empresárias demandadas nestes autos, escreveu o juiz de Direito.

AÇÕES

Mário da Silva Nunes Neto é responsável pela ação civil pública movida pelo **Ministério Público** Estadual (MPES) para apontar as supostas irregularidades das empresas. Há, ainda, uma ação penal que tramita na 8ª **Vara Criminal** contra os sócios das companhias.

Ao apresentar o pleito à Justiça, a Serdel, por meio do advogado Gustavo Varella Cabral, pontuou que os efeitos da decisão de fevereiro vêm se mostrando cada vez mais deletérios em todas as searas de contratação. No setor público, havia a proibição expressa de contratação. No privado, a perda é semelhante por causa da perda de credibilidade.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/empresas-investigadas-por-cartel-poderao-fechar-contrato-no-es-1014196449.html>

Voluntariado no Judiciário, sem penduricalhos

O ato normativo que regulamenta o serviço voluntário no Judiciário deixa claro que a atividade não gera vínculo funcional e retribuição pecuniária, e "não assegura a percepção de auxílio alimentação, auxílio-transporte e outros benefícios concedidos aos servidores". (*)

Portaria do **Conselho Nacional de Justiça**, divulgada nesta sexta-feira (30), prevê que podem ser voluntários magistrados e servidores públicos aposentados, estudantes ou graduados em curso superior.

"A prestação de serviço voluntário é incompatível com o exercício da advocacia e com a realização de estágio em escritório ou sociedade de advogados, salvo quando o serviço voluntário for realizado exclusivamente em áreas-meio do tribunal", esclarece o texto.

O voluntariado será exercido especialmente na orientação e capacitação de servidores em estágio probatório ou em processo de aprendizagem; no atendimento ao público, e no auxílio à execução de atividades cartorárias e das áreas-meio do tribunal.

Segundo a resolução assinada pelo ministro Dias Toffoli no último dia 23, "ações voluntárias promovem a melhoria do clima organizacional, desenvolvem e acentuam a noção de trabalho em equipe e geram maior comprometimento e aumento de produtividade".

--

(*) Ato Normativo 0002725-98.2014.2.00.0000

Site: <https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/?p=44682>

Criança de 3 anos é estuprada por adolescente, de 17, no ES

Por Redação

Uma criança de apenas 3 anos sofreu nas mãos de um adolescente de 17 anos, no município de Pinheiros-ES.

O estupro ocorreu nessa quarta, 28, na zona rural da cidade.

O caso foi descoberto após a mãe levar a filha ao hospital do município e informado aos plantonistas sobre o abuso. Eles acionaram a Polícia Militar que apreendeu o menor que é sobrinho de um funcionário de fazenda.

Buscas foram realizadas e o adolescente foi encontrado pela PM. O suspeito foi encaminhado à Delegacia de Polícia de Pinheiros, acompanhado pelo Conselho Tutelar e por um responsável por ele.

Fonte: Polícia Militar ES

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/policia-espirito-santo/54825/crianca-3-anos-estuprada-adolescente-17-no-es>

Prorrogado prazo para submissão de artigos para Revista CNJ

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** prorrogou o prazo para submissão de artigos para a próxima edição da Revista **CNJ**. Os interessados terão até o dia 11 de outubro para enviar trabalhos. Para isso, basta acessar o link [Informações para Autores](#), que disponibiliza informações sobre a revista e orientações para cadastramento. As diretrizes para elaboração de artigos estão no link [Chamamento de Artigos](#).

Veiculada semestralmente, a Revista Eletrônica **CNJ** foi criada para disseminar trabalhos acadêmicos que tenham por objeto o **Poder Judiciário** ou a prestação dos serviços jurisdicionais no Brasil. Editada segundo requisitos exigidos pelo sistema Qualis-Periódicos - gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - a revista também tem a missão de disseminar alguns dos principais julgados do Plenário do **CNJ**.

Um dos artigos publicados na terceira edição da revista eletrônica, intitulado "A eficiência nos Tribunais Judiciários Brasileiros: um olhar sobre o **Tribunal de Justiça do Estado** do Pará, apresentou a importância da eficiência na gestão da Justiça brasileira. O texto, que pode ser acessada pelo link: <http://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/issue/view/2/2>, discute as características do modelo gerencial na administração pública brasileira e no Judiciário a partir de estudo de caso sobre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

No artigo, destacam-se indicadores de eficiência e medidas adotadas pela atual gestão para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional. De autoria da economista, professora e doutora em Ciências Sociais Ana Elizabeth Neirão Reymão, do juiz (TJEP), mestre e professor Geraldo Neves Leite e pela Mestre em Direito, bacharel em Economia e Direito e professora Karla Azevedo Cebolão, o artigo aponta a necessidade de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional como forma de legitimar o Estado diante dos enormes desafios da agenda da gestão pública, no combate ao patrimonialismo e clientelismo.

Todos os artigos já publicados pelo **CNJ** podem ser acessados aqui.

Jeferson Melo

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89476-prorrogado-prazo-para-submissao-de-artigos-para-revista-cnj>

Os projetos do governo federal para Cariacica além da segurança

A chegada da Força Nacional a Cariacica é apenas uma das estratégias do programa nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta para diminuir os indicadores negativos. Há também uma série de iniciativas que formam uma rede de apoio às **mulheres vítimas de violência** no município.

Entre as ações previstas está a construção da Casa da Mulher, um lugar que será referência para as que forem vítimas de qualquer tipo de violência tenham todo o atendimento necessário, do boletim de ocorrência ao abrigo temporário junto com seus filhos.

O prefeito de Cariacica, Geraldo Luzia de Oliveira Junior, o Juninho, disse que o município já tem o terreno para construir o espaço, em frente ao estádio Kleber Andrade, mas, enquanto a obra estiver em andamento, o governo federal vai ajudar com o pagamento de aluguel de uma casa. A administração municipal já está procurando um imóvel que seja adequado à proposta.

> Polícia divulga lista dos 10 assassinos de mulheres mais procurados

Outro projeto será a capacitação de mulheres vítimas da violência ou em situação de vulnerabilidade com cursos de cosmetologia para que, com qualificação, possam trabalhar por conta própria e sair da dependência financeira que, muitas vezes, é a razão para que continuem em relacionamentos abusivos.

Juninho disse ainda que haverá cursos para profissionais de salão de beleza, considerando uma pesquisa feita pelo Ministério da Justiça. Segundo o prefeito, o estudo apontou que é nesse ambiente que muitas mulheres encontram espaço para desabafar sobre a violência sofrida.

JUVENTUDE

O programa federal também vai apoiar ações de outros segmentos. Para o público jovem, será criada a Estação 4.0, um lugar para qualificação profissional com cursos na área de tecnologia da informação, design e desenvolvimento de soluções.

Será instalado um contêiner duplo ao lado da Delegacia da Mulher (Campo Grande) e vamos

receber R\$ 200 mil para a compra de equipamentos e outros R\$ 100 mil para custeio. Serão cursos que têm a perspectiva de colocar o jovem no mercado de trabalho, conta Juninho. A previsão é que, dentro de 60 dias, o espaço já esteja implantado para o início da qualificação.

>Força Nacional em Cariacica conta com atiradores de elite

Cariacica também vai receber um micro-ônibus e o veículo ficará à disposição da Secretaria de Assistência Social para atendimento de idosos em atividades voltadas para a terceira idade.

Todas essas ações são importantes porque os resultados positivos não vão vir apenas nas ações de segurança, com a Força Nacional e o policiamento. Para combater a violência, não é só repressão, trabalho de polícia. É preciso investir no social, e a sociedade também precisa se envolver, participar, ressalta Juninho.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/os-projetos-do-governo-federal-para-cariacica-alem-da-seguranca-1014196423.html>

Lei para combater alienação parental

Tags: alienação parental, psicólogo, Pedro Luna, processo, justiça brasileira, Conselho Nacional de Justiça

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/30/TVJUSTIA-12.42.57-12.45.31-1567189756.mp4>

Mulheres capixabas contarão com rede de apoio para o empreendedorismo

As mulheres capixabas poderão contar com uma rede de apoio para o desenvolvimento do empreendedorismo. A medida faz parte do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo, lançado nesta quinta-feira (29). Em entrevista à rádio CBN Vitória, a vice-governadora Jaqueline Moraes, explicou que a medida vai envolver, já a partir de setembro deste ano, levando cursos e capacitação para as cidades.

Jaqueline afirma que o propósito é trabalhar para que as mulheres sejam representadas com igualdade na economia. O programa Agenda Mulher engloba projetos inter-relacionados, em parceria com diversas secretarias de Estado, como o "Agenda Mulher Itinerante", com foco nas dez microrregiões do Espírito Santo e em parceria com as prefeituras; o "Diálogo em Redes", com uma trilha de aprendizagem buscando o desenvolvimento institucional do 3º Setor; o "D'Elas", em parceria com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes) para capacitar mulheres; o "Linha de Crédito para Mulheres", em parcerias com Banestes, que desenvolve linhas de crédito para o público feminino; o "Ela no Campo e na Pesca", voltado para mulheres rurais; o "Bolsa Atleta", para promover a prática de esportes entre mulheres atletas; o "Corte de Lovelaces", voltado para empoderar mulheres na programação e robótica; e o "EmPENHAdas", voltado para mulheres vítimas de violência, por exemplo.

Site:

[https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/entrevistas/2019/08/mulheres-capixabas-contarao-com-rede-de-
apoio-para-o-empendedorismo-1014196525.html](https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/entrevistas/2019/08/mulheres-capixabas-contarao-com-rede-de-apoio-para-o-empendedorismo-1014196525.html)

Governador do ES acompanha teleaudiência experimental

GOVERNADOR, ESPÍRITO SANTO, RENATO
CASAGRANDE, TELEAUDIÊNCIA, TJES,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/30/RDIOESPRITOS
ANTOAM1160ES-11.42.19-11.45.31-1567187953.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/30/RDIOESPRITOS
ANTOAM1160ES-11.42.19-11.45.31-1567187953.mp3)**

Humberto Martins comemora engajamento das corregedorias em um ano de gestão

"Um dos principais objetivos a serem perseguidos durante a minha gestão à frente da Corregedoria Nacional de Justiça é garantir a uniformização da atuação das corregedorias e a participação de todos os órgãos correccionais na criação de um sistema harmônico, que possa somar forças para melhor alcançar os objetivos constitucionais atribuídos ao **Poder Judiciário**".

A declaração, feita pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, durante a reunião ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), nos dias 26 e 27 de março de 2019, resume bem o foco de seu trabalho desde que assumiu a Corregedoria Nacional de Justiça.

Por meio de ações, recomendações, provimentos, inspeções, entre outros, Humberto Martins vem desenvolvendo um planejamento estratégico único para o sistema correccional do **Poder Judiciário**, com a participação de todas as corregedorias brasileiras.

Em sua participação no XII Encontro Nacional do **Poder Judiciário**, em dezembro de 2018, o ministro Humberto Martins apresentou três iniciativas estratégicas da corregedoria nacional a serem adotadas no decorrer do ano de 2019: a criação do Fórum Nacional das Corregedorias (Provimento n. 80); a implantação, por todas as corregedorias, do **Processo Judicial Eletrônico** das Corregedorias (PJeCor); e a institucionalização de um sistema de metas específico para os serviços notariais e de registro.

Na ocasião, o ministro destacou que o cumprimento da política de metas estabelecida pelo **Conselho Nacional de Justiça** exige um efetivo trabalho das corregedorias. Para ele, "mais que órgãos de controle e fiscalização, as corregedorias precisam trabalhar em parceria com os magistrados para uma gestão mais eficiente".

E essa participação efetiva das corregedorias para um Judiciário engajado e uma prestação jurisdicional uniforme foi defendida pelo corregedor nacional nas duas reuniões preparatórias para o XIII Encontro Nacional do **Poder Judiciário**, que será realizado em Maceió, em novembro próximo.

"A participação efetiva das corregedorias, pela proximidade que têm em relação às unidades judiciárias, pela força coercitiva que têm junto aos magistrados, revela-se essencial para fazer com que a cultura gerencial se torne uma realidade no **Poder Judiciário** brasileiro, de modo a fazer com que todos os magistrados e servidores passem a orientar suas ações pela busca de resultados concretos em favor do cidadão, que é o verdadeiro destinatário e senhor do **Poder Judiciário**", disse o corregedor.

Nesse primeiro ano de gestão de Humberto Martins, merece destaque a criação do Fórum Nacional de Corregedores-Gerais de Justiça (Fonacor), com a edição do Provimento n. 80 da Corregedoria Nacional.

A instituição de um fórum permanente de corregedores, segundo o ministro, tem como objetivo a elaboração de estudos e propostas para a coordenação, elaboração e execução de políticas públicas no âmbito do **Poder Judiciário**, especialmente nas áreas de atribuições das corregedorias-gerais.

Com sede em Brasília, o fórum se reunirá a cada três meses, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, mediante convocação do presidente. A primeira reunião do Fonacor aconteceu nos dias 26 e 27 de junho de 2019.

Foram dois dias de intenso debate, troca de experiências e informações e, durante as oficinas de trabalho, as corregedorias estaduais, divididas por áreas de atuação, foram ouvidas pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, e pelos juizes auxiliares da Corregedoria Nacional. Na oportunidade, os magistrados puderam expor dificuldades enfrentadas em seus estados, sugerir melhorias e tirar dúvidas a respeito de decisões e atos da corregedoria nacional.

Outra importante ação de Martins, realizada em parceria com as corregedorias dos tribunais de todo o país, é o desenvolvimento de um sistema eletrônico que vai integrar todos os órgãos correccionais de Justiça do país e possibilitar a tramitação de processos em uma única plataforma, o PJeCor.

O projeto piloto já foi implantado, no mês de julho, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN).

Os próximos tribunais na lista são: Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (**TRT9**) e Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**TRF1**). Nesses órgãos, o sistema será implantado até dezembro deste ano.

"É uma medida importante para garantir a integralidade de atuação das corregedorias de todo o Judiciário brasileiro. Eles passarão a ter um instrumento próprio, específico, e que uniformizará a tramitação dos processos", afirmou o corregedor nacional de justiça, Humberto Martins. "Será um ganho enorme em transparência e eficiência para o judiciário", completou.

O PJeCor terá funcionalidades exclusivas e feitas sob medida para atender as demandas das corregedorias da Justiça e vai ao encontro das Metas do Judiciário, de oferecer um serviço mais transparente, mais eficiente e mais ágil para a população.

Humberto Martins prestigiou o 1º Encontro Ibero-Americano Agenda 2030 no **Poder Judiciário**, onde destacou que a corregedoria nacional vem trabalhando intensamente, inclusive em parceria com o Comitê Interinstitucional do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, para viabilizar o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030, sobretudo o Objetivo n. 16, que trata da paz, da Justiça e das Instituições eficazes, tema que, segundo ele, está diretamente relacionado aos assuntos tratados pelo **Poder Judiciário** brasileiro.

Na ocasião, o ministro assinou o Provimento n. 85, que trata da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas, por todas as corregedorias do **Poder Judiciário** e serventias extrajudiciais brasileiras.

"O novo provimento estabelece, em síntese, que todas as corregedorias, inclusive a corregedoria nacional, e serventias extrajudiciais devam dar visibilidade à integração de suas atividades aos ODS da Agenda 2030", afirma o corregedor nacional.

Além do Fonacor e do Coleprecor, o ministro Humberto Martins também participou de eventos importantes para a corregedoria nacional, como o Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais de Justiça do Matopiba - acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Martins participou ainda das edições do Encontro Nacional do Colégio Permanente de Corregedores Gerais (Encoge) e do Colégio de Presidentes dos

Tribunais de Justiça do Brasil.

Outro evento que contou com a participação do corregedor nacional foi o 5º Fórum Nacional de **Juizados Especiais Cíveis** (Fonaje), em 13/6/2019, onde houve o anúncio de Recomendação que dispõe sobre a criação, em todos os tribunais do país (estaduais, federais e trabalhistas) de programas voltados à instalação e a implementação da Justiça Itinerante.

Corregedoria Nacional de Justiça

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89474-humberto-martins-comemora-engajamento-das-corregedorias-em-um-ano-de-gestao>

Espírito Santo inaugura novo mutirão eletrônico na próxima segunda (2/9)

Nos últimos cinco anos, o número de prisões no Espírito Santo disparou - a taxa de encarceramento saltou de 418 para 589 por 100 mil habitantes e a população carcerária cresceu 45%, chegando a 23,6 mil pessoas privadas de liberdade. O número de vagas, no entanto, aumentou apenas 7%, e a ocupação hoje está em quase dois presos por vaga (171%). A superlotação é ainda mais crítica em unidades do semiaberto, onde filas para a progressão de regime criam tensões entre os internos e o Estado encontra dificuldades para oferecer estruturas básicas que permitam, por exemplo, que os presos trabalhem.

É para incidir neste cenário que o Espírito Santo recebe a primeira experiência do mutirão carcerário eletrônico a partir da próxima segunda-feira (2). Por duas semanas, atores do sistema de Justiça trabalharão de forma concentrada, aplicando novos fluxos e tecnologia, para revisar cerca de oito mil processos, que representam um quarto do total do estado. O evento de lançamento do mutirão eletrônico será às 10h, na Corregedoria Geral de Justiça do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**.

Com a parceria do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, o mutirão eletrônico atualiza o modelo promovido desde 2008 pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que resultou na revisão de mais de 400 mil processos em todo o país. Além disso, a ação será desenvolvida de forma inédita com o Defensoria sem Fronteiras, programa iniciado em 2014 pelo Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais que hoje conta com a parceria do Departamento Penitenciário Nacional, da **Defensoria Pública** da União, da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais. Durante o mutirão, o Defensoria Sem Fronteiras será coordenado pela **Defensoria Pública** do Espírito Santo.

O mutirão também terá a parceria do Executivo local por meio da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Economia e Planejamento e da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, assim como do **Ministério Público** do Espírito Santo. Também conta com a participação do programa Justiça Presente, parceria iniciada em janeiro deste ano entre o **CNJ** e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para enfrentar problemas estruturais do sistema prisional brasileiro com recursos

repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Objetivo e novidades

A despeito das novidades, o objetivo do mutirão segue o mesmo: unir esforços de profissionais locais com o apoio de equipes deslocadas de outras partes do país para a revisão concentrada de processos, garantindo o cumprimento correto de penas para um sistema penal mais eficiente.

Além da parceria inédita entre as instituições envolvidas, garantindo resultados que atendam ao interesse social, uma das principais apostas da nova metodologia é o uso do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) do **CNJ**. Adotado pelo **TJES** no início do ano, o sistema que unifica e otimiza o controle da execução penal em todo o país permitirá uma análise mais qualificada dos processos com o apoio da **Defensoria Pública** do Espírito Santo e dos 60 defensores deslocados ao estado por meio do Defensoria sem Fronteiras.

Outra inovação é a conexão entre a revisão de processos e o atendimento qualificado às pessoas que deixam a prisão, essencial para apoiar o retorno à sociedade e evitar casos de reincidência. Uma equipe de psicólogos e assistentes sociais está sendo mobilizada pelo Programa de Voluntários da ONU (UNV) para apoiar o Executivo no atendimento em unidades prisionais. Os profissionais contratados pela UNV também irão potencializar as atividades do **Escritório Social**, estrutura fomentada pelo Governo e pelo Judiciário do Espírito Santo com o apoio do **CNJ** que completou três anos em 2019 com mais de 5,5 mil atendimentos realizados.

O evento de lançamento terá a participação de todas as instituições envolvidas, que apresentarão o contexto do mutirão e as formas de incidência de cada ator envolvido.

Não haverá coletiva após o evento de lançamento.

Lançamento do Mutirão Carcerário Eletrônico - Espírito Santo

Data: 2 de setembro (segunda-feira)

Horário: 10h

Local: Corregedoria de Justiça do Espírito Santo (Av.
João Batista Parra, 320 - Enseada do Suá, Vitória)

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89475-espírito-santo-inaugura-novo-mutirao-eletronico-na-proxima-segunda-2-9>

Força Nacional vai combater feminicídio e roubo no ES

Por Redação

A Força Nacional estará nas ruas de Cariacica a partir desta sexta-feira (30). Com foco de atuação em homicídios, os 100 integrantes da tropa vão ainda ampliar as ações de combate a feminicídios e roubos no município até o final do ano.

Os indicadores de violência foram usados como um dos critérios para a cidade receber o apoio dos agentes no enfrentamento da criminalidade em um projeto-piloto do governo federal.

De janeiro a julho deste ano, houve 88 assassinatos em Cariacica, e nada menos do que 679 boletins foram registrados por casos de **violência contra a mulher**, ou seja, mais de três agressões por dia.

Temos o grande indicador que é o homicídio, mas também vamos trabalhar na investigação de feminicídios e roubos, pontua Guilherme Pacífico, subsecretário de Integração Institucional da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

PATRULHAMENTO

A Força Nacional, que vai marcar presença em 28 bairros de Cariacica, chegou na última semana ao Estado e é composta por 80 militares para patrulhamento das ruas, e outros 20 da polícia judiciária serão responsáveis pelo trabalho de investigação e perícia.

Cada agente receberá um fuzil calibre .556 e uma pistola .40 para realizar suas atividades. Formado por policiais militares, civis e bombeiros de outros Estados, o grupamento conta ainda com profissionais habilitados como atiradores de elite (snipers).

Fonte: G1

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/policia-espirito-santo/54807/forca-nacional-vai-combater-feminicidio-roubo-no-es>

Funcionário de uma empresa terceirizada da prefeitura de Vitória que trabalho na casa de Luiz Paulo contou em depoimento que jamais atuou em outro local

TAG: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, PREFEITURA DE VITÓRIA, DEPOIMENTO, CASA DE EX-PREFEITO, LUIZ PAULO, EMPRESA TERCEIRIZADA, FUNCIONÁRIO, COFRES PÚBLICOS, RESSARCIMENTO, DESEMBARGADOR FERNANDO ESTEVAM BRAVIM RUY,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/30/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.53.17-09.55.25-1567185752.mp3>

Racha na Terceira Ponte: laudo aponta que piloto de moto usou maconha

TAG: TERCEIRA VARA CRIMINAL DE VITÓRIA,
RACHA NA TERCEIRA PONTE, CASAL, ACIDENTE
DE TRÂNSITO,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/30/RDIOCBNVITRIA
925FMES-09.48.38-09.53.14-1567185508.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/30/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.48.38-09.53.14-1567185508.mp3)**

Guarda Municipal faz palestra sobre Botão do Pânico para jovens da Serra

TAG BOTÃO DO PÂNICO, PROJETO PIONEIRO, ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, RAFAELA ALMEIDA BARCELOS COORDENADOR OPERACIONAL DE INSPETORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, VITÓRIA, SERRA, JOVENS, PROJETO SOCIAL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MEDIDAS PROTETIVAS, VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, LEI MARIA DA PENHA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/30/RDIOESPRITOSANTOAM1160ES-09.01.31-09.02.18-1567180087.mp3>

Temas de Direito

HÉLIO DOREA

Marco Aurelio Gestaldi Buzzi, que é o Ministro do Superior Tribunal de Justiça para participar do Congresso de Magistrados Capixabas sobre "Temas Avançados de Direito". Hoje (30) ele vai falar sobre "Inteligência Artificial e sua Aplicação no Mundo Jurídico". O evento será em nosso Tribunal de Justiça e contará ainda no painel com a participação de nosso desembargador Samel Meira Brasil Junior e os juízes José Faustino Procopio Silva e Felipe Morgado Horta.

Site: folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/08/30

CNJ regulamenta prestação de serviço voluntário no Poder Judiciário

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** aprovou ato normativo que regulamenta a prestação de serviço voluntário no **Poder Judiciário**. De acordo com o texto do documento, que foi sancionado durante a 51ª Sessão Virtual, podem ser voluntários os servidores e magistrados aposentados, assim como estudantes ou graduados em curso superior, exceto os advogados, salvo se o serviço voluntário for realizado na área-meio do tribunal.

Caberá à Secretaria de Recursos Humanos dos tribunais coordenar as ações necessárias à prestação de serviço voluntário e deliberar sobre os demais procedimentos administrativos. As unidades do Tribunal interessadas em contar com a colaboração de prestadores de serviço voluntário deverão encaminhar solicitação à Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal, indicando número de vagas, atividades a serem desenvolvidas e áreas de conhecimento requeridas.

O ato normativo deixa claro que o voluntário é responsável por todos os atos que praticar na prestação do serviço, respondendo civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atribuições e que a prestação do serviço voluntário não gera vínculo funcional entre o participante e o tribunal tampouco altera eventual vínculo já estabelecido, quando houver, não sendo devida retribuição pecuniária ou compensação de qualquer natureza.

"Ações voluntárias promovem a melhoria do clima organizacional, desenvolvem e acentuam a noção de trabalho em equipe e geram maior comprometimento e aumento de produtividade", destaca o texto do ato normativo.

Processo: Ato Normativo 0002725-98.2014.2.00.0000

Paula Andrade

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89472-cnj-regulamenta-prestacao-de-servico-voluntario-no-poder-judiciario>

Tropa começa a trabalhar hoje para diminuir crimes- Parte 02

TAG: FORÇA NACIONAL, CARIACICA, COMBATE À CRIMINALIDADE, REFORÇO NA SEGURANÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, PREFEITO JUNINHO, SECRETARIA DE SEGURANÇA FEDERAL, COMBATE AO ESTUPRO, FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CASA DA MULHER BRASILEIRA, SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, PROGRAMA ESTADO PRESENTE, GOVERNO FEDERAL, PARCERIA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/30/TVGAZETAAGL>

OBOES-07.55.44-07.56.50-1567163113.mp4

Tropa começa a trabalhar hoje para diminuir crimes- Parte 01

TAG: FORÇA NACIONAL, CARIACICA, COMBATE À CRIMINALIDADE, REFORÇO NA SEGURANÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, PREFEITO JUNINHO, SECRETARIA DE SEGURANÇA FEDERAL, COMBATE AO ESTUPRO, FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CASA DA MULHER BRASILEIRA, SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, PROGRAMA ESTADO PRESENTE, GOVERNO FEDERAL, PARCERIA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/30/TVGAZETAAGL>

OBOES-07.36.57-07.44.12-1567162306.mp4

Iniciativa pretende capacitar 25 mil mulheres no Estado

Renata Zacaroni

TAGS: GOVERNO DO ESTADO, CAPACITAÇÃO,
VIOLÊNCIA DOMESTICA, MERCADO DE
TRABALHO, VILA VELHA, AGENDA MULHER,
EMPREENDEDORISMO,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/30/TVVITRIARECOR>
DES-06.35.04-06.38.13-1567164931.mp4**

O que sabemos até agora sobre a Força Nacional em Cariacica

Treinados para agir em situações de conflito, os agentes da Força Nacional começam nesta sexta-feira (30) mais uma operação no Estado. O foco da atuação desta vez será Cariacica, mas você sabe por que o município foi escolhido e tudo o que está envolvido na vinda e permanência do grupamento em território capixaba?

> Força Nacional vai combater feminicídio e roubo em Cariacica

A ESCOLHA

O número elevado de homicídios, num levantamento dos anos de 2015 a 2017, foi o primeiro indicador observado para que Cariacica fosse escolhida para desenvolver o projeto-piloto do governo federal na área de segurança. Naquele período a tendência ainda não era de queda, como agora vem sendo registrada.

PERFIL SOCIAL

Ainda foram considerados aspectos econômicos e sociais do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,718, por exemplo, deixou a cidade em 19º lugar no ranking estadual. O desempenho na educação também estava abaixo da meta na última avaliação e a renda per capita, de R\$ 1.447,90, é só um pouco maior do que o salário mínimo (R\$ 998).

PLANEJAMENTO

A partir da escolha de Cariacica, em maio, a administração municipal junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) e o Ministério da Justiça começaram a discutir estratégias de atuação na cidade.

OPERAÇÃO

A primeira medida de impacto foi deslocar a Força Nacional para Cariacica a fim de se juntar ao policiamento local para reduzir índices de homicídios, feminicídios e crimes contra o patrimônio. O município vai receber 100 agentes: 80 militares vão fazer o patrulhamento na ruas, 20 são da polícia judiciária e vão cuidar da investigação e perícia. O grupamento vai ficar no município por quatro meses e terá à disposição 20 viaturas, 100 fuzis de calibre .556 e 100

pistolas .40. Na Força Nacional, há policiais treinados como atiradores de elite (snipers).

ONDE VÃO ATUAR

Ao todo são 28 bairros. No primeiro momento, foram selecionados 16 bairros que já são área de intervenção do programa Estado Presente: Flexal I, Flexal II, Graúna, Padre Gabriel, Alzira Ramos, Castelo Branco, Jardim Botânico, Jardim de Alah, Rio Marinho, Nova Esperança, Nova Rosa da Penha, Bandeirantes, Bela Aurora, Maracanã, Vista Mar e Vila Isabel. Depois, também foram incluídos Cariacica-Sede, Prolar, Aparecida, Porto de Santana, Porto Novo, Itacibá, Nova Brasília, Nova Valverde, Mucuri, Campo Grande e Vila Capixaba.

INVESTIMENTOS

Além da Força Nacional, Cariacica vai receber também R\$ 200 milhões para investimentos em diversas áreas, como educação, saúde e saneamento. Alguns projetos na área de prevenção à **violência contra a mulher**, capacitação profissional e assistência à terceira idade também estão no pacote, já começam a ser preparados e devem entrar em operação ainda neste semestre.

LANÇAMENTO

Depois de um pouco mais de três meses de planejamento, o governo federal lançou ontem o programa que tem cinco municípios contemplados, incluindo Cariacica, para serem piloto de uma ação interministerial de combate à violência. Conforme os resultados obtidos, a proposta é estender para outras cidades do país.

QUEM MAIS

Cariacica representa o Sudeste e se junta a mais quatro municípios - Ananindeua (PA), São José dos Pinhais (PR), Paulista (PE) e Goiânia (GO) - das outras regiões do país que, entre outras ações, estão recebendo as tropas da Força Nacional dentro do programa de Enfrentamento à Criminalidade Violenta. Os demais projetos de cada cidade estão sendo definidos conforme a realidade local.

> Governo lança projeto-piloto de segurança pública

em cinco cidades

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/o-que-sabemos-ate-agora-sobre-a-forca-nacional-em-cariacica-1014196436.html>

Ex-diretor do Metrô delata o trensão na Assembleia de São Paulo

Fausto Macedo, Luiz Vassallo, Pepita Ortega, Pedro Prata e Fabio Leite

O ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil afirmou em acordo de delação premiada fechado com o **Ministério Público Federal** que partidos da base aliada do então governador Geraldo Alckmin (PSDB) na Assembleia Legislativa recebiam um "mensalinho" das empreiteiras com recursos desviados de contratos da estatal para apoiar o governo.

Em um dos depoimentos prestados aos procuradores da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo, Sérgio Brasil disse ter feito repasses ilícitos ao atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM), por intermédio do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania). Os pagamentos teriam ocorrido entre 2003 e 2006, quando eles eram deputados estaduais.

Funcionário de carreira do Metrô, onde trabalhou por 42 anos, Sérgio Brasil disse que só chegou ao cargo de diretor da companhia por causa do "apadrinhamento político" de Garcia. O ex-diretor já havia sido delatado por ex-executivos da Odebrecht e da Camargo Corrêa como destinatário de propinas em São Paulo. Em junho do ano passado, começou a negociar um acordo de delação, que foi homologado neste mês pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Aos investigadores, o ex-diretor do Metrô descreveu pagamentos ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja do Metrô entre 2003 e 2014. Em depoimento, Sérgio Brasil detalhou como fazia os supostos repasses aos políticos do dinheiro que recebia em espécie das empreiteiras contratadas pela estatal.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil, e, algumas vezes, entreguei valores próximos a R\$ 100 mil", relatou o delator.

Sérgio Brasil afirmou que, embora as entregas fossem no escritório de Arnaldo Jardim, na Rua Veneza, no bairro dos Jardins, manteve contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia

visitas a ele em seu gabinete na Assembleia Legislativa. "Estimo que cerca de 50% daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas", afirmou.

Ao todo, Sérgio Brasil confessou ter recebido cerca de R\$ 6 milhões em pagamentos ilícitos das cinco maiores empreiteiras do País para beneficiá-las em contratos de obras do Metrô. Na planilha de propinas da Odebrecht, era identificado com os codinomes "Encostado" e "Brasileiro". No início do mês, ele e 13 ex-executivos das construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS viraram réus em denúncia de corrupção na estatal do governo paulista.

Esquema. Sérgio Brasil disse ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo da Odebrecht Fábio Gandolfo para receber 0,5% dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003. A propina era para que o Metrô mantivesse em vigor contratos assinados na década de 1990 com as empreiteiras para executar a obra, que não havia sido iniciada por falta de dinheiro. Em vez de fazer uma nova licitação, o Metrô fez novos aditivos para retomar os contratos, como queriam as empresas.

Segundo o ex-diretor, o esquema abastecia diversos partidos e campanhas políticas e era coordenado por Gandolfo, um dos delatores da Odebrecht. "Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do governo na Assembleia Legislativa", afirmou Sérgio Brasil.

Além de Jardim e Garcia, também são citados pelo delator o ex-deputado estadual Edson Aparecido (PSDB), atual secretário da Saúde da gestão Bruno Covas (PSDB) na capital paulista, e o deputado estadual Campos Machado (PTB).

"Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL (atual DEM) e ao PPS (atual Cidadania), enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao

PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa", afirmou Sérgio Brasil em depoimento.

Campanhas. Em outro depoimento, o delator relatou que os recursos desviados de obras da estatal também teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin, ambos do PSDB. Sérgio Brasil, no entanto, não informou quem entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos do atual senador e do ex-governador.

Em 2010, ainda de acordo com o ex-diretor, recursos desviados das obras da Linha 5 - Lilás do Metrô, executadas pelas cinco empreiteiras, teriam sido destinados às campanhas de Serra a presidente e de Alckmin a governador. O delator disse que era "procurado rotineiramente" por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu governador de São Paulo, Sérgio Brasil afirmou que o então tesoureiro de Alckmin, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano em contratos do Metrô. Na planilha da Odebrecht, Monteiro era identificado com o codinome M&M.

COM A PALAVRA, JOSÉ SERRA

"O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação em relação aos gastos públicos."

COM A PALAVRA, GERALDO ALCKMIN

"Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo."

COM A PALAVRA, RODRIGO GARCIA

"Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça."

COM A PALAVRA, O METRÔ

"O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade,

apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

"Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**."

COM A PALAVRA, O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

"O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça.

O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos."

COM A PALAVRA, A ANDRADE GUTIERREZ

"A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal** (MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia."

COM A PALAVRA, A ODEBRECHT

"A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e

eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

COM A PALAVRA, O ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

"O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade."

COM A PALAVRA, O PSDB

"O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada."

COM A PALAVRA, A CAMARGO CORRÊA

"A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE."

COM A PALAVRA, O PTB

"O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil."

COM A PALAVRA, ARNALDO JARDIM

"Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive!

Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!"

COM A PALAVRA, O CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

COM A PALAVRA, LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

COM A PALAVRA, FÁBIO GANDOLFO

"A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06."

COM A PALAVRA, EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

COM A PALAVRA, CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

COM A PALAVRA, JOSÉ ANÍBAL

"Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como "delação". Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente.

José Aníbal Peres de Pontes

CPF 106.629.522-00"

Site: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ex-diretor-do-metro-delata-o-trensala-na-assembleia-de-sao-paulo/>

Justiça do Rio liberta assassino do menino João Hélio

Redação Folha Vitória

A Justiça determinou a libertação de Carlos Roberto da Silva, um dos responsáveis pela morte do menino João Hélio. A criança foi morta em 2007, após ser arrastada, presa ao cinto de segurança do carro onde estava. O caso chocou a opinião pública na época e quatro dos assaltantes responsáveis pela morte acabaram presos e condenados no ano seguinte.

A decisão de conceder a progressão da pena de Carlos Roberto para o regime aberto foi da **Vara de Execuções Penais** do Rio. Ele vai cumprir o restante da pena em casa. Deverá ficar na residência em tempo integral nos dias de folga, sábados, domingos e feriados. Não poderá sair de casa das 22h às 6h. Também terá que usar tornozeleira eletrônica.

Carlos Roberto, conhecido como Sem Pescoço, foi condenado a 39 anos de prisão. As penas dos demais comparsas chegaram a 45 anos de reclusão.

Relembre o caso

No dia 7 fevereiro de 2007, o carro que transportava João Hélio estava parado em um semáforo da Zona Norte do Rio quando quatro homens anunciaram o assalto. A mãe e a irmã conseguiram sair do veículo, mas João Hélio, de apenas 6 anos, ficou preso ao cinto de segurança. Os bandidos levaram o carro, arrastando o menino por quase sete quilômetros. Apesar de avisos de quem passava pelas ruas, os criminosos recusaram-se a parar o veículo.

Em janeiro de 2008, a juíza Marcela Assad, da 1ª **Vara Criminal** de Madureira, no Rio de Janeiro, condenou os quatro envolvidos na morte de João Hélio Fernandes pelo crime de lesão corporal grave resultante em morte. Diego Nascimento da Silva, Carlos Eduardo Toledo Lima, Carlos Roberto da Silva, e Tiago Abreu Matos receberam sentenças de prisão diferenciadas, que vão de 39 a 45 anos de reclusão em regime fechado.

* Com informações da Agência Brasil.

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/policia/noticia/08/2019/justica-do-rio-liberta-assassino-do-menino-joao-helio>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Metro Sumaré, na linha verde, zona oeste de São Paulo (Rovena Rosa/Agência Brasil)

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos.

Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM). "Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas", afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, 'apoio' de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o "Encostado" ou "Brasileiro".

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas

2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas. Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

"Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa."

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o "mensalinho" estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: "Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado."

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu 'padrinho' político.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de 40 mil reais a 60 mil reais e algumas vezes entreguei valores próximos a 100 mil reais", vai contando.

"Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos", diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve "contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo". "Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas."

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

"Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido."

"Não sei se essas 'contribuições' eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou 'por fora'. Em minha ótica, essas 'contribuições' estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra", segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro "tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório".

Veja, abaixo, posicionamentos das defesas:

José Serra

"O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens

indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos."

Geraldo Alckmin

"Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo."

Rodrigo Garcia

"Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça."

Metrô

"O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

Advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil

"Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**."

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

"O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos."

Andrade Gutierrez

"A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as

investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal** (MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia."

Odebrecht

"A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

Advogado Guilherme Corona, que defende Marcos Monteiro

"O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade."

PSDB

"O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada."

Camargo Corrêa

"A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são

resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE."

PTB

"O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil."

Arnaldo Jardim

"Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!"

Fábio Gandolfo

"A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06."

José Anibal

"Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como 'delação'. Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente."

Cidadania (antigo PPS), Luiz Frayze, Edson Aparecido e Campos Machado

As defesas não se manifestaram até o fechamento da reportagem.

Site: <https://veja.abril.com.br/politica/ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb/>

RACHA NA 3ª PONTE

Vítimas usaram maconha, diz laudo

Documento aponta que corpos de Brunielli e Kelvin tinham THC, um componente da droga

▲ IARA DINIZ
idiniz@redgazeta.com.br

O laudo cadavérico do motoboy Kelvin Gonçalves dos Santos, 23, e da namorada dele, Brunielli Oliveira, 17, revelou que o casal havia usado maconha. A substância foi encontrada no sangue e na urina das vítimas por meio de um exame toxicológico realizado pela Polícia Civil.

Kelvin e Brunielli estavam em uma moto quando foram atingidos por um carro que, segundo a polícia, disputava um racha na Terceira Ponte, em maio deste ano. O laudo da perícia realizado no Audi — veículo que atingiu a moto — apontou que o excesso de veloci-

dade do motorista do carro foi determinante para a morte do casal.

A polícia afirma que o racha era disputado pelo advogado Ivomar Rodrigues Gomes, que dirigia o Audi, com o universitário Oswaldo Venturini Neto, que conduzia um Ethios. De acordo com a perícia, os dois motoristas estavam a 150 km/h na ponte e tinham ingerido bebidas alcoólicas. Eles estão presos.

O exame de toxicologia foi feito em Kelvin e Brunielli logo após as mortes. Apesar do laudo apontar a presença de THC, um dos componentes da maconha, não é possível dizer quando a substância foi usada pelo casal e em qual quantidade. No caso de Brunielli também foi constatado que ela ingeriu álcool, cerca 8,1 dg/L.

Para o advogado que



Os carros de Oswaldo e Ivomar ficaram destruídos

representa a família do casal que morreu, Sider-son Vitorino, não há relevância do exame toxicológico no processo, já que Kelvin e Brunielli foram vítimas de um acidente provocado por uma série de infrações e crimes.

“Eu ainda não vi o laudo, mas isso não interfere em absolutamente nada na cau-

sa do acidente. Amorte deles foi causada pela negligência de dois motoristas, que estavam alcoolizados e disputando um racha no meio da Terceira Ponte”, destacou.

O laudo foi entregue pela Polícia Civil a 1ª Vara Criminal de Vitória, no dia 20 de agosto. De acordo com a PC, é procedimento padrão a aquisição de laudos periciais

de pessoas que tenham sofrido óbito violento.

Ainda não se sabe se o resultado do exame vai ser descartado durante o processo. Isso porque, no dia 19 de agosto, o juiz negou um pedido da defesa de Ivomar para confeccionar um exame toxicológico das vítimas.

Para o advogado de defesa de Ivomar, José Augusto Trivelin, a presença da droga no sangue das vítimas mostra que a culpa do acidente foi compartilhada. “Se você ver o vídeo, vai perceber que o motorista tenta desviar o carro, mas que o Kelvin joga a moto para o mesmo lado”, disse.

Já o advogado que representa Oswaldo, Ludgero Liberato, disse que só vai se manifestar sobre o laudo após ter acesso ao documento.

Terceirizado da PMV atuou 6 anos na casa de Luiz Paulo

Funcionário não atuou em nenhum outro local no período e recebeu dos cofres públicos

▲ **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

O funcionário de uma empresa terceirizada da Prefeitura de Vitória que trabalhou na casa do então prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PPS) entre 1998 e 2004 contou, em depoimento, que jamais atuou em outro local enquanto foi contratado pela companhia. Luiz Paulo, hoje diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, teve a condenação por improbidade administrativa confirmada pela 2ª Câmara Cível do Tribu-

nal de Justiça do Espírito Santo na última terça, 29.

Oficialmente, o funcionário prestava serviços em uma área relativamente distante da Ilha do Boi, endereço do então prefeito. “Embora conste do seu contrato a informação de que prestava serviços no Parque Moscoso, verifica-se que ele nunca laborou neste local”, registrou o desembargador relator do caso, Fernando Estevam Bravin Ruy.

Parte do depoimento do trabalhador foi transcrita no voto e revela as atividades diárias dele: “que como era pessoa de confiança chegou a ‘olhar as crianças’ assim como cuidar dos cachorros, dando ração, a pedido da

esposa do senhor Luiz Paulo; que também limpava o jardim na parte da frente”.

E, para isso, recebia pagamentos de R\$ 800 a R\$ 1 mil da empresa, que, por sua vez, contava com verbas dos cofres públicos. Ele não recebia nenhum valor diretamente de Luiz Paulo. À empresa não foram imputados atos de improbidade.

A condenação em primeiro grau saiu em 2016. Luiz Paulo deve pagar multa de R\$ 50 mil, ressarcir a prefeitura em valor ainda a ser calculado, e teve os direitos políticos suspensos por 8 anos. Após um recurso da defesa do ex-prefeito, a 2ª Câmara Cível do TJES decidiu excluir apenas uma das puni-

ções definidas em 2016: a perda da função pública.

Conforme A GAZETA noticiou ontem, o ex-prefeito poderia ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa estadual, na avaliação de especialistas em Direito Administrativo e Eleitoral, por estar inelegível e, assim deveria ser exonerado pelo governo do Estado. A Secretaria de Estado de Governo informou que ainda vai avaliar o caso.

Advogado de Luiz Paulo, Henrique Herkenhoff diz que o funcionário da empresa terceirizada prestou serviços regularmente na casa do então prefeito de Vitória como segurança. “Quando trabalhou como segurança estava pro-



DIVULGAÇÃO

Luiz Paulo alega que funcionário fazia segurança

tegendo o prefeito a serviço da prefeitura”.

Ontem, Luiz Paulo publicou texto no Facebook em que relata que, depois, contratou os serviços do funcionário como caseiro. “Não queria policiais nem viatura policial na minha casa à noite. Pedi apenas um vigia no-

turno desarmado. A empresa terceirizada fazia a segurança patrimonial da prefeitura colocando um funcionário como vigia que chegava a noitinha saía pela manhã. Pedi que ele se demitisse da empresa e o contratei com carteira assinada. Ele está comigo até hoje”.

“Era um vigia e hoje é membro da família”

Luiz Paulo fala sobre condenação por improbidade e diz que contratou funcionário após ele se demitir de empresa terceirizada

Guilherme Lage

Ex-prefeito de Vitória e atual diretor do Instituto Jones dos Santos Neves, Luiz Paulo Vellozo Lucas respondeu à condenação sofrida por improbidade administrativa por meio de uma carta aberta publicada ontem nas redes sociais.

Em decisão confirmada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, na última terça-feira, Luiz Paulo foi condenado por usar o funcionário de uma empresa terceirizada da prefeitura como caseiro no período em que ocupou o cargo em Vitória, entre 1998 e 2004. Ele terá de pagar multa de R\$ 50 mil. A condenação foi publicada na última terça-feira.

Na publicação postada em sua página no Facebook, Luiz Paulo afirma que, quando assumiu a prefeitura, teria dois policiais militares designados para a sua segurança. Mas, como não queria ter policiamento em sua casa à noite, o então prefeito afirma ter pedido um vigia noturno desarmado. Então, a própria empresa teria sugerido que o funcionário prestasse serviços em sua residência.

Com o tempo, Luiz Paulo disse ter percebido que o vigia poderia se tornar um caseiro. “Pedi que ele se demitisse da empresa e o contratei com carteira assinada. Ele está comigo até hoje. É mais que um empregado, é um amigo”, afirma, no comunicado. “Quando o conheci, era só um vigia noturno. Hoje é um membro da minha família”.

O advogado do ex-prefeito, Henrique Herkenhoff, endossou a ver-



LUIZ PAULO foi condenado pela Justiça a pagar multa de R\$ 50 mil

são de Luiz Paulo e afirmou que o valor da multa imposta ao ex-prefeito é uma devolução do dinheiro que teria sido utilizado de forma imprópria. No entanto, ele contesta que esse tenha sido o caso.

“É muito provável que ele devol-

“Pedi que ele se demitisse da empresa e o contratei. É mais que um empregado, é um amigo”

Luiz Paulo Vellozo Lucas, ex-prefeito

va o dinheiro. O processo agora se trata de questão financeira. Mas, o que aconteceu não configura um caso de improbidade administrativa. Foi tudo acordado”, afirmou.

Sobre uma possível perda dos direitos eleitorais, que impediria o ex-prefeito de assumir cargos administrativos e eletivos, o advogado foi enfático em dizer que só haverá resposta definitiva com a publicação do acórdão, mas acredita que não deve acontecer.

“Pelo voto condutor, que diz explicitamente que ele não fica impedido de ocupar cargo administrativo, acredito que não vai acontecer”.

SAIBA MAIS

Ex-vigia contratado como caseiro

Multa de R\$ 50 mil

> O EX-PREFEITO DE VITÓRIA, Luiz Paulo Vellozo Lucas, foi condenado a pagar multa de R\$ 50 mil por usar funcionário de uma empresa terceirizada da prefeitura na época em que ocupava o cargo em Vitória, para serviços da própria casa na Ilha do Boi. Investigações apontam que o funcionário trabalhava exclusivamente na casa do ex-prefeito.

> LUIZ PAULO publicou em seu perfil nas redes sociais uma nota na qual alega que o funcionário foi recomendado pela própria empresa para fazer segurança em sua casa. “Pedi que ele se demitisse da empresa e o contratei com carteira assinada”, diz trecho da nota.

> EM OUTRO TRECHO da nota publicada em redes sociais, Luiz Paulo diz: “Minha família e eu, até nosso cachorro Guga, nos afeiçoamos ao vigia Zé Carlos, um baiano boa praça, educado e prestativo”.

Sem má-fé

> O ADVOGADO de Luiz Paulo, Henrique Herkenhoff, disse que o ex-prefeito não agiu de má-fé. Disse que o empregado em questão continua trabalhando na casa de Luiz Paulo e que, além do vínculo profissional, acabaram se tornando amigos. “Quando conheci o Zé Carlos ele era apenas um vigia noturno. Hoje ele é um membro da minha família”, diz outro trecho da nota.

> O FUNCIONÁRIO disse em depoimento que nunca trabalhou em outro lugar além da empresa em que estava contratado durante o período investigado.

Direitos políticos

> HENRIQUE HERKENHOFF afirma que Luiz Paulo não cometeu crime de improbidade administrativa. Segundo ele o ex-prefeito não deve perder os direitos eleitorais, levando em consideração o voto condutor que deixa claro que Luiz Paulo não está impedido de assumir cargo administrativo.

> O ADVOGADO alega que só após a publicação da decisão saberá ao certo as sanções.

> A DECISÃO ainda não tem data definida para publicação.

Delator cita 'mensalinho' na Assembleia

**FAUSTO MACEDO, LUIZ VASSALLO, PEPITA ORTEGA,
PEDRO PRATA e FABIO LEITE**

O ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil afirmou em acordo de delação premiada fechado com o **Ministério Público Federal** que partidos da base aliada do então governador Geraldo Alckmin (PSDB) na Assembleia Legislativa recebiam um "mensalinho" das empreiteiras com recursos desviados de contratos da estatal para apoiar o governo.

Em um dos depoimentos prestados aos procuradores da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo, Sérgio Brasil disse ter feito repasses ilícitos ao atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM), por intermédio do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania). Os pagamentos teriam ocorrido entre 2003 e 2006, quando eles eram deputados estaduais.

Funcionário de carreira do Metrô, onde trabalhou por 42 anos, Sérgio Brasil disse que só chegou ao cargo de diretor da companhia por causa do "apadrinhamento político" de Garcia. O ex-diretor já havia sido delatado por ex-executivos da Odebrecht e da Camargo Corrêa como destinatário de propinas em São Paulo. Em junho do ano passado, começou a negociar um acordo de delação, que foi homologado neste mês pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Aos investigadores, o ex-diretor do Metrô descreveu pagamentos ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja do Metrô entre 2003 e 2014. Em depoimento, Sérgio Brasil detalhou como fazia os supostos repasses aos políticos do dinheiro que recebia em espécie das empreiteiras contratadas pela estatal.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil, e, algumas vezes, entreguei valores próximos a R\$ 100 mil", relatou o delator.

Sérgio Brasil afirmou que, embora as entregas fossem no escritório de Arnaldo Jardim, na Rua Veneza, no bairro dos Jardins, manteve contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete na Assembleia Legislativa. "Estimo que cerca de 50% daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas", afirmou.

Ao todo, Sérgio Brasil confessou ter recebido cerca de R\$ 6 milhões em pagamentos ilícitos das cinco maiores empreiteiras do País para beneficiá-las em contratos de obras do Metrô. Na planilha de propinas da Odebrecht, era identificado com os codinomes "Encostado" e "Brasileiro". No início do mês, ele e 13 ex-executivos das construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS viraram réus em denúncia de corrupção na estatal do governo paulista.

Esquema. Sérgio Brasil disse ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo da Odebrecht Fábio Gandolfo para receber 0,5% dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003. A propina era para que o Metrô mantivesse em vigor contratos assinados na década de 1990 com as empreiteiras para executar a obra, que não havia sido iniciada por falta de dinheiro. Em vez de fazer uma nova licitação, o Metrô fez novos aditivos para retomar os contratos, como queriam as empresas.

Segundo o ex-diretor, o esquema abastecia diversos partidos e campanhas políticas e era coordenado por Gandolfo, um dos delatores da Odebrecht. "Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do governo na Assembleia Legislativa", afirmou Sérgio Brasil.

Além de Jardim e Garcia, também são citados pelo delator o ex-deputado estadual Edson Aparecido (PSDB), atual secretário da Saúde da gestão Bruno Covas (PSDB) na capital paulista, e o deputado estadual Campos Machado (PTB).

"Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos

políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL (atual DEM) e ao PPS (atual Cidadania), enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria

a liderança do PTB na Assembleia Legislativa", afirmou Sérgio Brasil em depoimento.

Campanhas. Em outro depoimento, o delator relatou que os recursos desviados de obras da estatal também teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin, ambos do PSDB. Sérgio Brasil, no entanto, não informou quem entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos do atual senador e do ex-governador.

Em 2010, ainda de acordo com o ex-diretor, recursos desviados das obras da Linha 5 - Lilás do Metrô, executadas pelas cinco empreiteiras, teriam sido destinados às campanhas de Serra a presidente e de Alckmin a governador. O delator disse que era "procurado rotineiramente" por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu governador de São Paulo, Sérgio Brasil afirmou que o então tesoureiro de Alckmin, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano em contratos do Metrô. Na planilha da Odebrecht, Monteiro era identificado com o codinome M M.

Indulto

A Justiça do Paraná concedeu o benefício ao ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto em um dos processos a que foi condenado na Lava Jato. Mas, com outras condenações, ele continuará preso.

Vice-governador afirma que são 'falsas' as acusações

Em nota, o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (DEM), disse que ele já foi inocentado no Supremo Tribunal Federal "por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça".

O ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) negou "qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo". O senador José Serra (PSDB) afirmou que não é citado como beneficiário na delação do ex-diretor do Metrô e "jamais recebeu vantagens indevidas."

O PSDB-SP disse desconhecer os fatos narrados e afirmou que jamais recebeu recursos provenientes de desvios. A defesa de Marcos Monteiro disse que seu cliente "sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade".

O PTB declarou nunca ter recebido "recursos ilegais e sempre teve as suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral".

O Metrô defendeu as investigações. "O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

A Andrade Gutierrez, a Odebrecht e a Camargo Corrêa afirmaram colaborar com as investigações. Fábio Gandolfo declarou que "as informações trazidas agora apenas corroboram os fatos narrados anteriormente" em sua colaboração, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017.

Campos Machado, Edson Aparecido e os outros citados não responderam ao até a conclusão desta edição.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governador acompanha teleaudiência experimental

Estado — O governador do Estado, Renato Casagrande, acompanhou do seu gabinete, no Palácio Anchieta, em Vitória, uma teleaudiência experimental realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de Vitória. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas

em 15 fóruns do Estado.

O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência desta terça representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo. "Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa privada de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo", afirmou.

Casagrande lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. "Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena", ressaltou o governador.

Acompanhando a transmissão no gabinete do

governador, também estiveram presentes o presidente do TJES, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da Defensoria Pública Estadual, Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da OAB/ES, Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest, Carla Leticia Alves do Nascimento; além do subsecretário de Estado para Assuntos do Sistema Penal, Alessandro Ferreira de Souza; e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Durante o evento, o presidente do TJES observou que as audiências por vídeo representam a justiça do futuro. "A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios", enfatizou o desembargador.

A ação tem como objetivo aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, uma vez que o projeto trará mais segurança, agilidade e economia para o



Estado. "Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês", explicou o secretário de Estado da Justiça,

Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador. "Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente neste projeto, assim como o Poder Judiciário. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca

a modernização do nosso sistema de Justiça", ressaltou.

A 2ª Vara Criminal de Colatina e a comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

Sistema prisional

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Governador acompanha teleaudiência experimental

Estado — O governador do Estado, Renato Casagrande, acompanhou do seu gabinete, no Palácio Anchieta, em Vitória, uma teleaudiência experimental realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de Vitória. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas

em 15 fóruns do Estado.

O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência desta terça representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo. "Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa privada de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo", afirmou.

Casagrande lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. "Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena", ressaltou o governador.

Acompanhando a transmissão no gabinete do

governador, também estiveram presentes o presidente do TJES, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da Defensoria Pública Estadual, Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da OAB/ES, Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest, Carla Letícia Alves do Nascimento; além do subsecretário de Estado para Assuntos do Sistema Penal, Alessandro Ferreira de Souza; e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Durante o evento, o presidente do TJES observou que as audiências por vídeo representam a justiça do futuro. "A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios", enfatizou o desembargador.

A ação tem como objetivo aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, uma vez que o projeto trará mais segurança, agilidade e economia para o



Estado. "Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês", explicou o secretário de Estado da Justiça,

Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador. "Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente neste projeto, assim como o Poder Judiciário. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca

a modernização do nosso sistema de Justiça", ressaltou.

A 2ª Vara Criminal de Colatina e a comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

Sistema prisional

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

+

+

Construtora perde mais uma

Proeng teve recurso negado no STJ e pode ter que devolver terreno onde funciona supermercado

GUSTAVO GOUVÊA
gustavo@eshoje.com.br

DESDE 2004 existe uma ação judicial cujo objeto é o terreno onde há mais de uma década se localiza o Carone Mall, em Laranjeiras, na Serra. A área foi vendida à rede de supermercados pelo grupo Proeng, mesmo encontrando-se em processo de litígio judicial conforme ESHOJE informou na edição nº 762, de 16 de agosto.

No dia 21 de agosto, a ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o recurso extraordinário da construtora, que pedia a rescisão do contrato de compra e venda do imóvel com o antigo adquirente do terreno, José Regattiere Filho. Ele havia comprado da construtora em 1999, mas, a partir da inadimplência, foi obrigado a sair do espaço cinco anos depois, a partir de decisão do Tribunal de

Justiça do Espírito Santo (TJES). Regattiere recorreu e, desde então, vem vencendo os embates judiciais contra a Proeng.

A ministra negou seguimento ao recurso extraordinário da construtora reiterando as decisões nas instâncias anteriores, declarando que "mesmo na falta de registro do compromisso de compra e venda do imóvel, não se dispensa a prévia interpelação para constituição em mora do devedora" e que houve "suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do processo legal".

Com a decisão, além de perder o imóvel, a construtora pode ser condenada a pagar uma indenização de cerca de R\$ 300 milhões segundo a defesa de José Regattiere. Isso culminaria na consequente perda do imóvel pelo grupo Carone, que alega ter comprado o terreno cumprindo todos os trâmites legais, sem ter a ciência do litígio.

Agora, cabe à construtora um último recurso ao Superior Tribunal Federal (STF), no que diz respeito a matéria constitucional. Segundo a defesa de Regattiere já é possível pedir o



Localizado na cidade de Serra, o terreno em litígio abriga, há dez anos, um supermercado do grupo Carone

Houve suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa"

MARIA THEREZA, ministra do STJ

cumprimento provisório da sentença, no que diz respeito à retomada do imóvel. O processo é de avaliação junto ao cliente sobre o que será requerido em termos de indenização.

A Proeng afirma que não houve nenhuma mudança ou decisão no processo. E manteve a posição de que "a rescisão do contrato de promessa de compra e venda e a

retomada por ordem judicial do imóvel, que ainda não havia sido transferido ao promitente comprador, se deu após o não pagamento do valor acordado pelo Sr. José Regattiere".

COLUNA FEU ROSA

E a prevenção?

Dia desses meditava sobre o quão importante é a prevenção - invariavelmente apresenta-se infinitamente mais barata e menos dolorosa que lidar com o problema que surgirá caso ela não seja adotada.

Curiosamente, no entanto, a humanidade quase sempre prefere tratar dos efeitos e relegar a um segundo plano a eliminação das causas. É assim que, em pleno século XXI, penosamente tratamos de muitas doenças que poderiam ser evitadas com saneamento básico. Ou transformamos nossas cidades em fortalezas medievais ao invés de discutirmos, cientificamente, sobre como evitar-se a formação de um criminoso.

Pensemos, agora, à luz desta verdade tão simples, sobre os suicídios. Eles ferem o indivíduo e a sociedade como um todo. Talvez sejam, arrisco dizer, o mal deste início de milênio. Paradoxalmente, no entanto, pouco fazemos para estudá-lo e preveni-lo!

Não se fale na necessária instalação de redes ou barreiras físicas em lugares altos - já estaremos, com elas, tratando dos efeitos, e de forma profundamente triste. Deveríamos ir além, estudando os diversos fatores que podem contribuir para um suicídio - e a partir deles buscarmos um mapeamento estatístico acurado deste quadro.

O problema é tão complexo quanto sério. Na China e no Japão o suicídio é a maior causa de morte de jovens - pelo planeta afora a quarta

maior causa. Nos EUA suicídios tiram mais vidas que homicídios.

Trata-se de um quadro superior às fronteiras - seja em sociedades ricas e avançadas ou pobres e atrasadas, salvo pequenas flutuações, os índices encontrados serão praticamente os mesmos.

Diante da perplexidade causada há quem diga ser a maior culpada a desestruturação das famílias. Outros culpam as baixas oportunidades de socialização que a vida moderna oferece. Há quem aponte o dedo para a falta de oportunidades em uma sociedade a cada dia mais consumista e injusta. Ou seria a falta de espiritualidade e de valores?

Eu não tenho conhecimento técnico para diagnosticar um quadro desses - só o que sei é que ele tem que ser estudado cientificamente. Que tal, assim, tornarmos regra a coleta e descrição técnica das circunstâncias que envolveram cada suicídio ou tentativa de suicídio? Que tal, em seguida, consolidarmos um sistema de dados que nos possibilite compreender o problema e efetivamente preveni-lo?

.....
PEDRO VALLS FEU ROSA
Desembargador do TJES

Comarca de Aracruz alcança 81,13% em acordos de processos de família

Por Elza Silva
(com informações de Marília Menezes)

O Mutirão de Conciliação de Processos de Família de Aracruz alcançou 81,13% de acordos nos processos analisados na última semana, pela 2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões da Comarca, que realiza pelo menos três ações de resolução consensual de conflitos por ano.

De 20 a 22 de agosto foram realizadas 106 audiências de processos de família, relativos à guarda, regulamentação de visitas, investigação de paternidade, divórcio e alimentos, resultando em 86 acordos, o que representa um aproveitamento de 81,13%.

Para a juíza Ana Flávia Melo Vello Miguel, da 2ª Vara de Família de Aracruz, "a realização dos mutirões traz benefícios a todos os



Servidores da Comarca de Aracruz

Foto: Carliano Scarpati Cabidelli

envolvidos no processo, quais sejam, serventuários, Ministério Público, defensores, advogados, juízes e principalmente as partes,

porquanto traz oportunidade de um diálogo mais humanizado entre esses entes em busca de uma solução para o conflito que atenda

de maneira mais equilibrada os interesses discutidos em juízo".

A ação contou com o apoio dos juízes aposentados José

Machado de Souza e Jocyr de Oliveira Celestino, como conciliadores voluntários, e dos membros da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público do Espírito Santo que atuam na 2ª Vara de Família, além da colaboração do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e da secretária de Infraestrutura do Tribunal de Justiça.

Os processos em que foram celebrados e homologados os acordos são arquivados imediatamente. Já os processos em que as partes não chegaram a um consenso continuam tramitando normalmente. O próximo mutirão da 2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões da Comarca de Aracruz está marcado para o período de 29 a 31 de outubro.

Construtora tem nova derrota na Justiça e pode devolver terreno na Serra

Danieleh Coutinho

Curta, comente e compartilhe!

Desde o ano de 2004, existe uma ação judicial cujo objeto é o terreno onde há mais de uma década se localiza o Carone Mall, em Laranjeiras, na Serra. A área foi vendida à rede de supermercados pelo grupo Proeng, mesmo encontrando-se em processo de litígio judicial conforme ESHOJE já informou. Relembre o caso

No último dia 21 de agosto, a ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) negou o recurso extraordinário da Proeng, que pedia a rescisão do contrato de compra e venda do imóvel com o antigo adquirente do terreno, José Regattiere Filho. Ele havia comprado o terreno da construtora no ano de 1999 mas, a partir da inadimplência, foi obrigado a sair do imóvel em 2004, a partir de decisão do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**. Regattiere posteriormente recorreu e, desde então, vem vencendo os embates judiciais com a Proeng.

A ministra negou seguimento ao recurso extraordinário da construtora reiterando as decisões nas instâncias anteriores, avaliando, dentre outras situações, violações a artigos da Constituição Federal, declarando que "mesmo na falta de registro do compromisso de compra e venda do imóvel, não se dispensa a prévia interpelação para constituição em mora do devedora" e que houve "suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do processo legal".

Com a decisão, além de perder o imóvel, a construtora pode ser condenada a pagar uma indenização multimilionária, cerca de R\$ 300 milhões segundo fonte ligada a José Regattiere. Isso culminaria na consequente perda do imóvel pelo grupo Carone, que alega ter comprado o terreno cumprindo todos os trâmites legais, sem ter a ciência de que o terreno encontrava-se em litígio.

Agora, cabe à construtora um último recurso ao Superior Tribunal Federal (**STF**), no que diz respeito a matéria constitucional. Segundo a defesa de Regattiere já é possível pedir o cumprimento provisório da sentença, no que diz respeito à retomada do imóvel. O processo é de avaliação junto ao cliente

sobre o que será requerido em termos de indenização.

A Proeng afirma que não houve nenhuma mudança ou decisão no processo. E manteve a posição de que que "a rescisão do contrato de promessa de compra e venda e a retomada por ordem judicial do imóvel, que ainda não havia sido transferido ao promitente comprador, se deu após o não pagamento do valor acordado pelo Sr. José Regattiere".

Site: <http://eshoje.com.br/construtora-tem-nova-derrota-na-justica-e-pode-devolver-terreno-na-serra/>

Guarda Municipal faz palestra sobre Botão do Pânico para jovens da Serra

Revista Ekletica

O **Botão do Pânico**, projeto pioneiro na capital para o enfrentamento da **violência contra a mulher**, foi apresentado a jovens de um projeto social da Serra.

Rafael Almeida Barcelos, coordenador operacional de inspetoria da Guarda Civil Municipal, foi quem apresentou aos jovens como funciona a ferramenta.

Além de explicar sobre o **Botão do Pânico**, Barcelos também abordou temas como violência doméstica familiar contra a mulher, drogas, segurança pública e juventude.

Em sua palestra, ele destacou ainda a atuação da Guarda Municipal e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Cramsv), ligado à Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (Semcid).

O **Botão do Pânico** é executado numa parceria da Prefeitura de Vitória com a 1ª Vara Especializada em **Violência Doméstica** e Familiar contra Mulher e o **Tribunal de Justiça do Estado**.

Proteção

Desde 2013, mulheres em Vitória que se sentem ameaçadas por ex-maridos, namorados ou companheiros contam o **Botão do Pânico**. O objetivo é reduzir os índices de violência doméstica registrados na capital.

O equipamento foi distribuído para mulheres que estão sob medida protetiva na 11ª **Vara Criminal de Vitória** e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Ele capta e grava a conversa num raio de até cinco metros.

O **Botão do Pânico** também dispara informações para a Central Integrada de Operações e Monitoramento (CIOM), com a localização exata da vítima, para que uma viatura da Guarda seja encaminhada ao local.

Para garantir agilidade no atendimento ao pedido de proteção, a administração municipal disponibiliza viaturas da Guarda 24 horas.

'''

Diretora Geral e Editora

Luciene Costa

revistaekletica@gmail.com

PARA CORRESPONDÊNCIAS

Luciene Costa - Revista Ekletica

Av. Desembargador Mario Nunes, 717, Cedro 104, -
Villaggio Limoeiro, Jardim Limoeiro; -Serra - CEP ES
29.164-044

CNPJ: 22.076.378/0001-01

Site: <http://revistaekletica.com/site/guarda-municipal-faz-palestra-sobre-botao-do-panico-para-jovens-da-serra/>

São Mateus: Adolescentes que cumprem medida socioeducativa terão qualificação profissional (Últimas Notícias)

O Projeto Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São Mateus, foi lançado esta semana, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, Antônio Moreira Fernandes, da procuradora do **Ministério Público** do Trabalho, Thaís Borges da Silva, do gerente da unidade Centro Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreiro, e dos adolescentes acompanhados de seus responsáveis.

Também estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do Creas, Geovalti Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu no último dia 26.

O juiz substituto Antonio Moreira Fernandes, da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, parabenizou a todos pela iniciativa e destacou a importância da decisão daqueles em aderir ao programa como forma de construção de um novo futuro, por meio de capacitação e auxílio a entrar no mercado de trabalho. Destacou, ainda, que este é o momento da mudança e que o primeiro passo já foi dado por aqueles que se dispuseram a participar do curso ofertado.

A procuradora do Trabalho, Thaís Borges da Silva, destacou que "a implementação do Projeto Além da Medida significa o cumprimento, pelo Estado, do seu dever de garantir aos adolescentes seu direito de profissionalização, providencia esta que pode servir como transformação de vida para esses adolescentes. 'O conhecimento é transformador!'. É esse então um projeto que visa dar um novo projeto de vida, uma nova perspectiva de futuro para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa."

As bolsas profissionalizantes são provenientes de

recursos da Procuradoria do Trabalho de São Mateus, assim como são todos os itens necessários para a realização do curso, como uniforme, material didático, insumos, lanches diários, equipamentos de proteção individual, material de consumo para utilização do curso e, para aqueles que tiverem frequência acima de 75%, bolsa de 20 reais por dia.

A primeira turma, formada por 20 adolescentes, realizará o curso técnico em eletricista de automóveis, com carga horária de 160 horas. Os estudantes serão submetidos aos conteúdos curriculares específicos sobre atividade da área automotiva. As aulas terão início no dia 16 de setembro, na sede do Senai, e os alunos serão acompanhados pelo instrutor Fábio César Magalhães.

Vitória, 30 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Elza Silva (com informações de Bruno Montardi) | elcrsilva@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/projeto-de-qualificacao-profissional-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-e-lancado-em-sao-mateus/>

Pauta concentrada para solucionar processos de família obteve 80% de acordos em Colatina (Últimas Notícias)

A pauta concentrada de processos de mediação de família promovida pelo Centro 2º **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania**, o **Cejusc** de Colatina, neste mês de agosto, alcançou 80,76% de acordos. Ao todo, das 26 sessões de mediação realizadas, 21 resultaram em acordo entre as partes.

Os processos foram previamente selecionados para a ação, que aconteceu de 12 a 16 de agosto, com a participação das mediadoras judiciais Grasieli Polesi e Pâmela Diniz Martins, e da estagiária de pós-graduação e mediadora judicial em formação Larissa Melotti Vitali. Essa pauta concentrada foi um pedido da Comissão de Direito de Família da Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB**) - Subseção de Colatina.

O juiz diretor do Foro e coordenador do **Cejusc**, Fernando Antônio Lira Rangel, ressaltou que desde sua instalação, em abril de 2017, o 2º **Cejusc** vem obtendo excelentes resultados com os serviços prestados na Comarca de Colatina, alcançando de 80 a 90% de acordos ao mês.

O magistrado ainda explicou que, além das pautas concentradas, os juízes da Comarca também utilizam a ferramenta "agenda compartilhada do 2º CEJUSC", para realizar agendamentos de mediação/conciliação, e oferecer os meios consensuais às partes como mecanismo de solução, obtendo resultados positivos com vários acordos celebrados e homologados, sendo o processo posteriormente arquivado.

A proposta da mediação é que uma terceira pessoa, neutra e imparcial, que é o mediador, facilite o diálogo entre as partes, para que elas construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o problema. A sessão dura cerca de 02 horas.

Para saber mais sobre os métodos consensuais de solução de conflitos, clique aqui .

Vitória, 30 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES** elcrsilva@tjes.jus.br

Texto: Elza Silva |

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/pauta-concentrada-para-solucionar-processos-de-familia-obteve-80-de-acordos-em-colatina/>

Lançamento do Mutirão Carcerário Eletrônico será nesta segunda-feira, 02/09 (Últimas Notícias)

A partir da próxima segunda-feira (02/09), o Espírito Santo recebe a primeira experiência de Mutirão Carcerário Eletrônico do país, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em parceria com o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, o Poder Executivo e diversos outros atores do Sistema de Justiça, para promover a revisão concentrada de processos de execução penal do estado. A cerimônia de lançamento acontece às 10h, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-ES).

Ao longo de duas semanas, o mutirão vai unir esforços de profissionais locais e de equipes de outras partes do País, que aplicarão novos fluxos e tecnologia, na tentativa de revisar aproximadamente 8 mil processos de presos já sentenciados, ou seja, um quarto do total de processos de execução penal do estado.

O novo formato do mutirão é uma das ações do programa Justiça Presente, do **CNJ**, em parceria com PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Uma das principais apostas da metodologia é o uso do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) do **CNJ**, já implantado pelo **TJES** e que levou o estado a ser o primeiro a realizar o mutirão. A plataforma digital unifica e otimiza o controle da execução penal e permite uma análise mais qualificada dos processos.

"A partir do momento em que o **Poder Judiciário** do ES se dispôs a implementar o SEEU, ele se credenciou para esse mutirão, que busca otimizar resultados e trazer respostas mais rápidas a sociedade capixaba, no que diz respeito à resolução de processos", enfatizou o supervisor das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, desembargador Fernando Zardini.

Para dar ainda mais celeridade às análises dos processos durante o mutirão, haverá o apoio da **Defensoria Pública** do Espírito Santo e de 60 defensores de outros estados, que fazem parte do programa Defensoria sem Fronteiras. As equipes ficarão acomodadas em estações de trabalho montadas nos laboratórios de informática da Universidade de Vila Velha (UVV) e da Faculdade Novo Milênio.

De acordo com a coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais, juíza Gísele Souza de Oliveira, o principal objetivo é analisar situações de progressão de regime, quando se perceber que há o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela legislação. "E também a possibilidade de colocação de tornozeleira eletrônica em pessoas que cumprem pena no regime semiaberto, visando equilibrar a distribuição do espaço prisional, considerando a atual superlotação no estado. Portanto, o diferencial desse mutirão é exatamente estar baseado em teses que foram previamente discutidas com todos os atores envolvidos, e que já estão pacificadas pelo **STJ** e **STF**", ressalta a juíza.

Para evitar casos de reincidência e contribuir para a efetiva reinserção social, o mutirão vai realizar um atendimento qualificado às pessoas que deixarem a prisão. Uma equipe de psicólogos e assistentes sociais será mobilizada pelo Programa de Voluntários da ONU (UNV) para apoiar o Executivo em atendimentos realizados nas unidades prisionais e no **Escritório Social**.

Vitória, 30 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Agência **CNJ** de Notícias

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/lancamento-do-mutirao-carcerario-eletronico-sera-nesta-segunda-feira-02-09/>

Colnago no governo Casagrande (BlogBastidores)

Cargo

O ex-vice-governador do ES, César Colnago (PSDB), foi nomeado para um cargo comissionado na Secretaria Estadual de Saúde. A nomeação, publicada nesta sexta (30) no Diário Oficial do Estado, garante um salário mensal de aproximadamente R\$ 6 mil.

Visita

Vale lembrar que, há 15 dias, a coluna registrou a inusitada visita de Colnago à Secretaria de Governo. Na ocasião, o secretário Tyago Hoffmann garantiu não ter se encontrado com o ex-vice.

Ruptura?

Diante da nomeação, tem gente questionando qual é o grau de ruptura do governo Casagrande com a gestão anterior de Paulo Hartung (sem partido).

Estratégia

Nos bastidores, o que se diz é que a aproximação com Casagrande nada tem a ver com PH. Fonte da coluna diz que seria uma costura para tentar reduzir a enxurrada de críticas que o atual presidente tucano, o deputado estadual Vandinho Leite, vem despejando da tribuna da Assembleia Legislativa.

Milho

O Ministério da Agricultura enviou um estoque extra de milho para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Espírito Santo, depois de dois meses em que os armazéns ficaram sem o grão. A senadora Rose de Freitas (PODE/ES) foi quem articulou o envio com a ministra Tereza Cristina.

Milho II

Pequenos criadores de aves, bovinos e suínos são os que mais dependem da reserva da Conab para alimentar os rebanhos. A Conab estima que 84% dos pequenos produtores compram, em média, 30 kg de milho/mês. Sem poder negociar grandes volumes, dependem da compra de balcão feita diretamente na companhia.

Amages

Justiça Criminal, Fake News, Direito Sucessório, Direito Ambiental, Direito de Família e Inteligência Artificial. Esses foram os temas abordados no Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito, que aconteceu em Vitória e terminou nesta sexta (30). O evento foi promovido pela **Associação dos Magistrados do Espírito Santo** (Amages) e pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo (ESMAGES).

App

Entrou em vigor nesta sexta (30) o novo contrato firmado pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SeGer) com a empresa Brazil GO Tecnologia e Serviços - EPP, para ampliar a utilização, pelas administrações direta e indireta, do transporte por aplicativo para servidores durante o trabalho externo.

App II

Vale tanto para a Grande Vitória como para o interior. O pagamento, calculado pela quilometragem rodada, vai ser feito a cada 15 dias. A secretária estadual de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, destaca que o custo do quilômetro rodado pelo aplicativo é de R\$ 2,36, enquanto com a locadora é de R\$ 4,80.

Economia

Lenise estima que, em um ano, 87 veículos locados sejam devolvidos, proporcionando uma economia de mais de R\$ 5 milhões/ano.

Foto da coluna: Asscom/Ales.

Site:

<http://www.folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/08/a-cruzada-de-contarato-na-amazonia/>

Governo do Estado apresenta Plano de Políticas Públicas para Mulheres

Por meio da vice-governadoria e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), Estado também lançou o programa Agenda Mulher.

O Governo do Estado do Espírito Santo, através da Vice-Governadoria e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), lançou o programa Agenda Mulher e institucionalizou o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) em cerimônia no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, nessa quinta-feira (29).

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e dar visibilidade às mulheres através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas, até o empreendedorismo emocional, que se dá pelo processo de autoconhecimento. O programa também aborda temas transversais e reflete o compromisso do

Governo do Estado do Espírito Santo em investir na inovação e em ações que proporcionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Na ocasião, a vice-governadora do Estado, Jaqueline Moraes, reafirmou que seu propósito na gestão é trabalhar para que as mulheres sejam representadas com igualdade na economia. "É privado para muitas mulheres o acesso a conteúdo, cursos, palestras e outros serviços que venham realmente ao encontro de suas necessidades. É justamente nesta falta de um conhecimento mais profundo que queremos atuar, com ações decisivas para o sucesso dessas mulheres", declarou.

Com o Agenda Mulher, o público feminino de todo o Estado terá a vantagem

de direcionar seus interesses a profissionais com boa qualificação e a fazer cursos com a perspectiva de empreender, individual ou coletivamente.

Marco nas políticas públicas busca por equidade de gênero

O Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) foi apresentado e institucionalizado durante a cerimônia de lançamento do Programa Agenda Mulher.

O PEPMES e o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher serão os dois principais documentos norteadores para a promoção de políticas públicas em busca por equidade de gênero no Estado.

O Plano lista 247 ações



A vice-governadora do Estado, Jaqueline Moraes, reafirmou que seu propósito na gestão é trabalhar para que as mulheres sejam representadas com igualdade na economia.

e está dividido em seis eixos estratégicos, construídos na perspectiva da igualdade de gênero, autonomia, empoderamento e o efetivo exercício da cidadania das mulheres. São eles:

1. Enfrentamento a feminização da pobreza e a garantia da autonomia econômica das mulheres com trabalho decente com

cinco prioridades e 38 ações;

2. Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica e não transfóbica com cinco prioridades e 24 ações;

3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos com cinco prioridades e 73 ações;

4. Enfrentamento a

todas as formas de violência contra as mulheres com cinco prioridades e 77 ações;

5. Enfrentamento ao racismo, ao sexismo, a lesbofobia e a transfobia com cinco prioridades e 22 ações;

6. Gestão e monitoramento do PEPMES com cinco prioridades e 13 ações.

+

+

Público lota Lions Clube de Nova Venécia para prestigiar o II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres (Notícias)

O II Fórum Municipal de Políticas Públicas começou nesta quinta, 29, e reuniu cerca de 500 pessoas no Lions Clube de Nova Venécia. Autoridades, estudantes e público em geral prestigiaram a segunda edição do evento. A programação do fórum continua nesta sexta-feira, 30, com a realização de teatro e palestras, a partir das 18h30.

Várias autoridades estiveram presentes durante o evento: o prefeito de Nova Venécia Mário Sérgio Lubiana (PSB); o presidente da Câmara de Nova Venécia, Juarez Oliosio (PSB); o diretor do Legislativo Municipal, Gilberto do Nascimento; o defensor público, Ricardo Rosa; o comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Marcelo Dalcol; o delegado da 17ª Delegacia Regional de Nova Venécia, Líbero Penello de Carvalho Filho; a presidente do Lions Clube, Sandra Rocha Venturim e os vereadores Antonio Emílio (Cidadania) e Cláudio do Granito (PTB).

O evento foi aberto pela vereadora Gleyciaria Bergamim (DEM): "É emocionante ver todos vocês aqui. O fórum municipal nasceu devido a uma mulher que me procurou na Câmara de Nova Venécia com o rosto ferido e a alma ferida. A partir daquele momento percebi que precisávamos fazer alguma coisa para mudar a realidade das mulheres agredidas pelos próprios companheiros", destacou a vereadora.

Em seguida, o grupo de teatro veneciano "Trupe Paralela" apresentou a esquete "No Limite". A escritora, Irene Pianissola, recitou uma poesia de sua própria autoria sobre as mulheres.

A primeira palestrante da noite foi a promotora de justiça do Estado, Cláudia Santos Albuquerque Garcia. Com o tema "Direitos Humanos e a Proteção Integral às Mulheres", a promotora destacou os avanços e desafios dos direitos das mulheres e apresentou um ranking assustador sobre a **violência contra a mulher** no Brasil. Em uma lista com 94 países, o Brasil está na quinta colocação no mundo onde se morrem mais mulheres por feminicídio. O

Espírito Santo ocupa a quarta colocação de homicídios de mulheres negras no país.

A promotora também enfatizou a importância da Lei Maria da Penha como um grande avanço na legislação brasileira, alcançando cinco tipos de violência: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

A palestrante Laura Cavalcanti, formada em Neurociência e Constelação Sistêmica, destacou a importância da terapia através da Constelação Familiar e sobre as leis universais do pertencimento, ordem ou hierarquia e equilíbrio: "É muito difícil a mulher abandonar o abusador se ela não descobrir as raízes que a levaram a tomar consciência de suas atitudes".

Fórum das Mulheres - Com duração de dois dias, o fórum conta com uma programação variada: palestras, exposição fotográfica e teatro. O objetivo é discutir temas de interesse das mulheres, como direitos humanos e proteção contra a violência doméstica.

O II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres é uma realização da Câmara Municipal de Nova Venécia e Lions Club, com o apoio do Hospital São Marcos, Cibox Informática, Prefeitura de Nova Venécia, Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (Ascames - Mulher), Faculdade Multivix e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Venécia e Vila Pavão (STRAF). O evento conta com o patrocínio da empresa Help Consult e São Marcos Diagnóstico por Imagem, Rede Startv e Posto Dois Irmãos.

Confira a programação do evento desta sexta-feira, 30:

18h30 - Recepção e Credenciamento.

19h00 - Abertura

19h10 - Esquete: "No Limite" - Grupo Teatral Trupe

Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Organização e Conquistas das Políticas Públicas para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Palestrante: Maria Augusto Buffolo.

Agricultura Familiar; diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES.

20h00: Tema - Políticas Públicas para as Mulheres e Controle Social.

Palestrante: Edna Calabrez Martins.

Assessora sindical; Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDIMES, tendo sido presidenta de abril de 2017 a julho de 2019.

20h40: Tema - "Tem Mulher que Gosta de Apanhar": O Ciclo da Autossabotagem e como Romper a Violência.

Palestrante: Natache Fiel.

Coach, psicanalista e sexóloga; Psicanalista formada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise.

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

Veja outras imagens do primeiro dia de evento:

Site: <https://correio9.com.br/publico-lota-lions-clube-de-nova-venecia-para-prestigiado-ii-forum-municipal-de-politicas-publicas-em-defesa-dos-direitos-das-mulheres/>

Grito dos Excluídos acontecerá no município de Cariacica

Redação Multimídia ESHOJE

Curta, comente e compartilhe!

Pela primeira vez, o Grito dos Excluídos será realizado no município de Cariacica.

Vicariato social deve planejar Grito dos Excluídos em Vitória

A manifestação popular, que acontece anualmente no dia 7 de setembro, terá concentração às 8h, na praça de Porto de Santana, rumo a Flexal.

O local foi escolhido por ser uma das regiões nas quais atuou o padre francês Gabriel Félix Roger Maire, cujo assassinato completa 30 anos em dezembro.

Além disso, de acordo com a organização, o Grito dos Excluídos está em sintonia com o tema da Campanha da Fraternidade 2019, que trouxe o debate sobre a necessidade de criação e fortalecimento de políticas públicas, já que a região sofre com a ausência de políticas, entre elas as de saúde, educação, transporte e segurança.

Com o lema "Este sistema não Vale!", em referência aos crimes ambientais de Mariana e Brumadinho, cometidos pela mineradora Vale, o Grito dos Excluídos 2019 também traz a reflexão sobre a busca pelo lucro em detrimento da vida e do meio ambiente.

O Grito dos Excluídos será dividido nas seguintes alas: direitos sociais, direitos humanos e segurança pública, meio ambiente e democracia.

Participarão do Grito dos Excluídos movimentos sociais, sindicatos, pastorais e coletivos, principalmente os de juventude da periferia. As alas denunciarão não somente a falta de políticas públicas, mas também a violência contra a população periférica, principalmente jovens, e negros; a **violência contra a mulher** e fará defesa da democracia, ameaçada na atualidade por discursos de apologia à tortura.

Padre Gabriel Maire

Padre Gabriel Maire chegou da França, sua terra natal, em 1980. Atuou em diversos bairros do município de Cariacica junto à classe trabalhadora,

juventude, mulheres, pessoas sem moradia e outros grupos de excluídos e excluídas. Após diversas ameaças de morte, foi assassinado em 23 de dezembro de 1989.

Grito dos Excluídos

A primeira edição do Grito dos Excluídos foi em 1995. A manifestação popular, idealizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nasceu da necessidade de dar voz aos excluídos e excluídas. É realizado sempre no dia sete de setembro, em que se comemora a independência do Brasil, como forma de questionar se esse país é de fato independente.

Site: <http://eshoje.com.br/grito-dos-excluidos-acontecera-no-municipio-de-cariacica/>

Público lota Lions Clube para prestigiar o II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres (Destaque)

O II Fórum Municipal de Políticas Públicas começou nesta quinta, 29, e reuniu cerca de 500 pessoas no Lions Clube de Nova Venécia. Autoridades, estudantes e público em geral prestigiaram a segunda edição do evento. A programação do fórum continua nesta sexta-feira, 30, com a realização de teatro e palestras, a partir das 18h30.

Várias autoridades estiveram presentes durante o evento: o prefeito de Nova Venécia Mário Sérgio Lubiana (PSB); o presidente da Câmara de Nova Venécia, Juarez Oliosí (PSB); o diretor do Legislativo Municipal, Gilberto do Nascimento; o defensor público, Ricardo Rosa; a presidente do Lions Clube, Sandra Rocha Venturim; o comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Marcelo Dalcol; o delegado da 17ª Delegacia Regional de Nova Venécia, Líbero Penello de Carvalho Filho; e os vereadores Antonio Emílio (Cidadania) e Cláudio do Granito (PTB).

O evento foi aberto pela vereadora Gleyciaria Bergamim (DEM): "É emocionante ver todos vocês aqui. O fórum municipal nasceu devido a uma mulher que me procurou na Câmara de Nova Venécia com o rosto ferido e a alma ferida. A partir daquele momento percebi que precisávamos fazer alguma coisa para mudar a realidade das mulheres agredidas pelos próprios companheiros", destacou a vereadora.

Em seguida, o grupo de teatro veneciano "Trupe Paralela" apresentou a esquete "No Limite". A escritora, Irene Pianissola, recitou uma poesia de sua própria autoria sobre as mulheres.

A primeira palestrante da noite foi a promotora de justiça do Estado, Cláudia Santos Albuquerque Garcia. Com o tema "Direitos Humanos e a Proteção Integral às Mulheres", a promotora destacou os avanços e desafios dos direitos das mulheres e apresentou um ranking assustador sobre a **violência contra a mulher** no Brasil. Em uma lista com 94 países, o Brasil está na quinta colocação no mundo onde se morrem mais mulheres por feminicídio. O Espírito Santo ocupa a quarta colocação de homicídios de mulheres negras no país.

A promotora também enfatizou a importância da Lei Maria da Penha como um grande avanço na legislação brasileira, alcançando cinco tipos de violência: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

A palestrante Laura Cavalcanti, formada em Neurociência e Constelação Sistêmica, destacou a importância da terapia através da Constelação Familiar e sobre as leis universais do pertencimento, ordem ou hierarquia e equilíbrio: "É muito difícil a mulher abandonar o abusador se ela não descobrir as raízes que a levaram a tomar consciência de suas atitudes".

Fórum das Mulheres

Com duração de dois dias, o fórum conta com uma programação variada: palestras, exposição fotográfica e teatro. O objetivo é discutir temas de interesse das mulheres, como direitos humanos e proteção contra a violência doméstica.

O II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres é uma realização da Câmara Municipal de Nova Venécia e Lions Club, com o apoio do Hospital São Marcos, Cibox Informática, Prefeitura de Nova Venécia, Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (Ascames - Mulher), Faculdade Multivix e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Venécia e Vila Pavão (STRAF). O evento conta com o patrocínio da empresa Help Consult e São Marcos Diagnóstico por Imagem, Rede Startv e Posto Dois Irmãos.

Confira a programação do evento desta sexta-feira, 30:

18h30 - Recepção e Credenciamento.

19h00 - Abertura

19h10 - Esquete: "No Limite" - Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Organização e Conquistas das

Políticas Públicas para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Palestrante: Maria Augusto Buffolo.

Agricultura Familiar; diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES.

20h00: Tema - Políticas Públicas para as Mulheres e Controle Social.

Palestrante: Edna Calabrez Martins.

Assessora sindical; Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDIMES, tendo sido presidenta de abril de 2017 a julho de 2019.

20h40: Tema - "Tem Mulher que Gosta de Apanhar": O Ciclo da Autossabotagem e como Romper a Violência.

Palestrante: Natache Fiel.

Coach, psicanalista e sexóloga; Psicanalista formada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise.

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

Site: <http://redenoticiaes.com/publico-lota-lions-clube-para-prestigiado-forum-municipal-de-politicas-publicas-em-defesa-dos-direitos-das-mulheres/>

Criança de 3 anos é estuprada por adolescente, de 17, no Norte do Espírito Santo (Polícia)

Uma criança de apenas 3 anos sofreu nas mãos de um adolescente de 17 anos, no município de Pinheiros-ES.

O estupro ocorreu nessa quarta, 28, na zona rural da cidade.

O caso foi descoberto após a mãe levar a filha ao hospital do município e informado aos plantonistas sobre o abuso. Eles acionaram a Polícia Militar que apreendeu o menor que é sobrinho de um funcionário de fazenda.

Buscas foram realizadas e o adolescente foi encontrado pela PM. O suspeito foi encaminhado à Delegacia de Polícia de Pinheiros, acompanhado pelo Conselho Tutelar e por um responsável por ele.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/08/crianca-de-3-anos-e-estuprada-por-adolescente-de-17-no-norte-do-espírito-santo.html>

Justiça liberta assassino do menino João Hélio

A Justiça determinou a libertação de Carlos Roberto da Silva, um dos responsáveis pela morte do menino João Hélio. A criança foi morta em 2007, após ser arrastada, presa ao cinto de segurança do carro onde estava. O caso chocou a opinião pública na época e quatro dos assaltantes responsáveis pela morte acabaram presos e condenados no ano seguinte.

A decisão de conceder a progressão da pena de Carlos Roberto para o regime aberto foi da **Vara de Execuções Penais** do Rio. Ele vai cumprir o restante da pena em casa. Deverá ficar na residência em tempo integral nos dias de folga, sábados, domingos e feriados. Não poderá sair de casa das 22h às 6h. Também terá que usar tornozeleira eletrônica.

Carlos Roberto, conhecido como Sem Pescoço, foi condenado a 39 anos de prisão. As penas dos demais comparsas chegaram a 45 anos de reclusão.

Relembre o caso

No dia 7 fevereiro de 2007, o carro que transportava João Hélio estava parado em um semáforo da Zona Norte do Rio quando quatro homens anunciaram o assalto. A mãe e a irmã conseguiram sair do veículo, mas João Hélio, de apenas 6 anos, ficou preso ao cinto de segurança. Os bandidos levaram o carro, arrastando o menino por quase sete quilômetros. Apesar de avisos de quem passava pelas ruas, os criminosos recusaram-se a parar o veículo.

Em janeiro de 2008, a juíza Marcela Assad, da 1ª **Vara Criminal** de Madureira, no Rio de Janeiro, condenou os quatro envolvidos na morte de João Hélio Fernandes pelo crime de lesão corporal grave resultante em morte. Diego Nascimento da Silva, Carlos Eduardo Toledo Lima, Carlos Roberto da Silva, e Tiago Abreu Matos receberam sentenças de prisão diferenciadas, que vão de 39 a 45 anos de reclusão em regime fechado.

Fonte: Folha Vitória

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/justica-liberta-assassino-do-menino-joao-helio/>

Justiça do Rio liberta assassino do menino João Hélio

A Justiça determinou a libertação de Carlos Roberto da Silva, um dos responsáveis pela morte do menino João Hélio. A criança foi morta em 2007, após ser arrastada, presa ao cinto de segurança do carro onde estava. O caso chocou a opinião pública na época e quatro dos assaltantes responsáveis pela morte acabaram presos e condenados no ano seguinte.

A decisão de conceder a progressão da pena de Carlos Roberto para o regime aberto foi da **Vara de Execuções Penais** do Rio. Ele vai cumprir o restante da pena em casa. Deverá ficar na residência em tempo integral nos dias de folga, sábados, domingos e feriados. Não poderá sair de casa das 22h às 6h. Também terá que usar tornozeleira eletrônica.

Carlos Roberto, conhecido como Sem Pescoço, foi condenado a 39 anos de prisão. As penas dos demais comparsas chegaram a 45 anos de reclusão.

No dia 7 fevereiro de 2007, o carro que transportava João Hélio estava parado em um semáforo da Zona Norte do Rio quando quatro homens anunciaram o assalto. A mãe e a irmã conseguiram sair do veículo, mas João Hélio, de apenas 6 anos, ficou preso ao cinto de segurança. Os bandidos levaram o carro, arrastando o menino por quase sete quilômetros. Apesar de avisos de quem passava pelas ruas, os criminosos recusaram-se a parar o veículo.

Em janeiro de 2008, a juíza Marcela Assad, da 1ª **Vara Criminal** de Madureira, no Rio de Janeiro, condenou os quatro envolvidos na morte de João Hélio Fernandes pelo crime de lesão corporal grave resultante em morte. Diego Nascimento da Silva, Carlos Eduardo Toledo Lima, Carlos Roberto da Silva, e Tiago Abreu Matos receberam sentenças de prisão diferenciadas, que vão de 39 a 45 anos de reclusão em regime fechado.

Com informação: Agência Brasil

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/justica-do-rio-liberta-assassino-do-menino-joao-helio/>

Audiências serão realizadas por videoconferência

TAG: TELEAUDIÊNCIA, SISTEMA PRISIONAL, VÍDEO CONFERÊNCIA, SEJUS, TRIBUNAL, FÓRUM CRIMINAL DE VITÓRIA, SEGURANÇA, ECONOMIA, GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, ADIANTAMENTO DE AUDIÊNCIA, PODER EXECUTIVO, PODER JUDICIÁRIO, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, **OAB**, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, MINISTÉRIO PÚBLICO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/30/REDETVES-19.14.53-19.17.43-1567158361.mp4>

Homem é preso por abusar de crianças

TAG: LINHARES, ESTUPRO DE VULNERÁVEL, HOMEM PRESO, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ABUSO SEXUAL INFANTIL,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/30/TVRECORDNEW>

[SES-18.48.11-18.49.57-1567159064.mp4](#)